



**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL**

**PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL  
DE PORTO NACIONAL**

**RELATÓRIO TÉCNICO DE CONHECIMENTO  
DA REALIDADE**

**Maio - 2005**

## **GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS**

Marcelo de Carvalho Miranda - Governador

Raimundo Nonato Pires dos Santos – Vice-Governador

## **SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE**

Lívio William Reis de Carvalho – Secretário

Nilton Claro Costa - Subsecretário

## **DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

Belizário Franco Neto - Diretor

## **EQUIPE DE COORDENAÇÃO**

Humberto de Campos - Naturatins

Rosângela A. F. Benvindo – Seplan

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL**

Paulo Sardinha Mourão

## **COMISSÃO ORGANIZADORA MUNICIPAL**

### **Coordenação**

**José Roque Rodrigues Santiago** – Secretário Executivo Municipal de Orçamento Participativo

**Edgar Mascarenhas Tavares** – Vice-Prefeito

**Joaquim Medrado de Sousa** – Secretário Executivo Municipal de Produção Urbana e Emprego

### **Membros da Comissão**

Representantes de:

- Poder Legislativo
- Fórum
- SEBRAE
- Fundação Cultural do Estado do Tocantins
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Porto Nacional
- Universidade Federal do Tocantins – Campus de Porto Nacional
- COMSAÚDE
- Associação dos Evangélicos de Porto Nacional
- Diocese de Porto Nacional
- Secretaria Executiva de Habitação
- Secretaria Executiva de Obras Públicas
- Secretaria Executiva de Turismo
- Secretaria Executiva de Cultura

**ELABORAÇÃO:**

ca & co – camargo & cordeiro consultores associados s/s ltda.

**COORDENAÇÃO GERAL**

Luiz Alberto Cordeiro – Planejamento e Gestão Urbana

**COORDENAÇÃO TÉCNICA**

Sônia Helena Taveira de Camargo Cordeiro – Planejamento Estratégico e Urbano

**EQUIPE TÉCNICA**

Ademilton Pereira Lima	Aspectos socioeconômicos
Ana Carolina Coimbra	Aspectos físico-ambientais
Cláudia Martins Dutra	Aspectos jurídicos e institucionais
Gunter Kohlsdorf Spiller	Aspectos urbanísticos e ambientais
José Leme Galvão Júnior	Patrimônio histórico-cultural
Maurício Rafael Petrillo	Digitalização
Yara Camargo Cordeiro	Programação visual

## SUMÁRIO

<b>RELAÇÃO DE FIGURAS</b>	06
.....	
<b>RELAÇÃO DE TABELAS E QUADROS</b>	08
.....	
<b>ABREVIATURAS E SIGLAS</b>	10
.....	
<b>APRESENTAÇÃO</b>	13
<b>I – REALIDADE ATUAL DO MUNICÍPIO</b>	14
.....	
<b>1. Aspectos Históricos</b>	14
.....	
<b>2. Inserção Regional</b>	18
.....	
2.1. Localização	19
2.2. Acessibilidade	22
<b>3. Aspectos Físico-ambientais</b>	25
.....	
3.1. Meio Ambiente Natural	25
3.1.1. Aspectos Geofísicos	25
Geologia e Geomorfologia	25
.....	
Relevo	28
Declividade	28
Pedologia	31
Erodibilidade	33
Recursos Hídricos	35
Clima	37
3.1.2 Cobertura Vegetal	41
3.1.3. Áreas Ambientalmente Protegidas	43
.....	
Unidades de Conservação	43
.....	
Áreas de Preservação Permanente	43
.....	
3.2. Território Municipal	45
3.2.1. Estrutura Fundiária	45
3.2.2. Utilização da Terra	46
3.3. Estrutura Urbana	47
3.3.1. Configuração Urbana	47
.....	

Assentamento Inicial .....	47
Estrutura Viária .....	49
Espaços Públicos e Privados de Uso Público .....	52
Espaços Privados na Área Histórica – Residenciais e Comerciais .....	54
Cheios e Vazios .....	55
Configuração Arquitetônica .....	57
<b>3.3.2. Patrimônio Histórico-Cultural</b> .....	<b>58</b>
<b>3.3.3. Usos e Ocupação do Solo</b> .....	<b>60</b>
<b>3.3.4. Ocupação da Orla do Lago</b> .....	<b>61</b>
<b>3.3.5. Habitação</b> .....	<b>61</b>
<b>3.3.6. Comunicações</b> .....	<b>62</b>
<b>3.3.7. Energia Elétrica e Iluminação Pública</b> .....	<b>62</b>
<b>3.3.8. Saneamento Ambiental</b> .....	<b>64</b>
Abastecimento de Água .....	<b>64</b>
Esgotamento Sanitário .....	<b>65</b>
Drenagem .....	<b>67</b>
Limpeza Urbana .....	<b>67</b>
Resíduos Sólidos .....	<b>67</b>
<b>3.3.9. Sistema de Transporte</b> .....	<b>70</b>
<b>3.3.10. Distritos e Povoados</b> .....	<b>72</b>
<b>4. Aspectos Sociais</b> .....	<b>75</b>
4.1. Dinâmica Populacional .....	<b>78</b>
4.2. Cultura .....	<b>86</b>
4.3. Educação .....	<b>88</b>
4.4. Esporte e Lazer .....	<b>100</b>
4.5. Justiça e Segurança Pública .....	<b>101</b>
4.6. Promoção Social .....	<b>101</b>
4.7. Saúde .....	<b>103</b>
<b>5. Aspectos Político-institucionais</b> .....	<b>107</b>

5.1. Estrutura da Gestão Municipal .....	107
5.2. Legislação de Interesse Municipal .....	108
5.3. Instrumentos de Planejamento e Gestão .....	112
5.4. Finanças Municipais .....	113
5.5. Terceiro Setor .....	114
5.6. Participação Social .....	115
<b>6. Dinâmica Econômica</b> .....	116
6.1. Agricultura .....	118
6.2. Pecuária .....	122
6.3. Indústria, Comércio e Serviços .....	124
<b>7. Potencialidade Turística</b> .....	125
7.1. Atrativos Naturais e Culturais .....	125
7.2 Meios de Hospedagem .....	129
7.3. Serviços de Alimentação .....	129
<b>8. Pontos Fortes e Fracos, Oportunidades e Riscos</b> .....	129

## RELAÇÃO DE FIGURAS

Fig. 1 – Seminário Dominicano e Convento (Caetanato)	16
Fig. 2 – Porto Nacional - Inserção regional	20
Fig. 3 – Região de influência de Porto Nacional considerada pelo Plano Diretor	22
Fig. 4 – Acessibilidade	24
Fig. 5 – Geologia	26
Fig. 6 – Compartimentação geoambiental	27
Fig. 7 – Formas de relevo	29
Fig. 8 – Declividade	30
Fig. 9 – Pedologia	31
Fig. 10 – Erodibilidade	34
Fig. 11 – Hidrografia	36
Fig. 12 – Clima	38
Fig. 13 – Temperatura	39
Fig. 14 – Precipitação pluviométrica	40
Fig. 15 – Cobertura vegetal	42
Fig. 16 – Orla do lago	44
Fig. 17 – Luzimangues	45
Fig. 18 – Parque agroindustrial	47
Fig. 19 – Estrutura original do assentamento	48
Fig. 20 – Vista aérea da área histórica, com a Av. Beira-Rio	48
Fig. 21 – Planta da cidade atual	49
Fig. 22 – Sistema viário	50
Fig. 23 – Evolução da ocupação urbana	51
Fig. 24 – Praça da catedral	52
Fig. 25 – Partes centrais da cidade	53
Fig. 26 – Espaços públicos	54
Fig. 27 – Colégio Sagrado Coração de Jesus	54
Fig. 28 – Casario da área histórica	55
Fig. 29 – Ocupação nos diferentes	56

bairros.....			
Fig. 30 – Configuração arquitetônica nos diferentes bairros.....			<b>58</b>
Fig. 31 – Catedral .....			<b>59</b>
Fig. 32 – Caetanato .....			<b>59</b>
Fig. 33 – Usos verificados .....			<b>60</b>
Fig. 34 – Orla do lago .....			<b>61</b>
Fig. 35 – Distribuição de iluminação pública .....			<b>64</b>
Fig. 36 – Rede de abastecimento de água .....			<b>65</b>
Fig. 37 – Rede de esgotamento sanitário .....			<b>66</b>
Fig. 38 – Aterro sanitário .....			<b>69</b>
Fig. 39 – Escola Brasil.....			<b>72</b>
Fig. 40 – Nova Pinheirópolis.....			<b>73</b>
Fig. 41 – Luzimangues .....			<b>75</b>
Fig. 42 – Área de atendimento do hospital de Porto Nacional .....			<b>105</b>
Fig. 43 – Catedral .....			<b>125</b>
Fig. 44 – Seminário .....			<b>126</b>
Fig. 45 – Sede da COMSAUDE .....			<b>126</b>
Fig. 46 – Colégio dominicano .....			<b>127</b>
Fig. 47 – Ruínas da cidade Portal .....			<b>127</b>
Fig. 48 – Lago .....			<b>128</b>



## RELAÇÃO DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 - Região de influência de Porto Nacional – População total, área territorial e densidade demográfica, por município, região e estado .....	21
Tabela 2 - Distância do município e vias de acesso em relação aos principais centros urbanos .....	22
Tabela 3 – Número de consumidores consumo medido, consumo faturado e valores por localidade – 2004 .....	63
Tabela 4 – Percentual de consumidores consumo medido, consumo faturado e valores por localidade – 2004 .....	63
Tabela 5 – Número de consumidores por classe e localidade – 2004 .....	63
Tabela 6 – Evolução do abastecimento de água .....	64
Tabela 7 – Abastecimento de água – 2005 .....	65
Tabela 8 – Porto Nacional – esgotamento sanitário .....	66
Tabela 9 – Esgotamento sanitário – 2005 .....	66
Tabela 10 – Porto Nacional - composição física dos resíduos sólidos urbanos .....	68
Tabela 11 – Veículos para transporte de pessoas e cargas .....	70
Tabela 12 – Linhas de transporte intermunicipal .....	70
Tabela 13 – Porto Nacional - índice de condição de vida – ICV .....	76
Tabela 14 – Porto Nacional – índice de desenvolvimento humano – IDH .....	76
Tabela 15 – índice de desenvolvimento humano – IDH-M – 2000 .....	76
Tabela 16 – Porto Nacional - indicadores de longevidade, mortalidade e fecundidade .....	77
Tabela 17 – Indicadores de renda, pobreza e desigualdade, 1991 e 2000 .....	77
Tabela 18 – Indicadores de renda apropriada por extratos da população, 1991 e 2000 .....	77
Tabela 19 – Porto Nacional – evolução demográfica .....	78
Tabela 20 – Taxas de crescimento populacional, por município, região e estado ...	78
Tabela 21 – Região de influência de Porto Nacional – distribuição da população por situação de domicílio .....	80

Tabela 22 – Grau de urbanização por município, região e estado .....	82
Tabela 23 – Razão de sexo na população por município, região, estado e Brasil .....	82
Tabela 24 – Percentual de população por domicílio e por grupos de idade, por município, região e estado .....	83
Tabela 25 – População residente por grupos de idade – 1991 .....	84
Tabela 26 – Razão de dependência demográfica – 1991, 2000 .....	86
Tabela 27 – Porto Nacional – situação da educação municipal – 2004 .....	89
Tabela 28 – Evolução da situação educacional na rede municipal de ensino .....	90
Tabela 29 – Número de turmas, professores e alunos por nível de ensino .....	91
Tabela 30 – Índices de aproveitamento dos alunos por nível de ensino .....	92
Tabela 31 – Evolução da matrícula total .....	96
Tabela 32 – Funcionários do hospital de referência de Porto Nacional .....	106
Tabela 33 – Evolução do atendimento no hospital de referência de Porto Nacional .....	106
Tabela 34 – Cadastro imobiliário .....	107
Tabela 35 – Receita realizada – 2002 e 2003 .....	113
Tabela 36 – Despesas realizadas – 2003 .....	114
Tabela 37 – Porto Nacional – PIB e PIB <i>per capita</i> (US\$ 1998) .....	116
Tabela 38 – Indicadores de valor agregado da produção – 2003 .....	117
Tabela 39 – Valor da produção por setor de atividade .....	117
Tabela 40 – Número de empresas, pessoal ocupado e salário médio .....	118
Tabela 41– Principais indicadores da produção agrícola – 2003 .....	119
Tabela 42 – Indicadores da produção agrícola - 2000 a 2003 .....	121
Tabela 43 – Indicadores da pecuária .....	122
Tabela 44 – Número de cabeças segundo o tipo de rebanhos existentes no município – 2004 .....	123

Tabela	45	-	Assentamentos	rurais	existentes	<b>123</b>
.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....
Quadro	01	-	Pontos fortes e fracos,	oportunidades	e riscos	<b>129</b>
.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....

## **ABREVIATURAS E SIGLAS**

% - por cento

ADAPEC – Agência de Desenvolvimento Agropecuário

APA – Área de Proteção Ambiental

Art. – Artigo

Av. – Avenida

BA – Bahia

CADUNICO – Programa de Cadastro Único

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CEF – Caixa Econômica Federal

CELTINS – Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins

CIRETRAN – Circunscrição Regional de Trânsito

COMSAÚDE – Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação

cons. – consumo

DAC – Departamento de Aviação Civil

DF – Distrito Federal

DOU – Diário Oficial da União

ECT – Empresa de Correios e Telégrafos

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto

FAB – Força Aérea Brasileira

FAFEB'S – Jogos entre Bairros

FASAMAR – Faculdade São Marcos

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

FUNDESCOLA – Fundo de Desenvolvimento da Escola

GO – Goiás

h – Horas

ha – hectare

hab. - habitantes

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

ICV – Índice de Condição de Vida

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal

IDHM-E – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Educação

IDHM-L – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Longevidade

IDHM-R – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Renda

IESPEN – Instituto de Ensino superior de Porto Nacional  
ilum. – iluminação  
INFRAERO – Empresa Brasileira de Infra Estrutura Aeroportuária  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano  
IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículo Auto-motor  
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte  
ISS – Imposto sobre Serviços  
ITBM – Imposto sobre a Transferência de Bens Móveis  
JEPORITO – Jogos Estaduais de Porto Nacional  
km – Quilômetro  
km<sup>2</sup> – Quilômetro quadrado  
Kw – Quilowatts  
l - Litro  
Ltda – limitada  
m – metro  
m<sup>2</sup> – metro quadrado  
m<sup>3</sup> – Metro Cúbico  
MG – Minas Gerais  
MinC – Ministério da Cultura  
mm – Milímetros  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MS – Mato Grosso do Sul  
N. Sra. – Nossa Senhora  
NATURATINS – Instituto Natureza do Tocantins  
NBR – Norma Brasileira  
nº - número  
°C – Graus centígrados  
ONG – Organização não Governamental  
Out. – outubro  
PA – Pará  
PAC – Programa de Apoio à Criança  
particip. – participação  
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais  
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola  
PDE – Programa de Desenvolvimento da Escola  
PE – Pernambuco  
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil  
PGIRSU – Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNBE – Programa Nacional Biblioteca Escolar  
PNCD – Programa Nacional do Livro Didático  
PNTE – Programa Nacional Transporte na Escola

PNUD – Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento  
POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados  
PP – Poder Público  
PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência  
PROGESTÃO – Programa de Capacitação para Gestores Escolares  
PSF – Programa de Saúde da Família  
R\$ - Reais  
RS – Rio Grande do Sul  
RURALTINS – Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins  
S – sul  
s. – segundo  
SADT - Serviço de Atendimento Diagnóstico e Tratamento  
SANEATINS – Companhia de Saneamento do Estado do Tocantins  
SCA – Secretaria de Coordenação da Amazônia  
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
séc. – século  
SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
SEME – Secretaria Municipal de Educação  
SEPLAN – Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente  
serv. – serviço  
SESI – Serviço Social da Indústria  
Set. – setembro  
SIVAM – Serviço de Vigilância da Amazônia  
SNIU – Sistema Nacional de Informações Urbanas  
SP – São Paulo  
SQA – Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Urbanos  
SUCAM – Superintendência de Combate à Malária  
TO – Tocantins  
UFT – Universidade Federal do Tocantins  
UHE – Usina Hidro-elétrica  
ULBRA – Universidade Luterana do Brasil  
urb. - urbano  
VAP – Valor Agregado da Produção

## APRESENTAÇÃO

O presente **Relatório Técnico de Conhecimento da Realidade** corresponde ao 2º produto previsto pelo contrato nº 193/2004, firmado entre a **Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente do Estado do Tocantins - SEPLAN** e a **ca & co - camargo & cordeiro consultores associados s/s Ltda.** objetivando a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano em apoio à Gestão Ambiental para o município de Porto Nacional, no estado do Tocantins, que se propõe denominar-se Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Porto Nacional.

Apresenta uma caracterização detalhada da situação atual do desenvolvimento municipal e urbano, consideradas as suas diferentes dimensões: físico-territorial, ambiental, econômica, sócio-cultural, urbanística e institucional. Examina as questões internas do Município e sua inserção regional, buscando identificar potencialidades e limitações para a promoção do seu desenvolvimento sustentável.

O conteúdo apresentado é resultado de cuidadoso levantamento de dados junto à Administração Municipal, organismos estaduais e federais atuantes no Município e aos diferentes setores da sociedade, de pesquisa de dados em fontes secundárias, de debates e discussões em reuniões e oficinas de trabalho e de observação direta da realidade municipal e urbana, durante visitas técnicas a Porto Nacional realizadas pela equipe técnica responsável pela elaboração do Plano Diretor.

As constatações resultantes deste processo deverão ser avaliadas coletivamente com os diferentes atores envolvidos com o desenvolvimento municipal para fundamentar as etapas seguintes de elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Porto Nacional, garantindo a participação dos diferentes segmentos da sociedade no processo de definição do futuro desejado para o Município e seus núcleos urbanos e das estratégias para as transformações propostas com vistas a se alcançar este futuro.

Maio de 2005

**ca & co - camargo & cordeiro consultores associados s/s Ltda.**

## I – REALIDADE ATUAL DO MUNICÍPIO

### 1. Aspectos Históricos

A história de Porto Nacional tem início no antigo Arraial de Pontal do Carmo, com ricas minas de ouro. Originalmente denominado Porto Real, no início do século XIX passou à categoria de vila, com o nome de Porto Imperial. Em 13 de julho de 1861, através da Lei Provisória nº 333, recebeu seu diploma de Cidade e, com a proclamação da República, teve o nome alterado para Porto Nacional, conforme Decreto Estadual nº 21, de 07 de março de 1890.

A colonização dos sertões cerratenses, seguida às descobertas de ouro em Goiás e à frenética busca por novas minas no vastíssimo território, deu-se por meio da fundação, em menos de 20 anos, de mais de cinquenta arraiais mineiros<sup>1</sup>, algumas reduções indígenas, caminhos ou rotas gerais com seus pousos, contagens, passagens controladas nos grandes rios e um único arraial portuário por excelência: Porto Real, hoje Porto Nacional.

No contexto sócio-econômico geral em meados do século XVIII, a Capitania de Goiás tinha cinco grandes conexões: Rio de Janeiro, Salvador, Cuiabá, São Paulo e Belém. Várias rotas, “reais” ou de contrabando, ligavam os arraiais goianos aos quatro primeiros centros, mas apenas o rio Tocantins levava a Santa Maria de Belém do Grão Pará. Durante o período Pombalino, essa rota passou a ter suma importância estratégica na conquista e ocupação portuguesa do território interior da América do Sul.

Não se pode precisar o ano da fundação do florescente arraial. Sabe-se, contudo, através de antigas crônicas e roteiros de viagem, que nos primeiros anos do século XIX Porto Real já era um núcleo de certa importância, graças à influência da aquavia do Tocantins e sua privilegiada localização no eixo entre os dois ricos povoados do Carmo e Pontal.

Teve como origem um casebre de passador que explorava o transporte de passageiros para o Arraial do Pontal, no sopé da serra do mesmo nome e distante três léguas de Porto Real, e dos que buscavam as ricas minas de ouro do Arraial do Carmo, localizado no anfiteatro da serra de mesmo nome, a oito léguas a leste da margem do Tocantins.

---

<sup>1</sup> Além dos pioneiros Santana, Barra, Ferreiro e Ouro Fino, surgiram Santa Rita, Anta, Santa Cruz, Meia Ponte, Córrego de Jaraguá, Crixás, Trairas, São José, Arraias, São Félix, Pilar, Cavalcante, Natividade (São Luís), Carmo, Almas, Porto Real, Pontal, Corumbá, Bomfim, Santa Luzia, Santo Antonio, Flores, entre outros de menor porte e muitas *fábricas* ou garimpos isolados.



O português Félix Camoa, barqueiro que, no final do séc. XVIII, fazia a travessia no Rio Tocantins das pessoas entre as minas de ouro de Bom Jesus do Pontal (vila situada a 12 km da margem esquerda do Rio Tocantins, onde atualmente só se encontram alguns sinais do antigo garimpo) e as do Arraial do Carmo, distante 42 km da margem direita do Tocantins.

O desenvolvimento de Porto Real foi possível graças à navegação do Rio Tocantins e o comércio com Belém do Pará. No início, funcionou como ponto de apoio para as embarcações que passavam para os arraiais de Pontal e Carmo. No fim do século XVIII, começou a ganhar importância como porto de escoamento do ouro e mercadorias para Belém do Pará. Porto Real, muito mais que uma simples travessia para os arraiais à esquerda ou à direita do Rio Tocantins, era o local de transição dos caminhos terrestres para o fluvial. Como Cuiabá, no Mato Grosso, com o rio de mesmo nome, ou São Paulo, com o Tietê, além de outros poucos locais, Porto Real foi protagonista de um estratégico sistema de transporte intermodal, nomenclatura atual para uma prática milenar e fundamental para o desenvolvimento das sociedades.

Porto Real representava o acesso para os sertões e destes para o Oceano Atlântico. Esse foi, durante dois séculos, o motivo de sua existência e importância relativa, inclusive para a existência de colégios e seminários desde o século XIX.

Toda a Capitania, depois Província e Estado de Goiás, sofreu com o declínio da mineração, inclusive Porto Real. Apesar disso, consolidou-se em patamar mínimo de sobrevivência como unidade federativa, na longa espera por melhores dias de desenvolvimento.<sup>2</sup> Já estavam minimamente consolidadas as bases da agricultura e da pecuária extensiva que caracterizou o Brasil Central, à época suficiente apenas para subsistência dessa enorme região.

Até o final do século XVIII os principais arraiais ainda permaneceram com razoável condição econômica, mas a decadência ou estagnação da extensa rede urbana, face à perspectiva inicial, foi inexorável e visível mesmo nos relatos e desenhos dos viajantes ilustres do início do século XIX (Pohl, Saint-Hilaire, Ender, Burchell). Essa conjuntura não acanha a epopéia dos colonizadores, ao contrário, torna-a dramática e muitas vezes heróica.

Durante todo o século XIX e metade do século XX o desenvolvimento ou a sobrevivência sócio-econômica da maioria das vilas e arraiais foi marcadamente rural, consolidando as urbes que lograram constituir-se em centros micro-regionais, reduzindo outras a ruínas ou velhas taperas, tais como Trairas, São José e São Félix. Porto Real sustentou-se em sua condição de vila portuária.

---

<sup>2</sup> Embora estivessem instalados engenhos de mineração de ouro, ainda existente em quantidades razoáveis, a extração do minério decaiu em todo o território a partir dos anos 1770, chegando rapidamente a níveis mínimos face à capacidade instalada. Na Capitania chegou-se a extrair 10 toneladas de ouro por ano, ficando os melhores anos entre 1740 e 1750.

As imagens de Porto Real no início do século XIX, ilustradas por Johann Emmanuel Pohl e William Burchell, mostram pouco mais que algumas casas sobre a barranca do Rio, revelando que, se foi importante como local de transição e travessia, não conseguiu capitalizar tal importância como um centro de negócios, como costuma acontecer nas cidades portuárias. Na verdade, apesar das intenções Pombalinas e de muitos Capitães Gerais e Governadores, o comércio entre Pará e Goiás jamais alcançou níveis ou constância suficientes para desenvolver a cidade de Porto Real e as regiões a montante e a jusante da mesma.

As instalações do Seminário Dominicano, em 1903, Caetanato<sup>3</sup> (figura 1) e Colégio Sagrado Coração de Jesus, das Irmãs Dominicanas, em 1904, aportaram novas condições sócio-econômicas à cidade, com incremento significativo de serviços e mesmo algum crescimento urbano, alçando a cidade à condição de pólo regional, antes mais ao sul, oscilando entre Natividade, Arraias e São José. Essa condição permaneceu até a criação do estado do Tocantins.



**Fig. 1 – Seminário Dominicano e Convento (Caetanato)**

A introdução da aviação civil comercial, depois da segunda Guerra Mundial, e as ainda incipientes estradas de rodagem reduziram ainda mais a precária e incerta navegação que, todavia, persistiu até o final da década de 1970, quando foi construída a ponte sobre o Tocantins (1978), conectando a Cidade à rodovia Belém-Brasília. Porto Nacional tinha, nessa ocasião, pouco mais que cinco mil habitantes.

Porto Nacional foi um centro de referência cultural e educacional do antigo Estado de Goiás, polarizando todo o nordeste goiano, sudeste do Maranhão, sul do Piauí e leste da Bahia. Foi rota do Correio Aéreo Nacional da FAB, o que possibilitava a manutenção de contatos e ligação com as áreas mais desenvolvidas do país, apesar do seu isolamento geográfico. Durante décadas, Porto Nacional manteve importante lugar na cultura e na política goiana. Atualmente mantém certa polarização

<sup>3</sup> Em 1904 foi inaugurado o Caetanato, na atual Rua Joaquim Pinheiro. O prédio principal do Colégio, tal como se vê hoje, foi construído na década de 1950.

microrregional, mas passou a ser fortemente polarizada por Palmas, perdendo uma histórica hegemonia urbana regional.

A cidade de Porto Nacional experimentou um ritmo intenso de crescimento na década de 70, reduzido a partir de 1991, com a criação de Palmas. Este crescimento foi verificado com perda significativa da população rural. A população urbana de Porto Nacional passou de 9.950 habitantes em 1970 para 36.862 em 1991 e para 38.766 em 2000, transformando-a na quarta maior cidade do Tocantins. A população total do Município teve taxa média anual de crescimento de 1,19%, no período de 1970 a 2000, enquanto a população urbana cresceu com taxa de 4,63%.

Com a criação do Estado do Tocantins e a construção de Palmas, surgiram numerosos loteamentos, entre 1988 e 1998. O modo como surgiram esses loteamentos, alguns ainda não devidamente regularizados, nas bordas espaciais disponíveis indica claramente a aposta na hipótese de crescimento exponencial da cidade, decorrente da proximidade da nova Capital. O que não se avaliou corretamente foi o poder polarizador da nova cidade, que acabou atraindo para si atividades econômicas de comércio e serviços anteriormente implantadas em Porto Nacional que perde, então, a importância econômica e cultural dos tempos de Goiás, passando a se constituir em uma cidade com fortes características de cidade-dormitório, com uma extensa área urbana loteada e vazia, muito maior que a área efetivamente ocupada.

Apesar de abrigar um dos principais *campus* da Universidade Federal do Tocantins – UFT, a cidade não conseguiu avançar no fortalecimento de sua antiga condição de pólo cultural, que hoje poderia constituir-se em vocação. Palmas como capital, além de absorver grandes investimentos públicos, passou a atrair o capital privado, interessado no aproveitamento dos incentivos e infra-estrutura econômica oferecidos e no importante mercado em formação no Estado. Desta forma, Palmas acabou por gerar certo esvaziamento dos principais centros dinâmicos do Estado, dentre eles Porto Nacional.

Com a construção da usina hidroelétrica Luís Eduardo Magalhães, formou-se um lago artificial no Rio Tocantins, com 630 km<sup>2</sup> de área inundada, que se estende de Porto Nacional até a barragem do Lajeado, onde se instalou a usina. Esta imensa lâmina de água traz variadas oportunidades de exploração, tanto sob o aspecto econômico da implantação de atividades produtivas quanto para o entretenimento, esporte e lazer ao Município.

Com o recente avanço da fronteira agrícola do país para o Estado do Tocantins, motivado principalmente pelos preços internacionais da soja nos últimos anos e pelo baixo preço da terra, a região de Porto Nacional é uma das áreas do Estado que

tende a se tornar um forte pólo da agricultura de grãos para a exportação. Evidência disto é que começa a receber importantes plantas agroindustriais, o que poderá representar uma nova tendência na direção do seu desenvolvimento.

A cidade, em um esforço macro regional orquestrado pelo estado do Tocantins, procura agora ajustar-se à realidade econômica, social e cultural de toda a região. Encontrar a vocação econômica nesta nova forma de inserção regional do município de Porto Nacional será uma tarefa importante a ser enfrentada, procurando reverter a atual condição de cidade satélite de Palmas, com fortes laços de dependência, principalmente no que se refere à oferta de oportunidades de trabalho.

## 2. Inserção Regional

Com uma área de 4.449,892 km<sup>2</sup> e densidade demográfica de 10,11 hab/km, o Município de Porto Nacional situa-se na mesorregião Oriental do Tocantins, Microrregião de Porto Nacional, no centro do Estado do Tocantins, de acordo com a divisão territorial feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A paisagem da extensíssima região que os antigos denominavam Serra Geral resulta de uma história geológica e ambiental variada e complexa. Conforme enuncia Tadeu Veiga,

*“Geologicamente o Planalto Central de Goiás (que se estende até Tocantins) está situado entre duas antigas massas continentais, denominadas **crátons** ou protocontinentes. São porções relativamente rígidas da crosta terrestre, precursoras dos continentes atuais. Um desses crátons ocupa parte de Tocantins e oeste de Minas Gerais e Bahia, estendendo-se para o Nordeste e para o Sul.*

*Entre os dois sucederam-se, ao longo do Pré-Cambriano (2.500 a 570 milhões de anos), diversas associações de sedimentos marinhos e rochas vulcânicas. Foram progressivamente deformadas, metamorizadas e intrudidas por corpos ígneos variados. Tais rochas integram extensas faixas de dobramentos – responsáveis, ao final de sua evolução complexa, pela sutura das antigas massas continentais – o Cráton Amazônico, que se estende a oeste do Rio*

*Araguaia, e o cráton do Saio Francisco, a leste da Serra Geral de Goiás.*

*A prolongada interação entre os dois crátons, ainda pouco compreendida, resulta nas principais feições geológicas goianas e tocantinenses. Os processos atuantes na evolução das faixas dobradas e de seu substrato favoreceram a acumulação de metais básicos e de ouro, bem como gemas e diversos outros metais, associados às rochas ígneas.”*

A bacia montante do Rio Tocantins tem início em três sub-bacias: Paranã, Maranhão e Uru/Almas, em ordem leste-oeste. Variações toponímicas, antigas ou atuais, pouco alteram essa descrição maior, assim como afluentes outros de certo porte, como os rios Tocantinzinho, São Jerônimo e São Patrício. Dividem e recortam essas bacias uma série de anfractuosidades resultantes de quebradas de chapadões ou de antiqüíssimas fraturas geológicas, recorrentes no sentido geral sul-norte e estendendo-se desde os contrafortes das chapadas do Distrito Federal até o Estado do Maranhão.

Em relação à rede hidrográfica, a micro-região de Porto Nacional está no médio Tocantins, depois da confluência de todos os seus principais formadores. A construção de Palmas e da UHE Luis Eduardo Magalhães e do lago conseqüente alteraram definitivamente as relações entre as cidades da região.

Neste momento são visíveis, em economia de escala, apenas ações de investimentos agro-pastoris ou a eles associados. Entretanto, percebe-se também algum empirismo e investimentos isolados ou desagregados de sincronicidade regional, particularmente na urbanização ou alocação populacional, conseqüente dos investimentos ou das hipóteses alternativas de desenvolvimento.

Por outro lado, os investimentos no segmento cultural – patrimônios material e imaterial – não têm na base existente volume ou força para liderar ou mesmo gerar auto-sustentabilidade. Podem ser, todavia, um componente integrador ou catalisador para o esforço desenvolvimentista em curso, tanto com seus elementos disponíveis mais imediatos, como com outros elementos a reativar ou desenvolver e, principalmente, com os componentes conexos da Educação e do Turismo.

## **2.1. Localização**

Situado entre os paralelos 10° S e 11° S, o município de Porto Nacional limita-se ao norte com Miracema do Tocantins; a leste com Palmas e Monte do Carmo; ao sul com Silvanópolis, Ipueiras e Brejinho de Nazaré e a oeste com Nova Rosalândia, Fátima, Oliveira de Fátima, Pugmil e Paraíso do Tocantins.

Considerada um Portal da Amazônia, a cidade de Porto Nacional localiza-se a 64 km de Palmas, pelas TO 050 e 070. Com uma área de 4.753,7 km<sup>2</sup>, ocupa localização estratégica para a Hidrovia Araguaia/Tocantins e para a Ferrovia Norte/Sul. Sua economia é estruturada no comércio, fonte de maior geração de emprego e renda, seguido da agricultura e pecuária, além do extrativismo vegetal e mineral.

Com vistas ao planejamento regional do Estado, a Diretoria de Zoneamento Ecológico Econômico da SEPLAN incluiu Porto Nacional na Região IX – Região Metropolitana de Palmas, juntamente com a capital do Estado e os municípios de Aparecida do Rio Negro, Brejinho de Nazaré, Fátima, Ipueiras, Lajeado, Miracema do Tocantins, Monte do Carmo, Oliveira de Fátima e Tocantínia (figura 2).

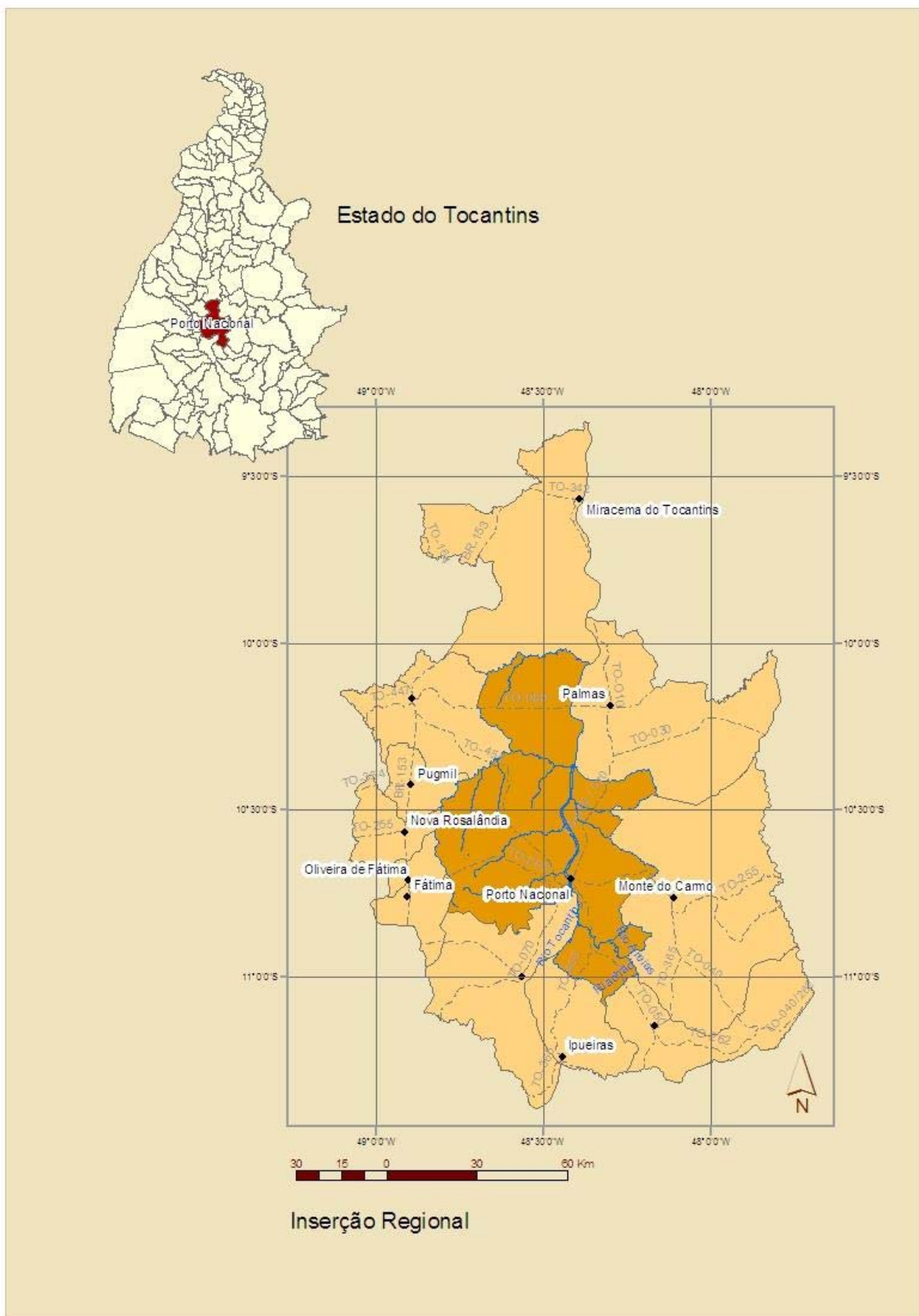


Fig. 2 - Porto Nacional - Inserção regional

Para efeito do Plano Diretor, entretanto, é necessário identificar aqueles municípios que mantêm relações funcionais mais próximas e diretas com Porto Nacional, configurando um contexto regional com certas articulações intermunicipais.

A cidade de Porto Nacional, com uma série de funções centrais de alcance microrregional, polariza outras cidades não inseridas na região de Palmas, como Pindorama do Tocantins, Ponte Alta do Tocantins, Santa Rosa do Tocantins e Silvanópolis. Por outro lado, os municípios de Aparecida do Rio Negro, Lajeado, Miracema do Tocantins e Tocantínea vinculam-se diretamente com Palmas, sem qualquer ligação funcional com Porto Nacional.

Desta forma, a região adotada para a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Porto Nacional é polarizada por Palmas, mas não coincide com a região definida pela SEPLAN, e é constituída pelos seguintes municípios (Tabela 1 e figura 3): Brejinho de Nazaré, Fátima, Ipueiras, Monte do Carmo, Oliveira de Fátima, Palmas, Pindorama do Tocantins, Ponte Alta do Tocantins, Santa Rosa do Tocantins, Silvanópolis e Porto Nacional.

**Tabela 1 - Região de influência de Porto Nacional – População total, área territorial e densidade demográfica, por município, região e estado.**

Municípios	População (2000)	Área (km <sup>2</sup> )*	Densidade Demográfica (hab/km <sup>2</sup> )
Brejinho de Nazaré	4.877	1.724,441	2,83
Fátima	3.848	382,908	10,05
Ipueiras	1.166	815,250	1,43
Monte do Carmo	5.193	3.616,655	1,43
Oliveira de Fátima	958	205,849	4,65
Palmas	137.355	2.218,934	61,90
Pindorama do Tocantins	4.685	1.559,080	3,00
Ponte Alta do Tocantins	6.172	6.491,089	0,95
<b>Porto Nacional</b>	<b>44.991</b>	<b>4.449,892</b>	<b>10,11</b>
Santa Rosa do Tocantins	4.316	1.796,248	2,40
Silvanópolis	4.725	1.258,824	3,75
<b>Total da Região</b>	<b>218.286</b>	<b>24.519,155</b>	<b>8,90</b>
<b>Tocantins</b>	<b>1.157.098</b>	<b>277.620,914</b>	<b>4,17</b>

- IBGE - Resolução nº 05 de 10/10/2002 DOU nº 198
- Fonte: Dados Básicos do IBGE – Censo Demográfico 2000



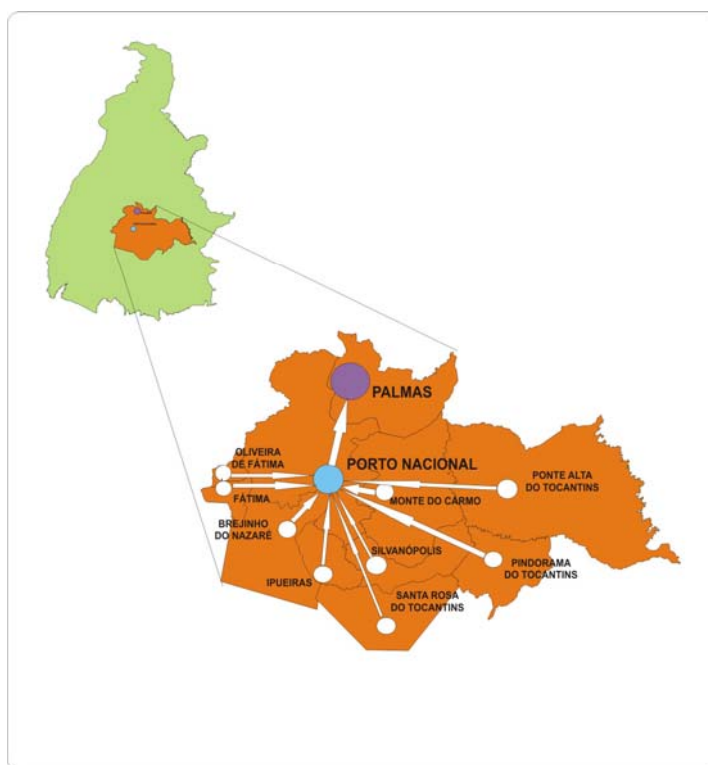


Fig. 3 – Região de influência de Porto Nacional considerada pelo Plano Diretor

## 2.2. Acessibilidade

O principal acesso rodoviário (tabela 2 e figura 4) à cidade de Porto Nacional, sede do Município, situada a 212 m de altitude, nas coordenadas geográficas de  $-10^{\circ}42'29''$  de latitude sul e  $48^{\circ}25'02''$  de longitude oeste, e a 64 km da capital do Estado, é a Rodovia BR 050, que liga Palmas a Brasília. Também é possível chegar-se à Cidade por meio da rodovia TO-255, que a liga à BR-153, Belém-Brasília, na altura de Fátima, permitindo a ligação com Gurupi, ao sul, e Araguaína, ao norte, duas das mais importantes cidades do Tocantins. O prolongamento da TO-255, no sentido leste, liga Porto Nacional a Ponte Alta do Tocantins, um dos portais do Jalapão, região de grande interesse para o ecoturismo, que começa a ser descoberto nacional e internacionalmente.

Tabela 2 – Distância do município e vias de acesso em relação aos principais centros urbanos

Município	Distância	Rodovia
Palmas	64	BR-050
Brasília	870	BR-050
Goiânia	800	BR-050 / BR-060
Araguaína	485	TO-255 / BR-153
Gurupi	174	BR-153 / TO-255

Fonte: Secretaria Municipal de Transportes)

As rodovias estaduais que cortam Porto Nacional são:

**TO 050**, pavimentada, que liga Porto Nacional a Palmas e ao norte, e a Silvanópolis, prolongando-se até Arraias, a sudeste próxima à divisa com Goiás;

**TO 255**, pavimentada, ligando Porto Nacional à Fátima, a oeste, e Monte do Carmo, a leste, prolongando-se até Ponte Alta do Tocantins, na entrada da região do Jalapão;

**TO 070**, parcialmente pavimentada, liga Porto Nacional a Brejinho de Nazaré, ao sul;

**TO 454**, não pavimentada, faz a ligação entre Porto Nacional e Paraíso do Tocantins, a noroeste;

**TO 458**, não pavimentada, liga Porto Nacional a Ipueiras e Santa Rosa do Tocantins;

**TO 080**, pavimentada, liga Palmas a Paraíso do Tocantins através do município de Porto Nacional.

O acesso fluvial pelo rio Tocantins é pouco usado e, a partir da construção do lago, fica limitado a pequenas distâncias. Não existe acesso ferroviário à cidade. O traçado previsto para a Ferrovia Norte-Sul passa pelo Município, cruzando a TO-255, o que irá ampliar as possibilidades de acesso a Porto Nacional. Está previsto um pátio de carregamento próximo ao povoado Escola Brasil.

Também é possível chegar-se a Porto Nacional por via aérea, uma vez que a cidade conta com um aeródromo com uma pista de pouso de 1.800 m e equipamentos de controle de vôos mantidos pela INFRAERO.

Embora não conte com vôos regulares, o aeródromo de Porto Nacional é a alternativa reconhecida pelo DAC para Palmas. Além disto, o aeródromo de Porto Nacional é balizador das rotas internacionais e conta com um dos postos de controle do SIVAM.

Atualmente o aeródromo atende a um aeroclube, com 2 (duas) pequenas aeronaves e 3 (três) instrutores, e a aviões particulares. A última turma de 7 (sete) alunos do aeroclube, aprovou 5 (cinco) para a prova prática.

A gestão do aeródromo de Porto Nacional é estadual e trabalham ali 4 (quatro) funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal, 8 (oito) da INFRAERO e 2 (dois) do SIVAM. Existe um posto de combustíveis na área do aeródromo, inativo.

A localização privilegiada e a acessibilidade possibilitada por esta variação modal de transportes fazem de Porto Nacional uma cidade estratégica para a instalação de empreendimentos econômicos que poderão desconcentrar e complementar as demandas por bens e serviços por parte da população de Palmas e da Região Metropolitana proposta e, também, apoiar o desenvolvimento sustentável do turismo na região do Jalapão.

Há no Município cerca de 4.700 km de estradas vicinais que ligam a sede municipal aos povoados, agrovilas e às propriedades rurais. As condições e trafegabilidade destas estradas é bastante precária. A Secretaria Municipal de Transporte conta com uma frota de veículos pesados, de manutenção das estradas e coleta de lixo, composta por 2 (dois) caminhões basculantes, 3 (três) caminhões caixa lixo, 1 (um) trucaço pipa, 1 (um) caminhão munck, a maioria deles necessitando de reparos.

Para a manutenção das estradas, o Município dispõe de 2 (duas) pás carregadeiras, 2 (duas) Patrol e 2 (dois) tratores de esteira, apenas com os dois últimos em serviço.

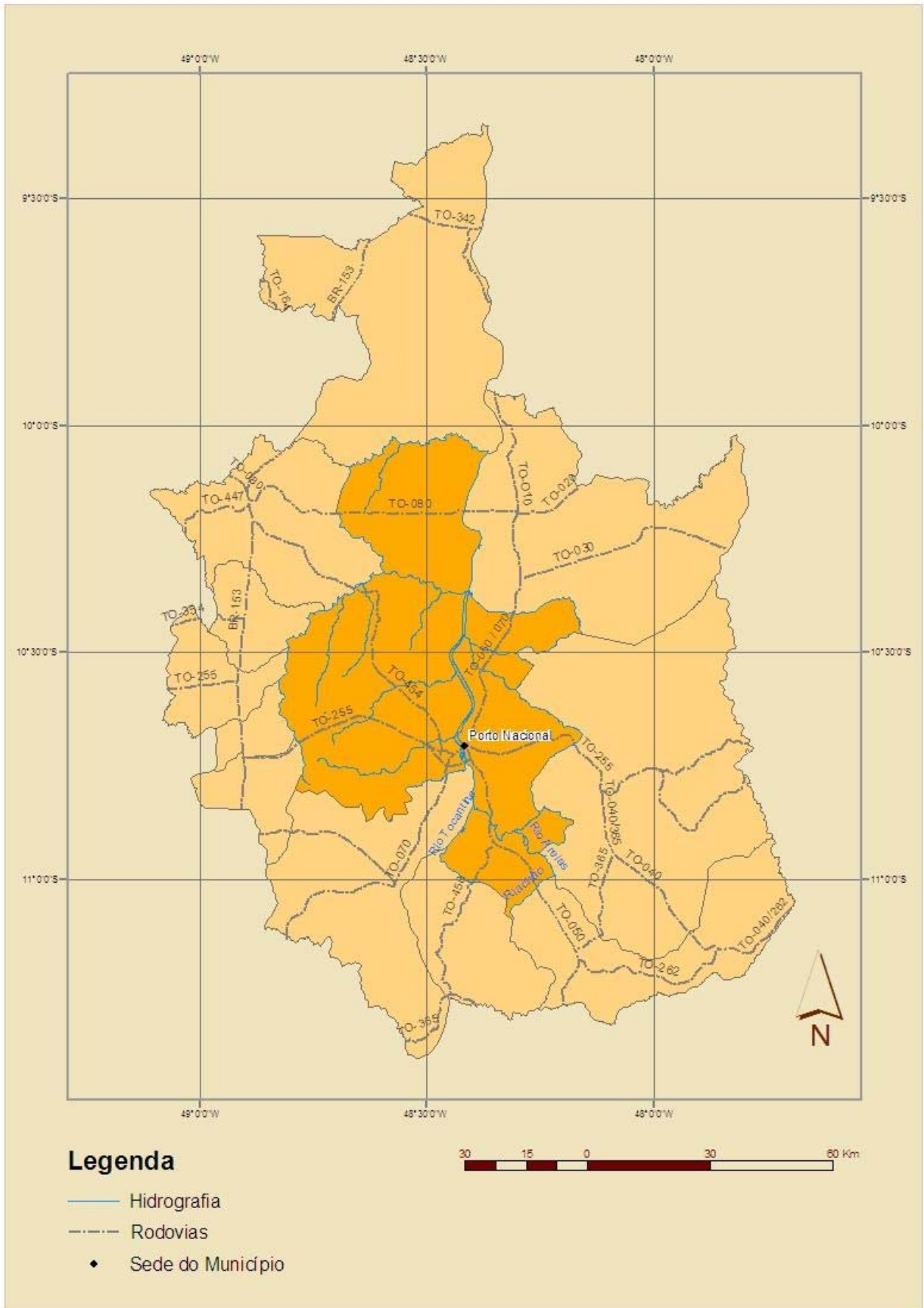


Fig. 4 – Acessibilidade

### **3. Aspectos Físico-ambientais**

Esta seção apresenta a caracterização físico-territorial de Porto Nacional e os principais atributos ambientais que poderão condicionar o desenvolvimento sustentável do Município e sua sede, tanto positiva quanto negativamente. Visa permitir uma avaliação das potencialidades e fragilidades físico-ambientais observadas na realidade atual, com vistas a orientar a definição de um novo cenário, no qual as primeiras sejam potencializadas e as segundas, minimizadas.

#### **3.1. Meio Ambiente Natural**

##### **3.1.1. Aspectos Geofísicos**

###### **Geologia e Geomorfologia**

A geologia da região de Porto Nacional é formada por unidades geológicas diferenciadas, com predominância de terrenos cristalinos do Complexo Goiano e da Formação Pimenteiras e sedimentares da Bacia Sedimentar do Meio-Norte. Além destas, registram-se em Porto Nacional as seguintes unidades geológicas: Alcalinas de Peixe, Cobertura sedimentar quaternária detrito-laterítica e aluviões holocênicos, Complexo Metamórfico Aruanã-Piauí, Complexo Porto Nacional, Depósitos Aluvionares, Formação Longa, Formação Monte do Carmo, Granitos Intrusivos, Grupo Estrondo, Rio Araguaia e Suíte Ipueiras (figura 5).

O ambiente geológico da cidade de Porto Nacional é de coberturas cenozóicas, que se estendem ao longo das duas margens do rio Tocantins. Na área rural são verificados ambientes dos Complexos Metamórficos do Arqueano e Proterozóico Inferior, faixas de dobramento do roterozóico médio e superior e da Bacia Sedimentar do Parnaíba.

A compartimentação geoambiental do Município, de acordo com o Atlas do Tocantins, distribui as terras do Município entre a Depressão do Alto Tocantins, ao sul, sudeste e leste, a Serra das Cordilheiras e Planalto Sul Tocantinense, a oeste, e as Depressões Longitudinais do Tocantins, a norte, mais acentuadas do lado oeste (figura 6).

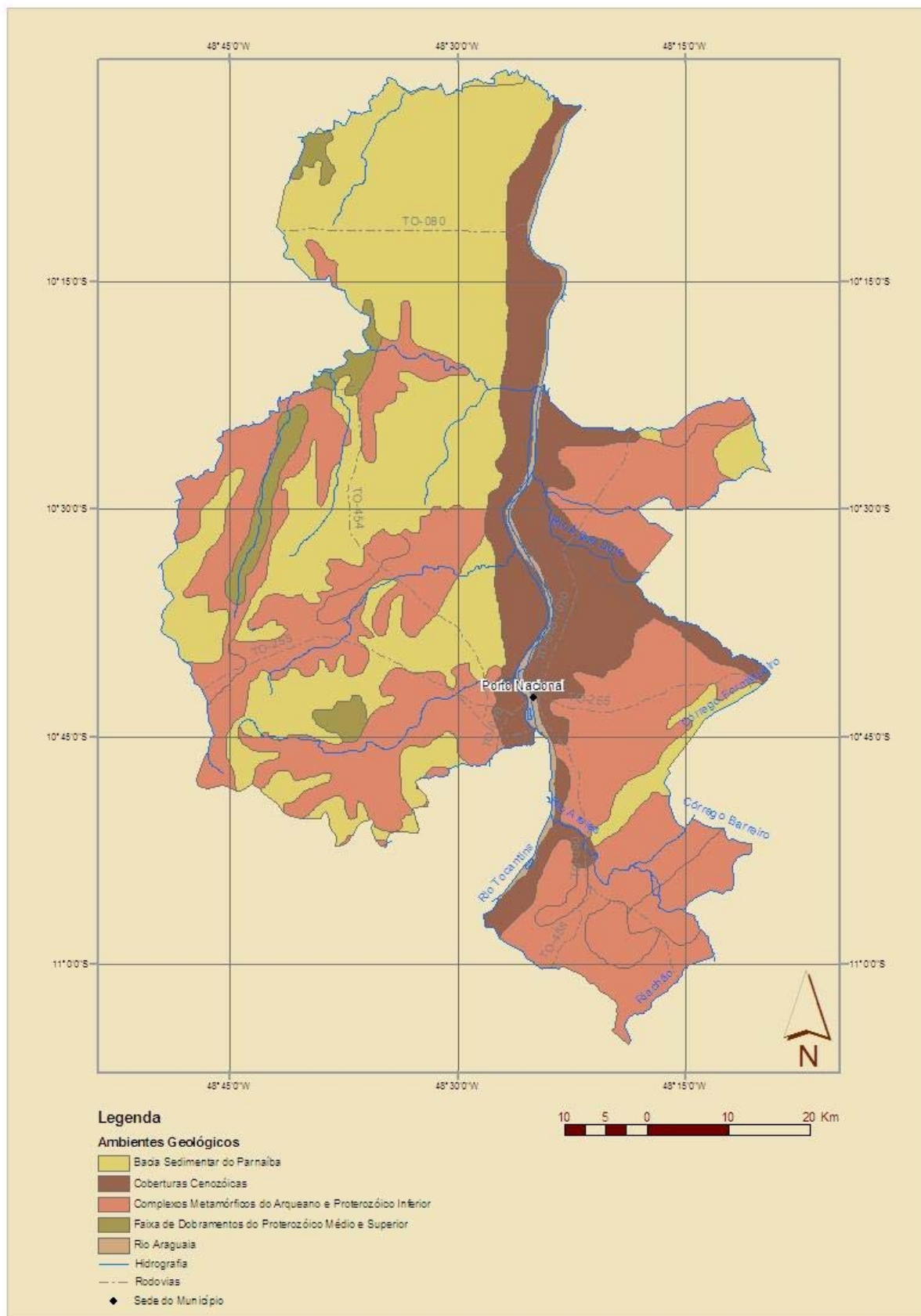


Fig. 5 – Geologia

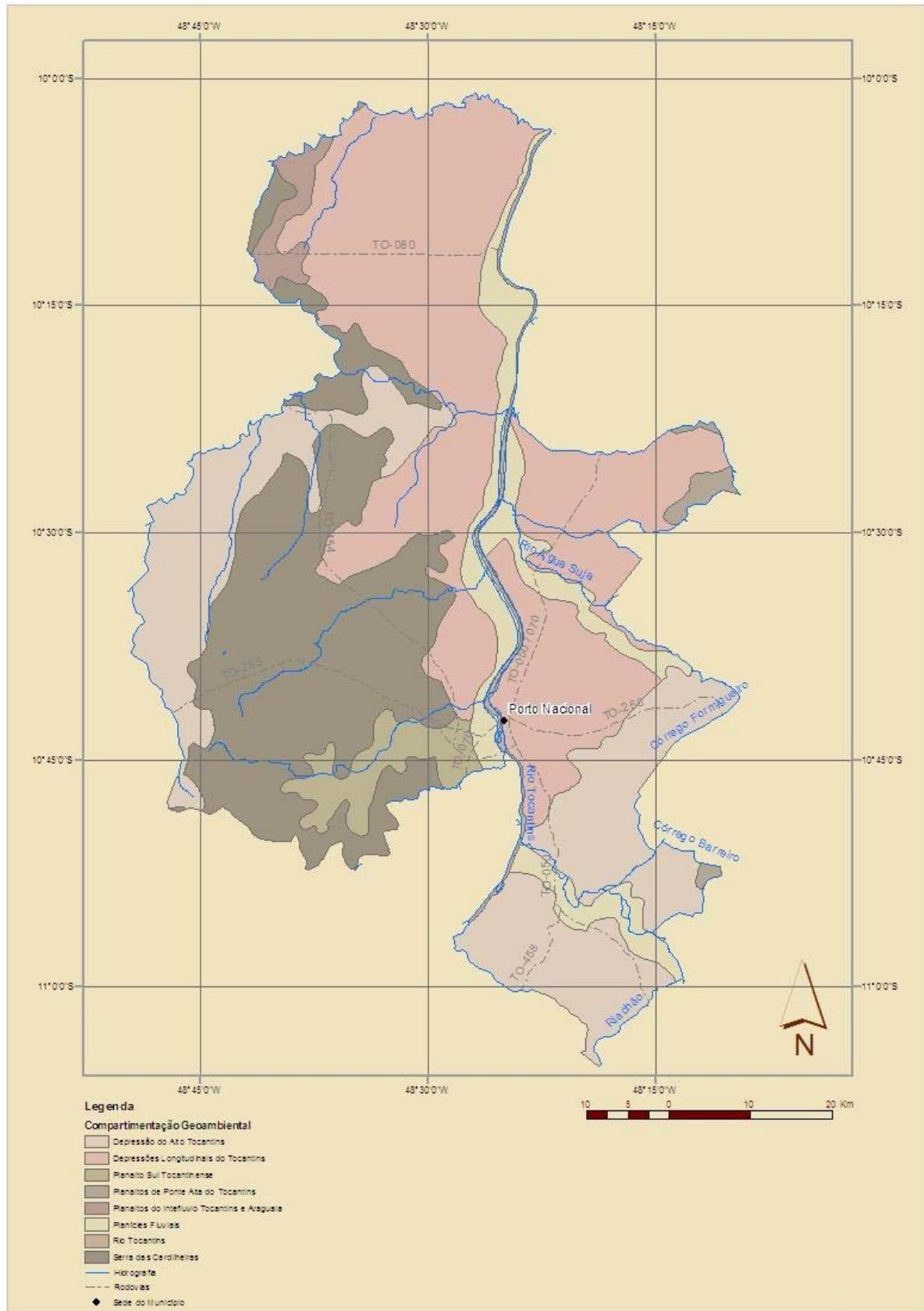


Fig. 6 – Compartimentação geoambiental

## **Relevo**

O relevo ao norte apresenta, de forma geral, uma topografia suavemente ondulada com altitudes entre 100 e 500 m. Na porção nordeste do território, o relevo encontra-se dissecado em formas tabulares características de superfícies sedimentares, como a Serra do Lajeado, superfícies de pediplanos, inselbergs e terraços fluviais. Na parte sul do Município, são freqüentes os morros isolados. Na porção oeste, verificam-se dissecções em cristas, mesas, interflúvios tabulares e colinas com vales encaixados (figura 7).

## **Declividade**

A declividade predominante no território municipal é A, de natureza suave, igual ou inferior a 5%, com escoamento superficial lento ou médio e reduzida erosão hídrica, não representando empecilho para o trabalho de máquinas agrícolas. Observam-se, entretanto, alguns trechos, a sudoeste e a noroeste do Município com áreas inclinadas ou colinosas, de declive maior que 10% e igual ou inferior a 15%, nas quais o escoamento superficial é rápido e o terreno é facilmente erodível, a não ser quando muito permeável e não muito arenoso. Na maioria dos casos, ainda admitem o uso de máquinas agrícolas, mas práticas conservacionistas são necessárias e recomendáveis (figura 8)



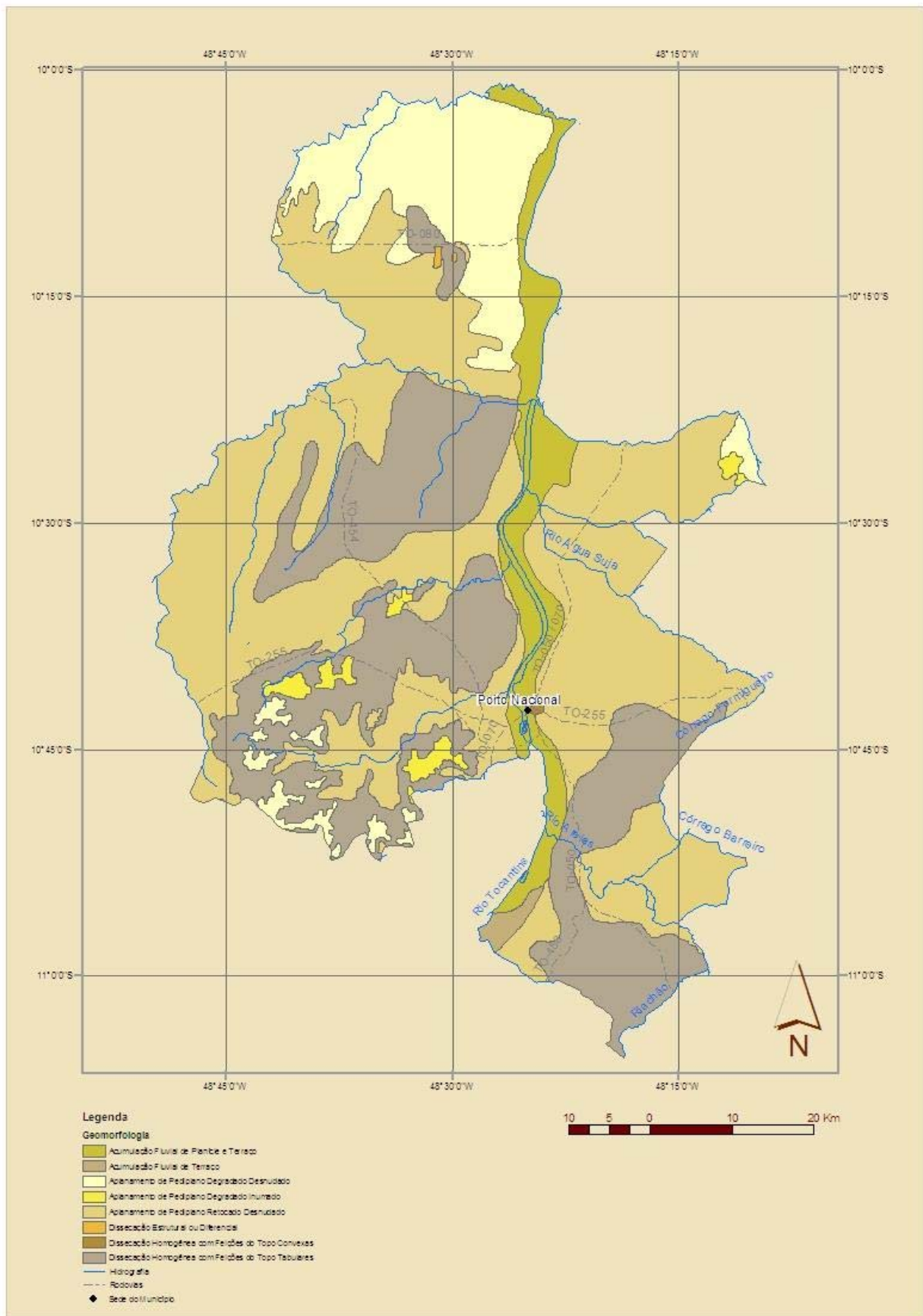


Fig. 7 – Formas de relevo



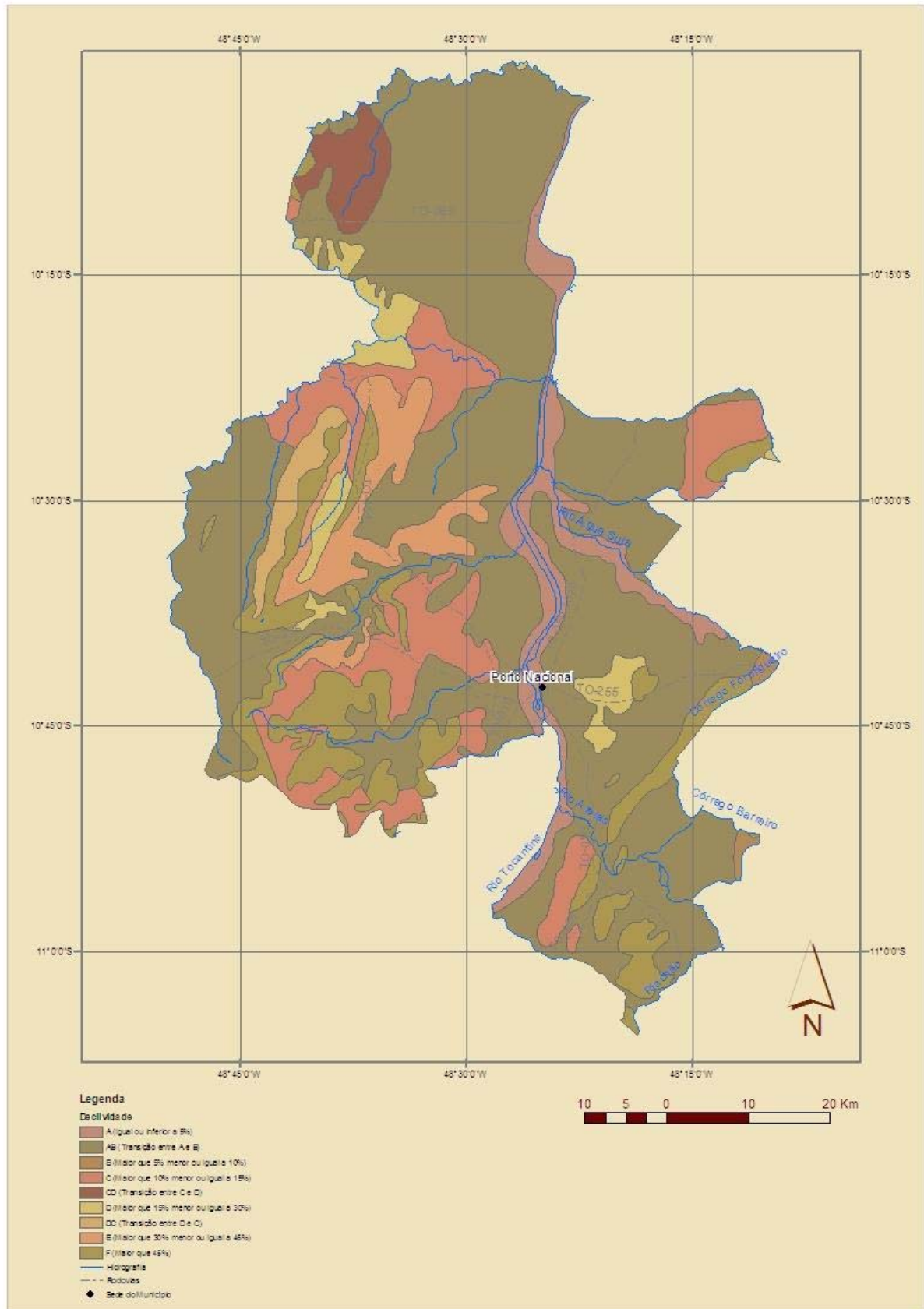


Fig. 8 - Declividade

## Pedologia

Os solos predominantes na região de Porto Nacional são minerais, profundos, argilosos ou de textura média, bem drenados, pouco susceptíveis à erosão e com baixa fertilidade natural (figura 9). Verificam-se no Município:

- **Areias Quartzosas** – solos pouco desenvolvidos, profundos, com origem em sedimentos areio-quartzosos não consolidados ou arenitos. São fortemente ácidos, com baixa porcentagem de matéria orgânica e, conseqüentemente, com baixa fertilidade natural e carência generalizada de nutrientes. São observadas em pequenas porções ao norte do Município.
- **Hidromórfico Gleizado** – verificados ao longo das margens dos rios Tocantins e Água Suja, são associações de solos Glei pouco húmico, de textura indiscriminada, com Latossolo Vermelho-Amarelo plíntico, de textura argilosa, e Solo Aluvial, com textura indiscriminada. Todos eles são distróficos e de relevo plano, com baixa disponibilidade de nutrientes e fortemente ácidos.
- **Latossolo Vermelho-Amarelo e Vermelho-Escuro** – solos minerais, não hidromórficos, muito profundos, que vão de forte a moderadamente drenados, com baixa fertilidade natural, formados pela mistura de partículas minerais. Sua tonalidade varia de vermelha muito escura, no horizonte A, vivas, no B e claras, amareladas, no C. Geralmente, apresentam avançado estágio de intemperização. Distribuem-se por todo o território municipal.
- **Solos Concrecionários** – com alta concentração laterítica, perfis profundos, encontram-se nas bordas de chapadas ou áreas de acumulação do noroeste, oeste e parte do sul do território. São, na maioria, distróficos, fortemente ácidos com carência generalizada de nutrientes e com baixo teor de carbono nos horizontes superficiais.
- **Solos Litólicos** – apresentam associações de solos com textura indiscriminada, solos com textura argilosa e afloramentos de rocha, nos quais todos os tipos associados são distróficos, de relevo montanhoso e fortemente ondulado. São observados no leste e sudeste do Município. Apresentam perfis pouco desenvolvidos, rasos, com horizonte A, assentado sobre a rocha (A,R) ou sobre um horizonte C de pouca espessura. Na maioria carentes de nutrientes e acentuadamente ácidos, bastante suscetíveis à erosão, bem drenados, não apropriada para o uso agrícola pela pequena profundidade e elevada acidez. Entretanto, apresentam, em pequenas proporções, solos férteis, desenvolvidos a partir de rochas básicas.

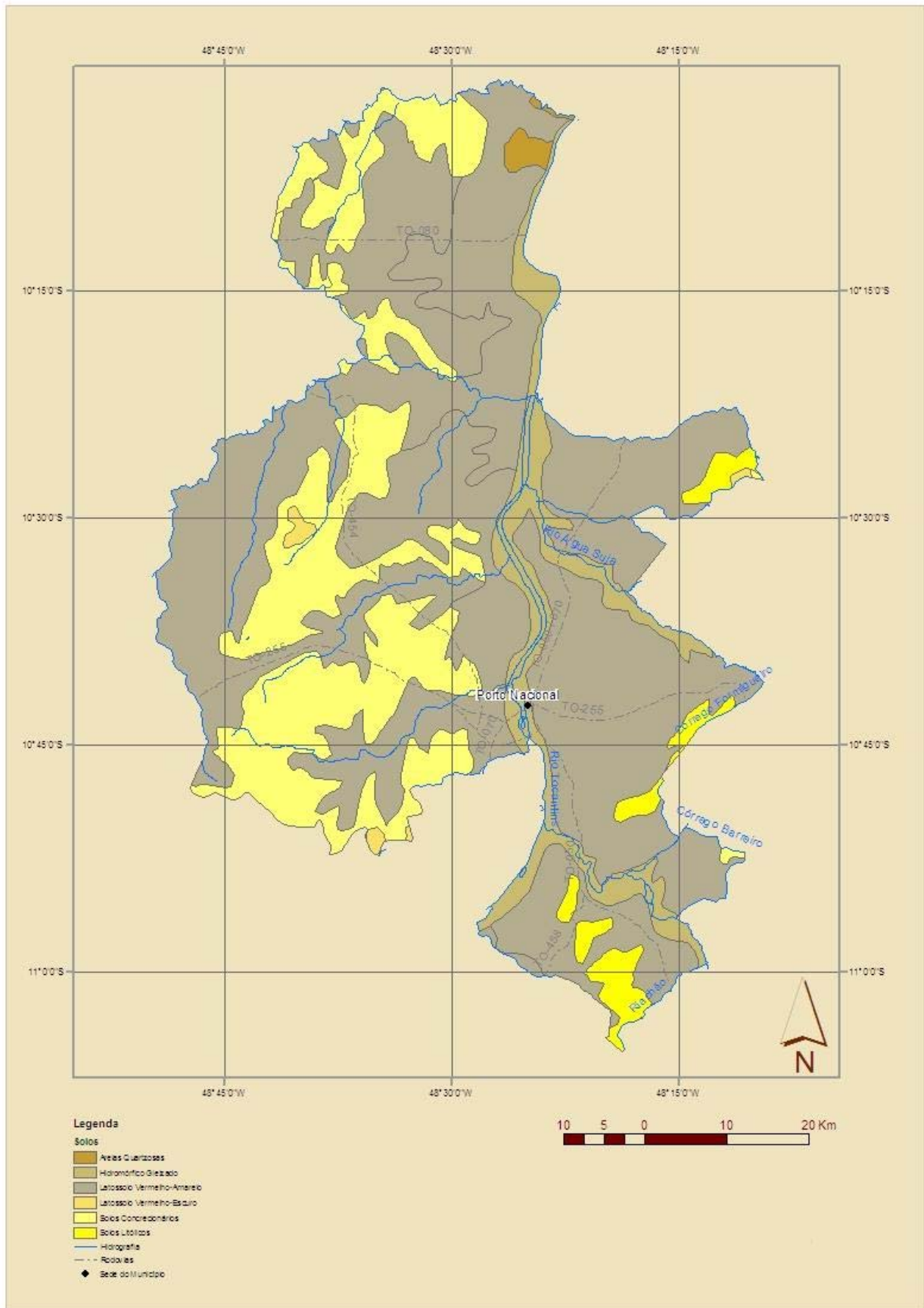


Fig. 9 – Pedologia

## Erodibilidade

Em relação à susceptibilidade à erosão, o solo de Porto Nacional apresenta as seguintes classes (figura 10):

- **Muito Fraca** – áreas formadas por solos de grande significado agrícola, muito profundos, porosos, bem permeáveis, friáveis, localizados em relevo plano, com inclinação raramente superior a 3%, com processos de escoamento superficial e difuso. São predominantes no território municipal.
- **Ligeira** – áreas de solos variando entre bem a fortemente drenados, profundos, em relevo de ondulação suave, com inclinação entre 3% e 8%, cujos processos de escoamento superficial são difusos e lentos, com eventuais concentrações. São observadas em pequenas manchas ao norte e sudeste do Município.
- **Moderada** – áreas constituídas por solos variando entre profundos e pouco profundos, com perfis permeáveis e pequena diferenciação entre os horizontes. Ocorrem a noroeste e algumas manchas no leste do território, normalmente em relevos ondulados, com declividade entre 8% e 20%, tendo escoamento superficial difuso e lento, com ocorrência de algum escoamento concentrado.
- **Forte** – áreas a oeste e sudoeste, com solos pouco profundos, drenagem moderada, com poucos agentes agregadores e uma estrutura maciça, sem coesão no horizonte superficial (A), nos quais a matéria orgânica é inexpressiva e restrita a este horizonte. Ocorrem em relevo fortemente ondulado, com declividade entre 20% e 45%, e apresentam permeabilidade restrita, o que os torna erodíveis. Têm processo de escoamento superficial difuso e rápido, concentrado, podendo ocorrer até mesmo movimentos de massa, do tipo rastejamento e solifluxão.
- **Muito Forte** – áreas formadas por solos rasos e muito rasos, com afloramento de rochas, em relevo de montanhoso a escarpado, com declives iguais ou maiores que 45%. Têm processo de escoamento superficial concentrado, com ocorrência de movimentos de massa do tipo deslizamento, desmoronamento, rastejamento e solifluxão, com eventuais quedas de blocos. Ocorrem predominantemente na região da Serra das Cordilheiras.
- **Especial** – áreas ao longo das margens dos rios Tocantins, Água Suja e Areias, com solos imperfeitamente a muito mal drenados e nível de lençol freático normalmente elevado. Os processos de escoamento superficial concentram-se ao longo da drenagem, remobilização e deposição de sedimentos finos, além de escoamento difuso e lento nas planícies, terraços fluviais e margens de lagos, onde ocorrem eventuais inundações.

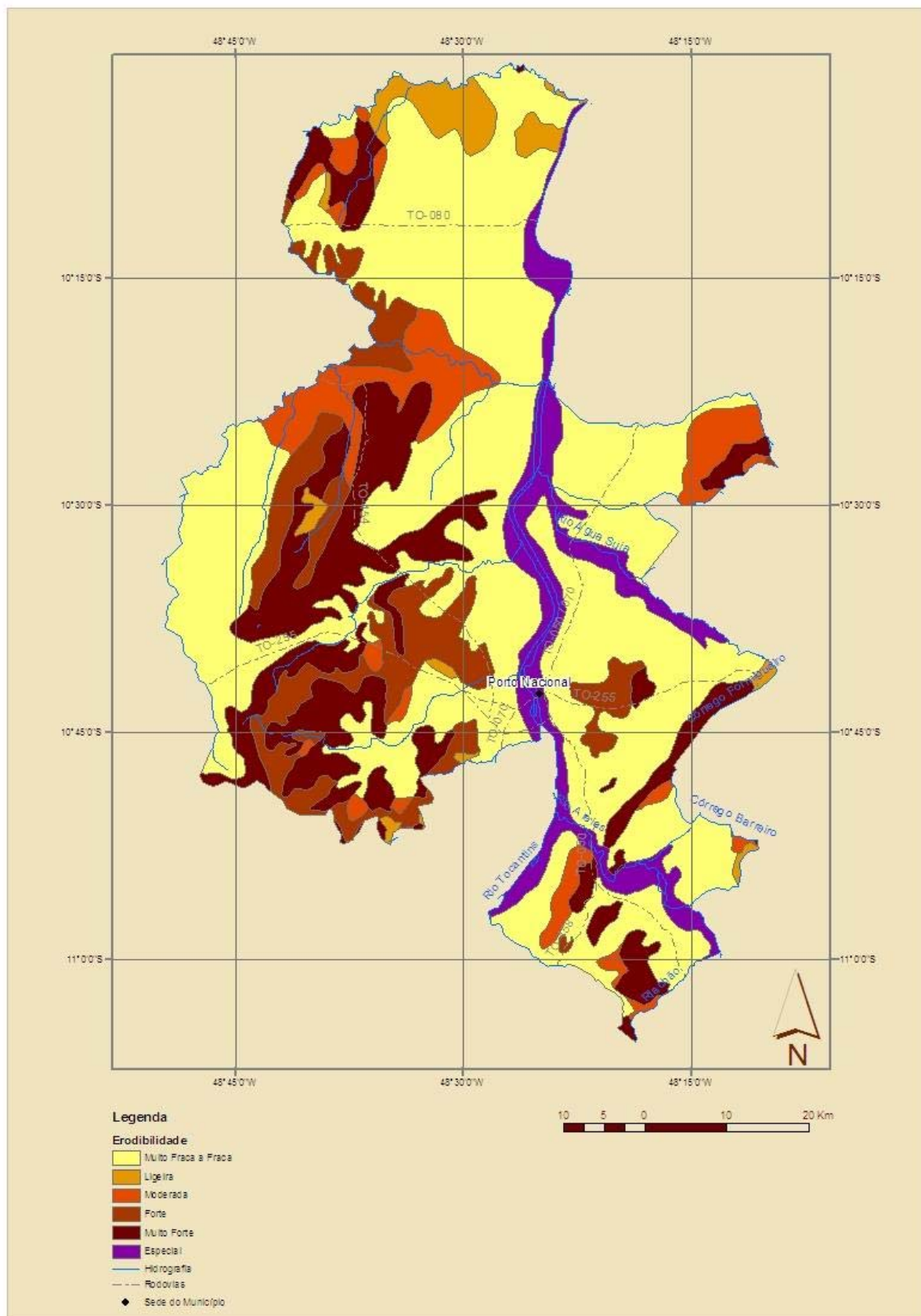


Fig. 10 – Erodibilidade

## Recursos Hídricos

O território municipal é todo drenado pela Bacia do Tocantins, cujos principais afluentes no Município são os Ribeirões São João, Areias e Água Suja. O primeiro é utilizado como fonte de captação de água para abastecimento da Cidade, desde 1960. O município de Porto Nacional é cortado pelo Rio Tocantins, tendo sua sede urbana localizada à margem direita deste rio. Com a construção da UHE Luís Eduardo Magalhães, o trecho do rio que banha a Cidade transformou-se em um grande lago, potencialmente importante para a recreação, lazer esporte e turismo, além das possibilidades de navegação fluvial e pesca (figura 11).



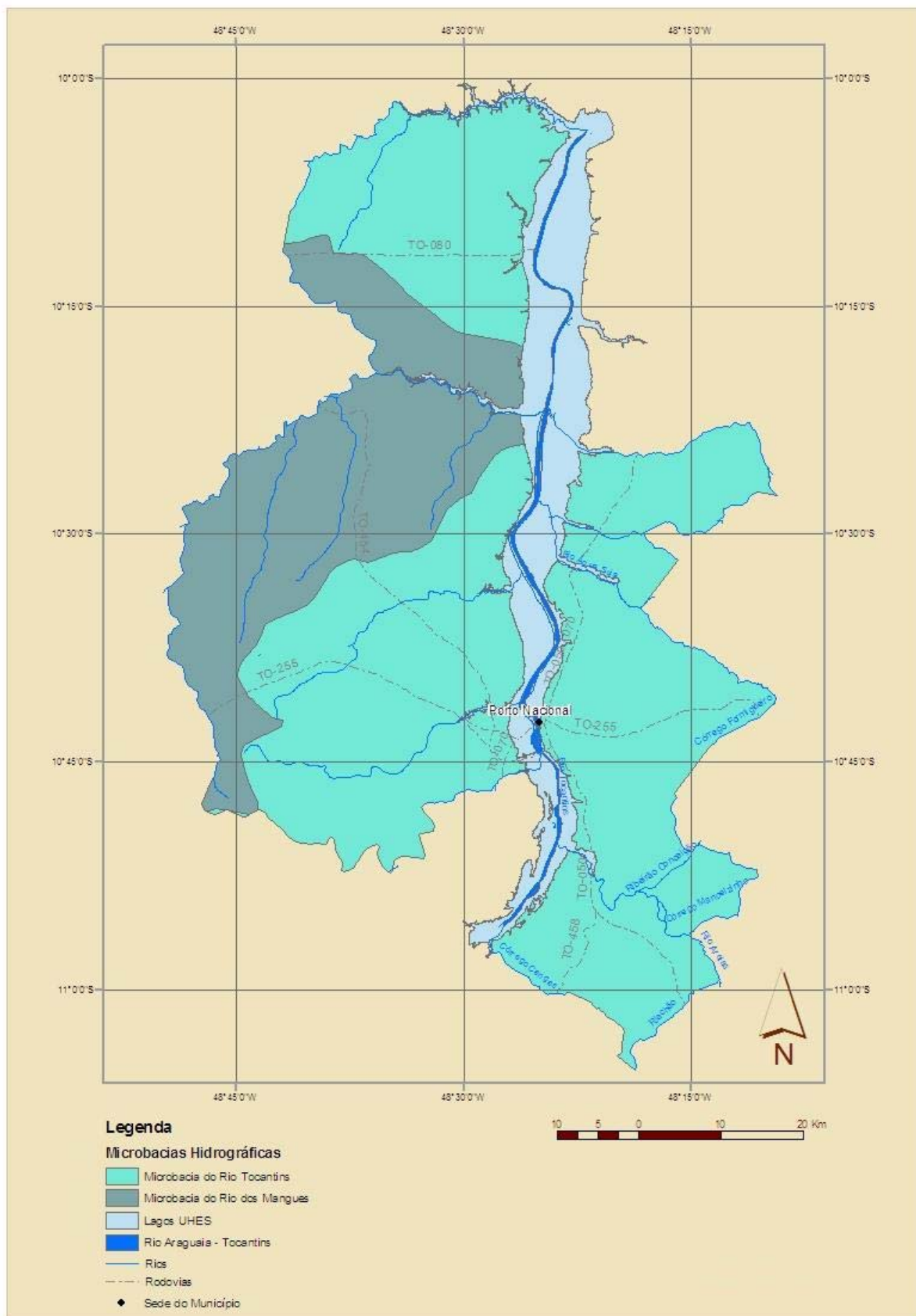


Fig. 11 – Hidrografia

## Clima

De acordo com a regionalização climática do Estado do Tocantins, realizada pelo Método de Thornthwaite, que leva em conta os índices representativos de umidade, aridez e eficiência térmica, derivados diretamente da precipitação, da temperatura e dos demais elementos resultantes do balanço hídrico de Thornthwaite-Mather, Porto Nacional apresenta os seguintes climas (figura 12):

- **B1wA'a'** - úmido, com moderada deficiência hídrica no inverno, evapotranspiração potencial apresentando variação média anual entre 1.400 e 1.700 mm, distribuindo-se no verão em torno de 390 e 480 mm ao longo dos três meses consecutivos com temperaturas mais elevadas. Este clima é verificado na porção oeste do Município.
- **C2WA'a'** - úmido subúmido, com pequena deficiência hídrica, evapotranspiração potencial média anual de 1.500 mm, distribuindo-se no verão e em torno de 2400 mm ao longo dos três meses consecutivos com temperaturas mais elevadas. Tal clima é observado na porção leste do Município.

A 10ª Estação Climatológica de Porto Nacional classifica o clima de Porto Nacional como seco de savana. A temperatura média anual oscila entre 28°C e 29°C, sendo a parte oeste ligeiramente mais quente do território. Setembro é o mês com as mais altas temperaturas, cerca de 39°C, enquanto Janeiro registra as mínimas anuais, de 13,1°C (figura 13). Os ventos sopram de Norte para Sul, fracos, chegando a, no máximo, 6 pontos na escala Beaufort.

A precipitação pluviométrica anual varia de 1.500 mm, na porção sudeste e na sede municipal a 1.800 mm no extremo norte do município, com mais de 80% de incidência no período entre outubro e abril, quando podem ocorrer chuvas torrenciais de grande capacidade erosiva. O período da seca, de maio a setembro, registra índices muito baixos de precipitação, com notável redução da vazão dos cursos d'água que não chegam, porém, a secar (figura 14).

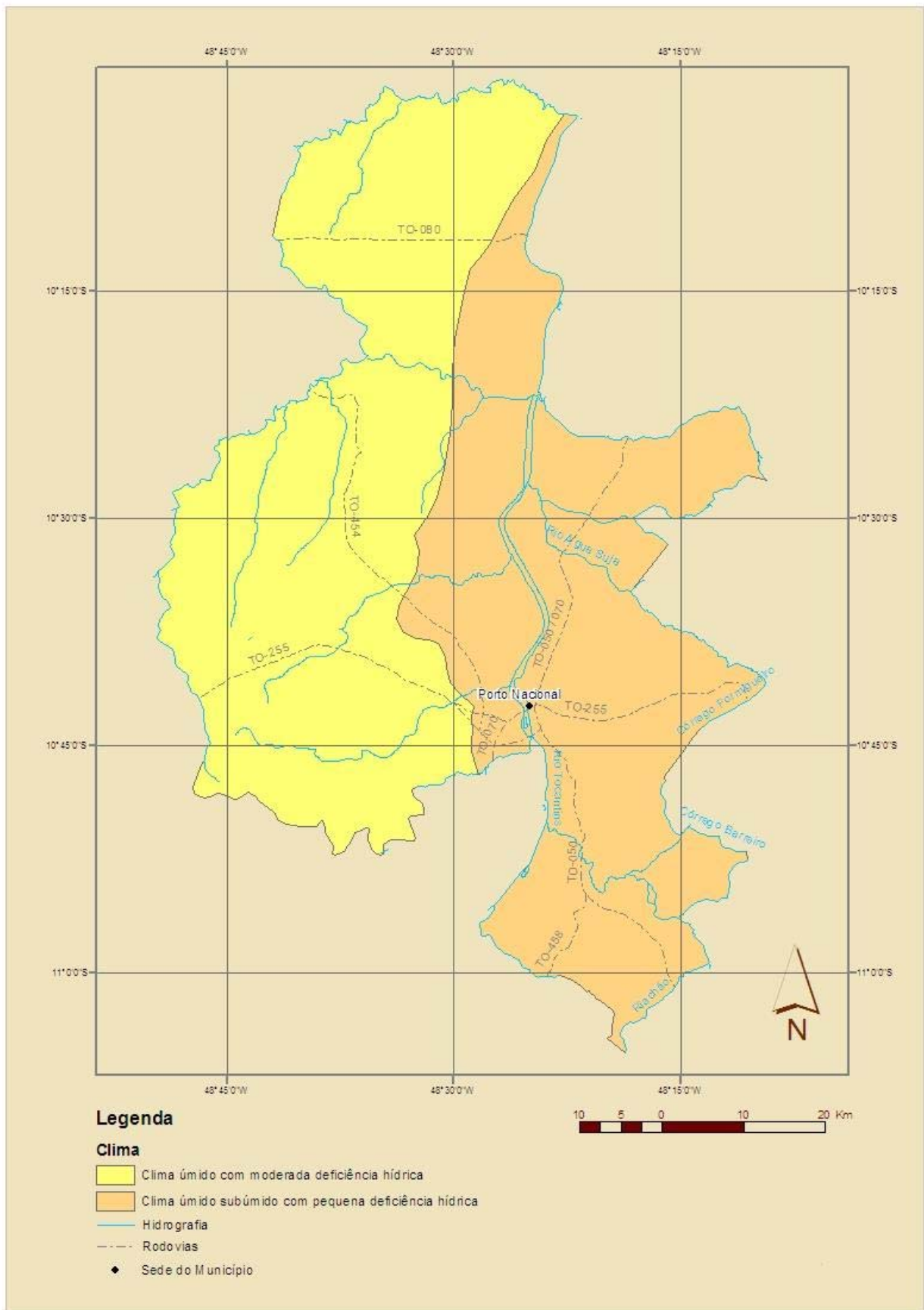


Fig. 12 – Clima

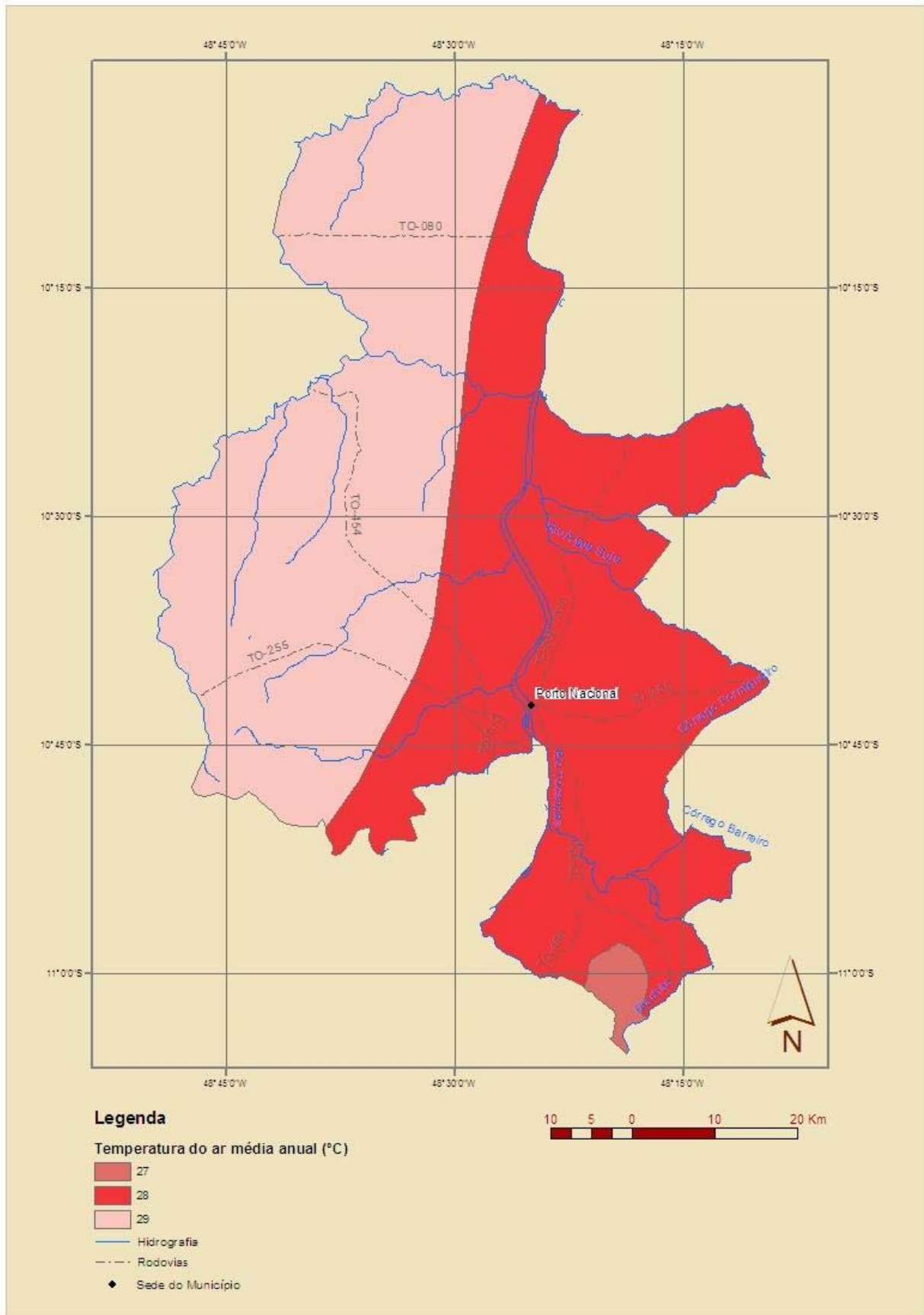


Fig. 13 – Temperatura

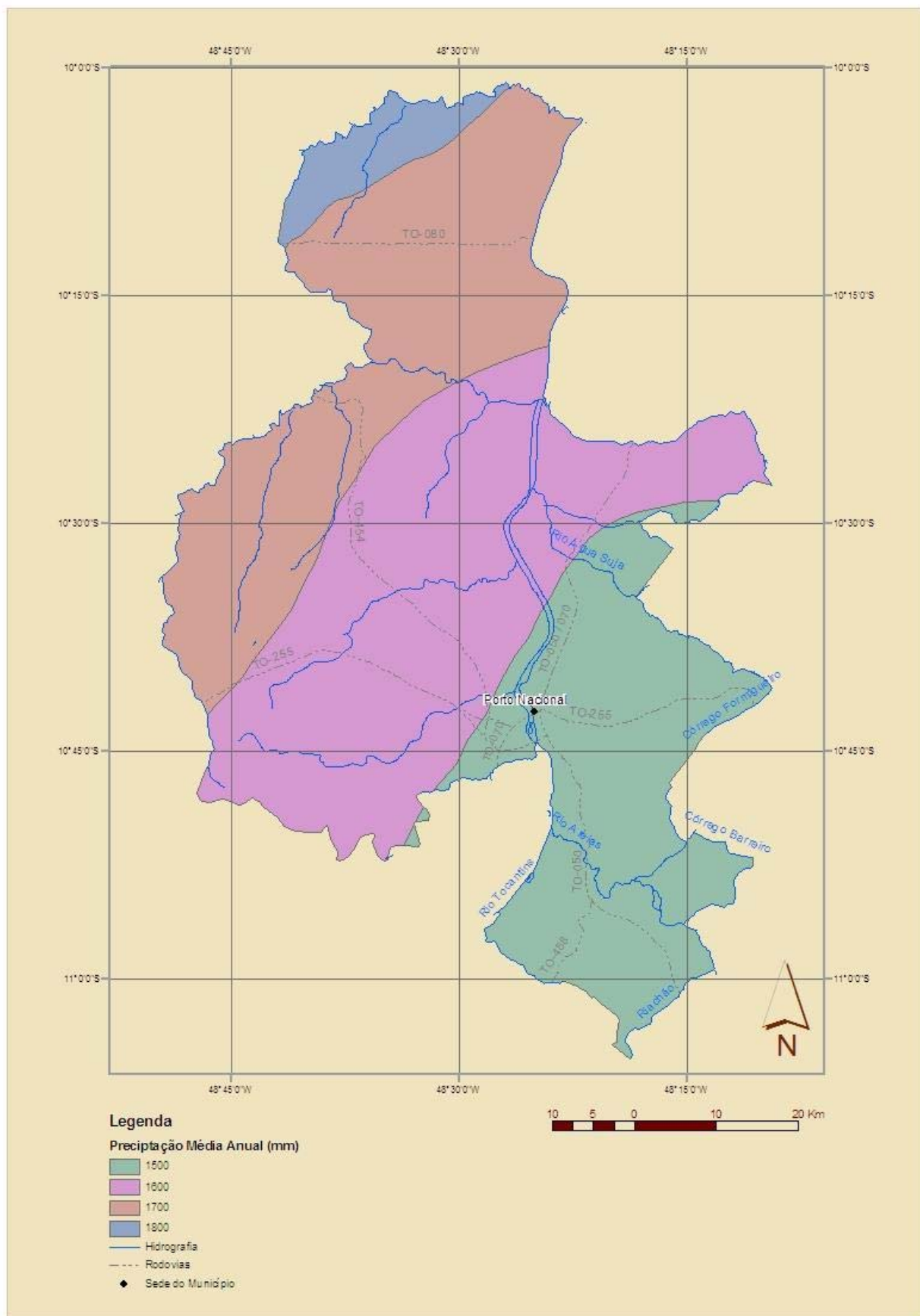


Fig. 14 – Precipitação pluviométrica

### 3.1.2. Cobertura Vegetal

Porto Nacional situa-se em uma região de Cerrado, com predominância de vegetação xeromorfa aberta, dominada por estrato herbáceo. Apresenta algumas faixas de Savana Arbórea sem Floresta de Galeria, no leste, sudeste e sul e Savana Parque, na metade oeste do município, mais concentradas na região da Serra das Cordilheiras. Estas duas formações decorrem da degeneração do Cerradão (figura 15).

O Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro, apenas suplantado pela Floresta Amazônica. Cobre cerca de 2 milhões de km<sup>2</sup>, ou 20% do território nacional, distribuídos em 10 estados brasileiros. Suas árvores possuem longas raízes pivotantes, chegando a 10 a 15 metros de profundidade, o que possibilita a busca de água nos aquíferos subterrâneos durante os longos períodos de estiagem. A vegetação herbácea, composta de subarbustos perenes e gramíneas, apresenta órgãos subterrâneos de resistência, como bulbos, xilopódios e sóboles para sobrevivência à seca. Seu caráter semidecíduo, permite a rebrotação e floração antes do reinício das chuvas, confirmando a amplitude das reservas hídricas edáficas de profundidade durante o período seco.

Dentre as árvores nativas podem ser destacados a aroeira, barbatimão, buriti, cagaita, copaíba, faveira, guariroba, ipê amarelo e roxo, jatobá, mama-cadela, mangaba, murici, sucupira, pau-santo e pequi.

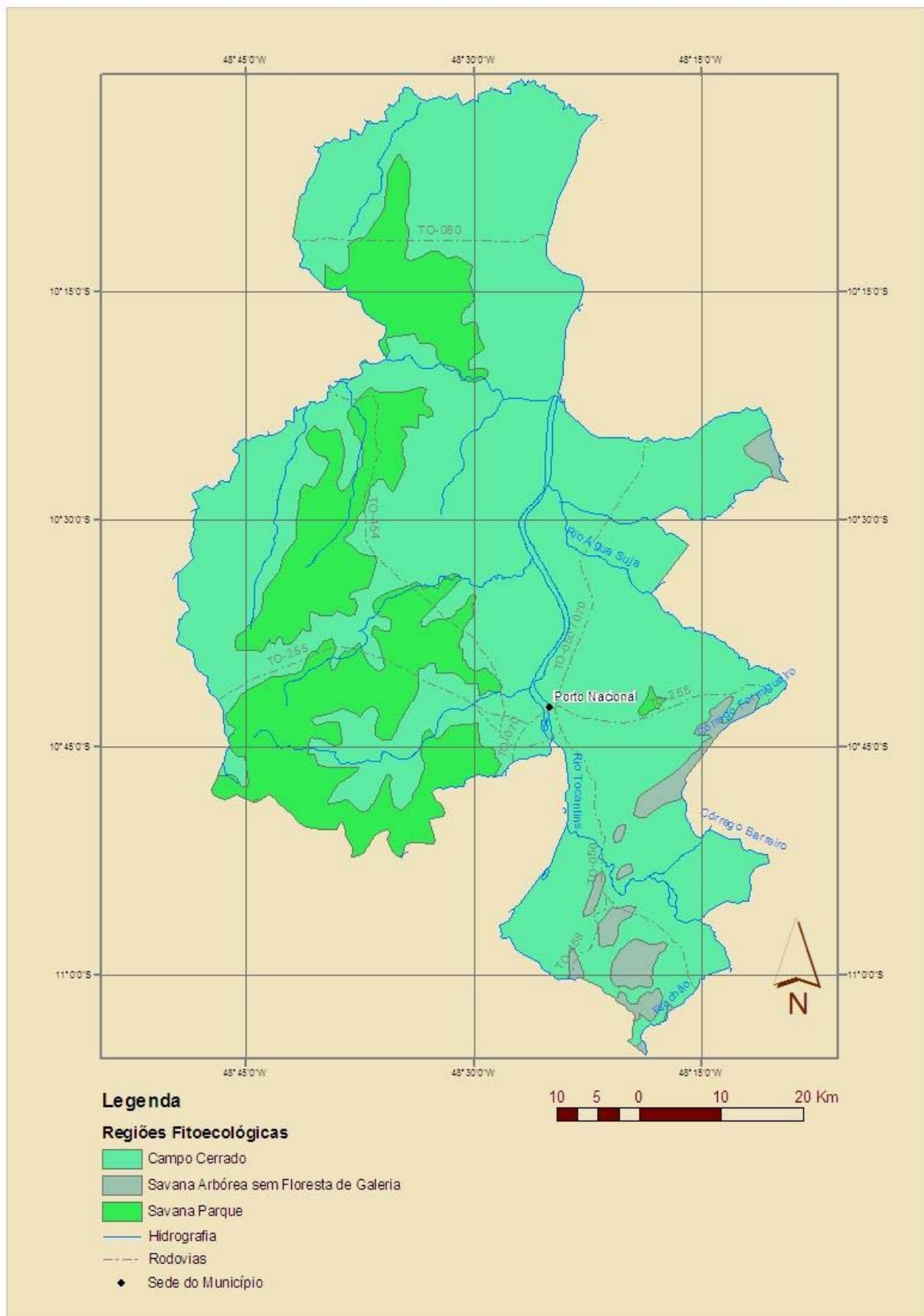


Fig.15 – Cobertura vegetal

### 3.1.3. Áreas Ambientalmente Protegidas

#### Unidades de Conservação

Pela grande quantidade e diversidade dos atrativos naturais e culturais encontrados em seu território, Porto Nacional, juntamente com os municípios de Aparecida do Rio Negro, Brejinho do Nazaré, Fátima, Ipueiras, Lajeado, Miracema do Tocantins, Monte do Carmo, Oliveira de Fátima, Palmas e Tocantínia, integra o Pólo Ecoturístico de Palmas. Foram criadas, nesta região, três Unidades de Conservação: a Área de Proteção Ambiental - APA - Serra do Lajeado e o Parque Estadual do Lajeado, na capital do Estado, e a APA do Lago de Palmas. Esta última é a única Unidade de Conservação oficialmente constituída no município de Porto Nacional. Foi criada pela Lei nº 1.008, de 20 de outubro de 1999, com 50.370 ha, para proteger a fauna, flora, solo e a qualidade das águas, de modo a garantir o equilíbrio entre o aproveitamento sustentável do lago e a conservação dos ecossistemas locais. Esta área, pela singularidade de chegar às margens do lago e de se aproximar significativamente de Palmas, está sujeita a grande pressão de demanda de ocupação, o que tem resultado em loteamentos irregulares ou clandestinos.

A implantação, supervisão, administração e fiscalização da APA Lago de Palmas é de responsabilidade do NATURATINS, com o apoio do Conselho Consultivo da APA, criado pela mesma lei de criação da UC.

Na sede do Município existe uma área próxima ao aeroporto, denominada "Parque Ecológico", sem se constituir em Unidade de Conservação legalmente definida. Nem mesmo conta com um processo de regularização junto à Coordenadoria de Unidades de Conservação do Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS.

#### Áreas de Preservação Permanente

As áreas de preservação permanente são basicamente as matas ciliares, ao longo dos cursos d' água e as reservas legais das propriedades rurais, ambas com a preservação a cargo dos proprietários dos imóveis, com monitoramento sob a responsabilidade da Coordenadoria de Ordenamento Florestal do NATURATINS. O estado de conservação do território é considerado satisfatório, não se registrando áreas particularmente degradadas no Município.

Na Cidade, as margens do Córrego São João foram desmatadas e estão comprometidas, apresentando em alguns trechos ocupações irregulares e assoreamento. As águas apresentam-se altamente poluídas, pois recebem esgotos *in natura* de diferentes partes da Cidade. Também há lançamento de lixo no córrego (figura 16). Os dois outros cursos d' água na Cidade sofrem dos mesmos males, em uma escala um pouco menor devido a seu porte mais reduzido.



O lago também apresenta sérios problemas, pois o represamento das águas foi feito antes que se limpasse a área a ser inundada. Toda a madeira submersa começa a entrar em decomposição que levará à eutrofização do lago, com elevada produção de matéria orgânica e odores desagradáveis. A sua orla está degradada em extensos trechos por desmatamento, e ocupação irregular (figura 16). No Distrito de Luzimangues, particularmente, vários loteamentos não respeitaram a Área de Preservação Permanente à margem do lago.

A orla do lago e as margens dos córregos devem merecer atenção especial. Será necessário um sério trabalho de recomposição da cobertura vegetal, despoluição das águas e tratamento paisagístico ao longo das mesmas, visando a sua utilização como espaços verdes de proteção dos mananciais e ambientes de lazer e entretenimento.



Fig. 16 – Orla do lago

### 3.2. Território Municipal

#### 3.2.1. Estrutura Fundiária

A área rural de Porto Nacional não apresenta sérios problemas de regularização fundiária, a não ser pequenas pendências em alguns assentamentos. A grande maioria das propriedades rurais está devidamente titulada e registrada. O mesmo não se verifica na área urbana. Tanto na sede municipal quanto no Distrito de Luzimangues existem problemas quanto à regularização dos loteamentos, mesmo os já comercializados. Além disto, a Constituição do Estado do Tocantins prevê, em suas disposições transitórias, que a área do atual Distrito de Luzimangues deva ser incorporada à Capital do Estado, como área de expansão urbana de Palmas.

Por duas vezes, já se tentou fazer um plebiscito para resolver esta questão. O primeiro foi anulado, por irregularidades na sua execução e o segundo foi suspenso pouco antes da sua realização, sem qualquer encaminhamento para uma nova iniciativa a respeito do assunto.

Informações levantadas no local dão conta da existência de loteamentos com mais de 8.000 lotes (figura 17), o que possibilitaria a construção de habitações para uma população de mais de 30.000 pessoas, quase correspondente à população da sede urbana do Município.





**Fig. 17 – Luzimangues**

### **3.2.2. Utilização da Terra**

A área rural de Porto Nacional é formada por propriedades voltadas para a agricultura e a pecuária bovina de corte. Recentemente a fruticultura começa a ser experimentada em algumas áreas, mas ainda em um estágio bastante incipiente. Existem 2 assentamentos rurais no Município, feitos pelo INCRA e já emancipados: São Salvador e Santo Antônio. Além destes, há vários reassentamentos de populações impactadas pela barragem formadora do lago, feitos pela empresa responsável pelas obras da barragem. São eles: Brejo Alegre, Capivara, Córrego do Prata, For da Serra, Jacutinga, Luzimangues, Pau d'Arco, Pinheirópolis e São Francisco de Assis.

Os módulos rurais variam de 4 a 20 ha e as habitações foram construídas no próprio módulo, onde se pratica a agricultura de subsistência. Cada assentamento tem uma agrovila com escola, posto de saúde e alguns equipamentos para uso da comunidade. Os assentamentos, via de regra, contam com ônibus para a Cidade, mas carecem de assistência técnica e de apoio financeiro para se desenvolverem.

Existem ainda 8 (oito) acampamentos de pessoas sem terra, aguardando alguma solução para se assentarem, com negociações já adiantadas neste sentido.

À margem direita da rodovia que liga Porto Nacional a Palmas, a cerca de 12 km da Cidade, está implantado um Parque Agroindustrial, com área suficiente para a instalação de uma centena de indústrias. Atualmente operam no Parque Agroindustrial apenas cerca de 12 estabelecimentos industriais, entre eles um curtume e uma cerâmica (figura 18).



Fig. 18 – Parque agroindustrial

### 3.3. Estrutura Urbana

#### 3.3.1. Configuração Urbana

##### Assentamento inicial<sup>4</sup>

<sup>4</sup> A área em análise corresponde ao *ambiente urbano, natural e construído desde sua fundação até a consolidação havida em meados do século XX*. Critérios e procedimentos para proteção do tombamento e da área de entorno do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Natividade, no Estado de Tocantins. Portaria IPHAN de regulamentação.

O centro e, a partir dele, toda a cidade, origina-se na margem do Rio Tocantins e cresce, inicialmente, paralelo a ele. Mesmo o deslocamento da área central comercial e administrativa para uma faixa mais afastada da margem do rio não elimina essa característica.

A cidade conformou-se na área sobre a barranca do rio, em patamares e declives sucessivos, à medida que se afastava da margem. Essa área intermediária entre a margem e o cerrado induziu a uma estrutura viária inicial longilínea, paralela ao sentido geral sul-norte do Rio Tocantins, mais ou menos encaixada na calota formada entre o rio, o córrego São João e a nascente do Buracão. Em sentido transversal, as travessas formaram-se pela necessidade de circulação e acesso interno (figura 19), mas principalmente pelas saídas dos caminhos para os arraiais ao sul e ao norte (Natividade, Almas, Carmo e São João). Com poucas variações desde sua primeira consolidação à época do ouro, essa estrutura remanesce e define os crescimentos sucessivos até o advento dos loteamentos pós-Palmas.

(a ser inserida a partir da base cartográfica)

**Fig. 19 – Estrutura original do assentamento**

A paisagem da cidade é complementada pelo lago formado pelo barramento do Rio Tocantins e pelos morros e platôs, não muito altos, além do rio/lago. Assim sendo, é importante promover a integração destes diferentes elementos da paisagem, como forma de valorizar os aspectos naturais e o patrimônio cultural, por meio do estímulo à convivência do tradicional com novos usos.

Com o passar do tempo, a cidade foi se estendendo para dentro do território, distanciando-se do rio. As ruas transversais alongaram-se e as atividades comerciais, pouco a pouco, foram se transferindo para estes novos espaços, criando o atual “centro” da cidade. Novos loteamentos surgiram, em torno deste espaço de nova centralidade e a mancha urbana, aos poucos definiu-se entre o rio e o atual anel viário (figura 20).



**Fig. 20 – Vista aérea da área histórica, com a Av. Beira-Rio**

Com o surgimento de Palmas, a cidade transpôs o anel viário e o aeródromo, ainda um pouco distante da cidade, e se esparramou para além destes marcos, de forma precária e desarticulada. Além disto, a cidade cresceu também desordenadamente para o sul, ao longo da rodovia BR-050.

A situação atualmente observada é de uma enorme mancha urbana, com nítida divisão a partir do anel viário. Na parte localizada entre ele e o rio, a ocupação é um pouco mais densa e os equipamentos urbanos e comunitários se distribuem de forma mais razoável. Estão aí a Prefeitura Municipal, a Câmara Municipal, as agências bancárias, a maioria das escolas, quase todo o comércio, os hotéis e restaurantes, o Mercado Municipal e o estádio de futebol. A ocupação a leste do anel viário é bastante rarefeita, com grandes vazios, infra-estrutura básica e equipamentos urbanos e comunitários absolutamente precários, sistema viário desarticulado e acentuados problemas sociais (figura 21).

*A ser inserida a partir da base cartográfica a ser fornecida pela Prefeitura Municipal*

**Fig. 21 – Planta da cidade de Porto Nacional**

## Estrutura Viária

Na configuração urbana inicial, as primeiras construções foram erguidas com pedras, madeiras e barro do local. É razoável intuir que a primeira rua tenha sido a atual Rua Coronel Pinheiro; as demais eram pouco mais que vias de acesso à margem e aos caminhos norte e sul, para Natividade e Pontal. No ponto mais alto, localizou-se a Capela de Nossa Senhora das Mercês.

Sucederam-se as ruas paralelas ao rio, atravessadas por, pelo menos, a transversal de acesso ao rio e aos caminhos, de modo bastante comum nesse tipo de situação. Em muitas cidades remanescem denominações genéricas do tipo: Rua de Baixo (a mais próxima do córrego ou rio), Rua do Meio (após a instalação das casas fronteiras as primeiras e além dos seus quintais), Rua de Cima, quando se repetem os modos de ocupação e findam os quintais. Às vezes, a Rua de Cima podia ser a Rua do Campo ou esta vinha além da de cima, sempre repetindo o modelo).

Essa primeira organização urbana resultou também do modelo seguido pelos colonizadores, por poderes delegados para a distribuição de datas e arruamento. O arruamento era feito alinhando-se as frentes das casas à corda, para meia-morada, morada, morada-e-meia e assim por diante. Independentemente do comprimento das ruas, no geral referiam a elas como sendo direitas se, no trecho considerado, tivessem sido bem alinhadas.

Assim é que o centro mais antigo de Porto Nacional tem um padrão de alinhamentos, inclusive as travessas, embora resulte bastante irregular em relação à cidade atual, mercê de intervenções sucessivas sem outros cuidados de planejamento que não os alinhamentos e organizações familiares.

Por outro lado, as vias transversais, menos importantes enquanto a vila se restringiu às três vias principais norte-sul, tornaram-se componentes das principais vias da nova trama urbana, hoje visivelmente voltada para o loteamento intenso das áreas disponíveis (figura 22).

A ser inserida a partir da base cartográfica a ser fornecida pela Prefeitura Municipal

**Fig. 22 – Sistema viário**

Os novos loteamentos surgiram sem considerar o sistema viário já existente, como se fossem, cada um, a primeira ocupação do território. Assim, não se percebe uma hierarquia clara do sistema viário, nem a articulação harmônica entre as diferentes partes da cidade. É nítida a separação espacial provocada pelo anel viário. Também é evidente o papel coletor de algumas vias como as avenidas Presidente Kennedy, Tocantínea, no sentido transversal ao rio, e as avenidas Joaquim Aires e Cel. Ayres Joca, no sentido longitudinal (Figura 23).

Dos novos loteamentos para além do anel viário, a Vila Nova Imperial tem claras as suas vias principais, representadas pelas avenidas Perimetral e Contorno que o envolvem, pela avenida E, que o corta ao meio no sentido leste-oeste e pelas avenidas B, C e D, perpendiculares à avenida E, cruzando o bairro no sentido norte-sul. A ocupação deste bairro ainda é muito rarefeita e, portanto, estas vias não exercem efetivamente esta função.

O setor universitário, também pouco ocupado, tem definidas como vias principais as avenidas 1 e 2. Também aí são grandes os vazios urbanos.

Os demais loteamentos apresentam uma trama viária ortogonal, sem definição hierárquica clara entre as vias e sem maiores cuidados de articulação entre esta trama e o sistema viário já existente no restante da Cidade.

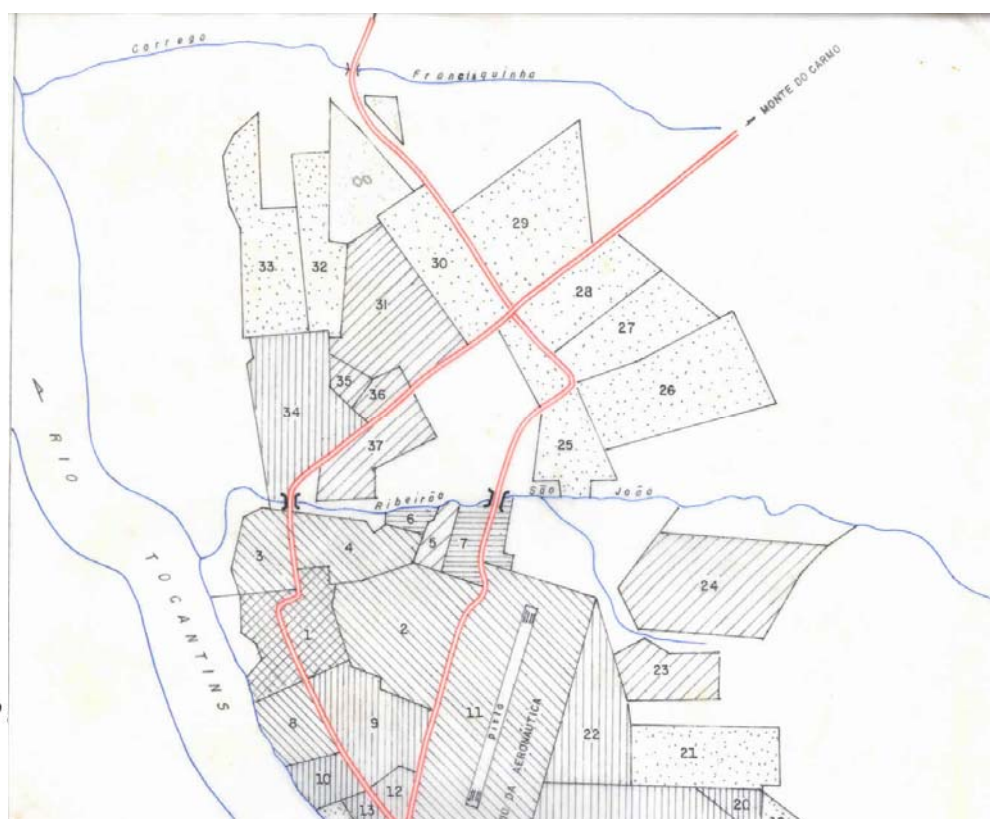




Fig. 23 – Evolução da ocupação urbana

### Espaços Públicos e Privados de Uso Público

A criação de um novo Arraial tinha por obrigatório a construção de um templo católico. A primeira capela, dedicada a Nossa Senhora das Mercês, deve ter sido construída de pau-a-pique no mesmo local da Matriz, hoje Catedral. A segunda Igreja mais antiga, de São Judas Tadeu, foi erigida já no século XX, no alto depois do Buracão e de frente para o norte, inaugurando nova área de ocupação para a população mais pobre (figura 24).





**Fig. 24 – Praça da Catedral**

A Catedral e sua praça fronteira foram o espaço público mais importante durante quase duzentos anos. Os arraiais e vilas tinham seus registros civis concentrados nas paróquias, começando pela sesmaria urbana, concessão real à Igreja. Embora siga sendo local de referência e encontro, a evolução urbana e econômica determinou outras atividades e relações urbanas, instalando novos pólos de encontro e concentração.

A Praça do Centenário desde a segunda metade do século XX consolidou o pólo civil comercial de uma nova centralidade ou, pelo menos, de algum compartilhamento na relação de poderes e grau de importância relativa (figura 25).





**Fig. 25 – Partes centrais da cidade**

Tão importante para a vida cidadina quanto as praças e seu poderes, foi a orla do Rio Tocantins, ou o porto e as praias. Estas subsistiram até 2001, quando começou o enchimento do Lago de Palmas. O lago ainda carece de absorção tanto no uso econômico como nas demais formas de uso cotidiano da população.

Além desses espaços, a Praça das Mães é a única de porte razoável dentro da área urbana mais tradicional.

Outros espaços públicos tradicionais e importantes para o desenvolvimento são o Mercado Público e o Estádio de Futebol, agregados em uma grande quadra incrustada na área central. O Mercado e o comércio associado asseguram maior vitalidade ao centro. Nesse caso, percebe-se ser necessária alguma intervenção para reorganização do espaço com vistas a ampliar a acessibilidade e promover a valorização deste espaço de significativo vigor sócio-econômico e de respeito às tradições da cidade (figura 26).



### Fig. 26- Espaços públicos

Entre os espaços privados de uso público ou semi-público, além da Matriz e do Caetanato, destaca-se o Colégio Sagrado Coração de Jesus, das irmãs dominicanas (figura 27).



Fig. 27 - Colégio Sagrado Coração de Jesus

### Espaços Privados na Área Histórica – Residenciais e Comerciais.

Foram bastante alterados, mas ainda remanescem alguns imóveis com características coloniais, inclusive alguns dos grandes quintais para criações, frutas, hortas etc. Casas com as portas abertas, um tipo de franqueza bastante comum nas cidades tradicionais, já são escassas, indicando a separação mais contundente entre os espaços públicos e privados.

Chama a atenção a quase ausência de atividades comerciais, deslocadas para o novo centro comercial. Isso demandará estimulação de atividades que ajudem a sustentação do conjunto histórico. Novamente é perceptível a necessidade de equacionar a questão partindo do conjunto como um todo compacto (figura 28).





**Fig. 28 – Casario da área histórica**

### **Cheios e Vazios**

A relação volumétrica entre os cheios e vazios, na escala urbana, destaca-se principalmente pela constituição das ruas principais como uma espécie de espaço interno, amurado pelas fachadas contínuas. Na área histórica, os poucos espaços vagos situam-se nas bordas norte e sul, próximas ao Buracão e ao Córrego São João.

Na área de transição também são poucos os espaços de adensamento longitudinal, embora seja válido supor que haverá substituições periódicas, principalmente das edificações comerciais, em sua maioria nitidamente precárias e provisórias.

Os loteamentos mais novos caracterizam-se pela baixa ocupação, quase exclusivamente residencial, e grandes vazios urbanos (figura 29).





Fig. 29 – Ocupação nos diferentes bairros

### Configuração Arquitetônica

A parte histórica da cidade apresenta um padrão homogêneo da construção térrea da época colonial. Não se distinguem tipos de edificações segundo os usos.

Residências, estabelecimentos comerciais, hotéis e pousadas, agências bancárias, restaurantes têm todas características semelhantes, variando, quando muito, o número de portas abertas diretamente para o espaço público.

São muito poucos os sobrados nesta porção da cidade, onde se destacam apenas o Seminário e dois ou três casarões próximos à igreja. De um modo geral, este casario está satisfatoriamente conservado, com pouca desconfiguração, mantendo-se como um conjunto harmônico, definitivamente identificador de uma época de ocupação da cidade.

A parte central da cidade apresenta tipos diferentes de padrão arquitetônico, com a mescla das residências térreas ainda coloniais e geminadas, construídas a partir da testada do lote, em alguns trechos, construções isoladas com recuos laterais em boa parte dos bairros centrais, ocupados pela classe média, e alguns sobrados, principalmente no caso dos hotéis.

O Jardim dos Ipês, no qual se localiza o *campus* universitário da Universidade Federal do Tocantins – UFT, ainda pouco ocupado, apresenta um nível diferenciado de construções, assobradadas, em terrenos maiores, com recuos frontais e laterais e padrão construtivo mais requintado.

O setor Aeroporto e o Jardim Brasília são loteamentos claramente ocupados pela classe média alta da Cidade, com construções ao estilo freqüentemente observado entre as décadas de cinquenta e setenta, com recuos laterais e frontais.

Nos bairros mais pobres a construção é muito simples, parte resultante de programas sociais de habitação popular. Mesmo as construções feitas fora destes programas apresentam o mesmo padrão arquitetônico e qualidade construtiva, tornando, por vezes, difícil distinguir quais unidades habitacionais foram objeto de ação governamental e quais não. A maioria dos lotes, nesses casos, não é fechada a não ser por cercas de arame, em alguns casos.

Os setores mais periféricos apresentam, ainda, habitações absolutamente precárias, de lona, papelão ou madeirite, pouco mais que tendas improvisadas em terrenos absolutamente desprovidos de qualquer tipo de infra-estrutura ou serviços. (figura 30)





Fig. 30 – Configuração arquitetônica nos diferentes bairros

### 3.3.2. Patrimônio Histórico-Cultural

A Catedral de Nossa Senhora das Mercês (Figura 31), construída no século XIX, é um dos monumentos mais antigos do Estado do Tocantins. O casario na praça em que ela se situa e no seu entorno imediato ainda conserva as características da época do surgimento da cidade. Destacam-se na parte histórica da cidade o prédio do Paço Municipal, a Cadeia Pública, o Casarão de Pacífico, a sede da Comsaúde, a rua Cabasaco, o Colégio Sagrado Coração de Jesus, o Seminário São José (Figura 32) e a praça Nossa Senhora das Mercês. O Centro Histórico é palco da Feira Cultural, realizada anualmente, e demais festas religiosas locais.





**Fig. 31 - Catedral**

Apenas a Catedral é tombada, em nível estadual. O Conjunto Urbanístico do Centro Histórico de Porto Nacional está em processo de estudos para tombamento federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Neste sentido, o patrimônio histórico, artístico e cultural está sendo objeto de inventário por meio de um convênio entre o IPHAN, a UFT e a Fundação Cultural do Tocantins.

Como sítio arqueológico, deve ser mencionado o Sítio do Pontal, local onde ainda podem ser encontradas as ruínas do antigo Arraial e Vila do Pontal, do século XVIII.

Deve ainda ser citados como de valor histórico, o acervo de bens do Museu Histórico de Porto Nacional, composto de aproximadamente 300 peças.



**Fig. 32 - Caetanato**

### 3.3.3. Usos e Ocupação do Solo

A cidade de Porto Nacional é predominantemente residencial, com alguns eixos ao longo dos quais se concentram os estabelecimentos comerciais e de serviços (figura 33). Apresenta três pontos principais de centralidade:

- a Praça Centenário e seu entorno, área na qual se localiza a Prefeitura Municipal, a Câmara de Vereadores, as agências bancárias, alguns órgãos do governo estadual e diferentes estabelecimentos comerciais, e
- a orla do lago, em frente à Catedral de N. Sra. Das Mercês, como espaço de entretenimento e lazer composto de calçada, áreas para esportes e eventos, lanchonetes, restaurantes, inclusive alguns flutuantes;
- a praça em torno da Estação Rodoviária, na qual se concentram estabelecimentos de comércio, restaurantes, bares e hotéis próprios de espaços de trânsito.

O comércio de varejo se estende principalmente pela rua Frederico Lemos, da Rodoviária até a parte histórica, e pelas avenidas Joaquim Aires e Cel Ayres Joça, esta última com o comércio de grande porte. Além destes eixos, verificam-se alguns pontos de concentração comercial nos diferentes bairros, como subcentros, entretanto sem a mesma expressão dos já mencionados.

Observa-se uma acentuada concentração de escolas na Rua Rubens Pereira e seu entorno.

O Município conta com 36 loteamentos, sendo 19 elaborados pela Prefeitura, dos quais somente 08 são registrados. Os demais foram elaborados por particulares. Não estão computados aqui os loteamentos mais recentes no Distrito de Luzimangues.

No Cadastro municipal, constam 25.113 lotes, excluídos os existentes no Distrito de Luzimangues, que passam de 8.000.

Planta a ser inserida a partir da base cartográfica a ser fornecida pela Prefeitura Municipal

**Fig. 33 – Usos verificados**

### 3.3.4. Ocupação da Orla do Lago

Como compensação pelo avanço das águas do lago sobre o perímetro urbano de Porto Nacional, o Plano Básico Ambiental da UHE de Lajeado estabeleceu que deveria ser feita a reurbanização da faixa costeira da zona urbana de Porto Nacional, entre a córrego São João e o Buracão, em um trecho de aproximadamente 2 km. Na extremidade norte, junto à foz do São João foi localizada uma praça esportiva e uma praia artificial. No trecho central da Avenida Beira-Rio estão localizados equipamentos de lazer, como quadras esportivas, *play-grounds*, um pequeno anfiteatro, ancoradouros e restaurantes. Na extremidade sul, junto à Igreja de São Judas Tadeu, a Beira-Rio deveria integrar-se à malha viária por meio de uma praça que, na verdade, não está claramente configurada. Os usos observados na orla são basicamente de entretenimento e lazer, além de algumas residências remanescentes da fase anterior ao lago (figura 34).



Fig. 34 – Orla do lago

### 3.3.5. Habitação

O padrão habitacional de Porto Nacional é consideravelmente diferenciado. Observam-se construções de muito bom padrão no Jardim dos Ipês, residências aparentemente bastante confortáveis no setor Aeroporto, no Jardim Brasília e em parte do loteamento Santa Helena e habitações mais simples nos demais bairros.

As habitações de programas sociais são vistas em diferentes trechos da Cidade. Porto Nacional não dispõe de um cadastro atualizado da demanda por moradia, mas é perceptivelmente significativo o *déficit* habitacional, seja em função de ocupações em áreas de risco, seja pela precariedade de moradia em trechos relativamente extensos da Cidade.

De acordo com o Censo Demográfico de 2000, havia em Porto Nacional 10.544 domicílios particulares permanentes, para abrigar uma população de 44.991 habitantes, o que resulta uma média de 4,27 habitantes por domicílio.

O Município tem se valido dos diferentes programas habitacionais existentes nas esferas federal e estadual de governo para promover a construção de habitações populares para as populações de menor renda. Assim é que, de acordo com o Sistema Nacional de Informações Urbanas – SNIU, do Ministério da Cidade funcionam em Porto Nacional os seguintes programas:

- Programa de construção de unidades
- Programa de oferta de lotes
- Programa de urbanização e assentamentos
- Programa de oferta de material de construção
- Programa de melhoria de cortiços

Não há, entretanto, um programa de regularização fundiária, apesar de parte dos loteamentos não estar devidamente registrada em Cartório do Registro de Imóveis, o que deixa os lotes também em situação irregular.

A Prefeitura Municipal não conta com quadro suficiente de técnicos para a análise e aprovação de projetos nem de fiscais para a fiscalização das obras. Assim, boa parte das construções é feita sem qualquer controle por parte da Administração Pública.

A Secretaria de Obras conta com 1 engenheiro, para aprovação de projetos e fiscalização de obras, 1 arquiteto em tempo parcial para a elaboração de projetos para a Administração, 4 técnicos em edificação e 4 fiscais de posturas.

### **3.3.6. Comunicações**

Circulam em Porto Nacional dois jornais, ambos quinzenais: o Samambaíba e o Paralelo 13. Existem 03 rádios FM e 01, AM: Araguaia FM, Rádio Tocantins, Rádio Comunitária Porto Real e Rádio Imperial FM. As redes de televisão aberta são captadas no Município, através de torres repetidoras localizadas em Palmas.

A Cidade conta com agência da Empresa Brasileira de Correios – ECT, TV por satélite e com acesso à Internet, por meio de linha discada e satélite.

### **3.3.7. Energia Elétrica e Iluminação Pública**

A energia elétrica de Porto Nacional é fornecida pela Companhia de Energia do Tocantins – CELTINS e atende tanto a sede municipal quanto as localidades de Escola Brasil, Pinheirópolis e Luzimangues.

O número de consumidores da sede municipal corresponde a cerca de 95% do total, com um consumo de 96% da energia fornecida para o Município (Tabelas 3 e 4). Das demais localidades, o consumo de Vila Luzimangues é aproximadamente duas vezes e meia o de Pinheirópolis e quatro e meia o de Escola Brasil

**Tabela 3 – Número de consumidores, consumo medido, consumo faturado e valores por localidade - 2004**

Localidade	Consumidores			kWh medido			Valores PP Municipal (R\$)			Valores Iluminação Pública (R\$)		
	Set. (A)	Out. (B)	% (A/B)	Set. (C)	Out. (D)	% D/C	Set. (E)	Out. (F)	% F/E	Set. (G)	Out. (H)	% H/G
Porto Nacional	11.221	11.251	0,3	2.825.719	2.696.351	(4,6)	16.482,77	18.264,95	10,81	48.758,05	45.765,79	(6,14)
Escola Brasil	99	99	--	15.001	14.751	(1,7)	195,47	170,72	(12,66)	360,35	352,25	(2,29)
Nova Pinheirópolis	165	164	(0,6)	26.364	26.235	(0,5)	130,93	218,68	67,02	354,38	346,25	(2,29)
Vila Luzimangues	294	304	3,4	73.858	68.315	(7,5)	0,00	322,38	ind	466,32	466,32	--
<b>TOTAL</b>	<b>11.779</b>	<b>11.818</b>	<b>0,3</b>	<b>2.940.942</b>	<b>2.805.652</b>	<b>(4,6)</b>	<b>16.809,17</b>	<b>18.976,73</b>	<b>12,90</b>	<b>49.939,10</b>	<b>46.930,44</b>	<b>(6,02)</b>

Fonte: CELTINS in PARENTE, Ermício, MONTEIRO, Sérgio Leite e SANTOS, Luiz Antônio Gomes dos. Relatório referente a questões de infra-estrutura do município de Porto Nacional - TO. Porto Nacional: Comissão de Transição, novembro 2004.

**Tabela 4 – Percentual de consumidores, consumo medido, consumo faturado e valores por localidade - 2004**

Localidade	Consumidores			kWh medido			Valores PP Municipal (R\$)			Valores Iluminação Pública (R\$)		
	09/04	10/04	Variação	09/04	10/04	Variação	09/04	10/04	Variação	09/04	10/04	Variação
Porto Nacional	95,26	95,20	(0,06)	96,08	96,10	0,02	98,06	96,25	((1,81)	97,64	97,52	(0,12)
Escola Brasil	0,84	0,84	--	0,51	0,53	0,02	1,16	0,90	(0,26)	0,72	0,75	0,03
Nova Pinheirópolis	1,40	1,39	(0,01)	0,90	0,93	0,03	0,78	1,15	0,37	0,71	0,74	0,03
Vila Luzimangues	2,50	2,57	0,07	2,51	2,44	(0,07)	-	1,70	ind	0,93	0,99	0,06
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>--</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>--</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>--</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>--</b>

PP = Poder Público

Fonte: CELTINS in PARENTE, Ermício, MONTEIRO, Sérgio Leite e SANTOS, Luiz Antônio Gomes dos. Relatório referente a questões de infra-estrutura do município de Porto Nacional - TO. Porto Nacional: Comissão de Transição, novembro 2004.

A distribuição do consumo por tipo de edificação (Tabela 5) evidencia que a grande maioria é de uso residencial, seguida do uso comercial. A indústria consome entre 1% e 2% do total e na área rural são consumidos apenas 7% do total da energia destinada ao Município.

**Tabela 5 – Número de consumidores por classe e localidade - 2004**

Localidade	Residencial		Industrial		Comercial		Rural		PP Municipal		PP Estadual		PP Federal		Ilum. Pública		Serv. Público		Cons. Próprio	
	Set	Out	Set	Out	Set	Out	Set	Out	Set	Out	Set	Out	Set	Out	Set	Out	Set	Out	Set	Out
Porto Nacional	8.905	8.945	115	118	1.284	1.270	710	707	90	93	50	48-	11	14	37	37	16	16	3	3
Escola Brasil	82	81	2	2	10	11	0	0	2	2	1	1	-	-	1	1	1	1	-	-

Nova Pinheirópolis	140	140	2	2	15	14	6	6	1	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-	
Vila Luzimangues	153	153	0	122	20	20	116	126	-	1	2	2	-	-	1	1	2	1	-	
<b>TOTAL</b>	<b>9.280</b>	<b>9310</b>	<b>119</b>	<b>244</b>	<b>1.329</b>	<b>1.315</b>	<b>832</b>	<b>839</b>	<b>93</b>	<b>96</b>	<b>53</b>	<b>51</b>	<b>11</b>	<b>14</b>	<b>40</b>	<b>40</b>	<b>19</b>	<b>18</b>	<b>3</b>	<b>3</b>

Fonte: CELTINS in PARENTE, Ermicio, MONTEIRO, Sérgio Leite e SANTOS, Luiz Antônio Gomes dos. Relatório referente a questões de infra-estrutura do município de Porto Nacional – TO. Porto Nacional: Comissão de Transição, novembro 2004.

A iluminação pública na cidade de Porto Nacional é feita com lâmpadas de vapor de sódio, de vapor de mercúrio, fluorescentes/halógenas, incandescentes e de vapor metálico, segundo os diferentes bairros e a hierarquia viária (figura 35). Nas localidades de Escola Brasil, Pinheirópolis, Luzimangues e Nova Pinheirópolis, a distribuição é semelhante.

Planta a ser inserida a partir da base cartográfica a ser fornecida pela Prefeitura Municipal

**Fig. 35 – Distribuição de iluminação pública**

### 3.3.8. Saneamento Ambiental

#### Abastecimento de Água

O abastecimento de água de Porto Nacional é feito pela Companhia de Saneamento do Tocantins – SANEATINS, que mantém ativo um Pólo na cidade de Porto Nacional. Segundo os dados coletados neste Pólo, havia, em junho de 2004, 10.762 ligações para o abastecimento de água às edificações da sede municipal, das quais 9.263 ativas, para atender a uma população urbana de 38.766 habitantes. Para 2005, a previsão é de ampliar o número total para 12.000 ligações, com 9.500 ativas (Tabela 6 e figura 36).

**Tabela 6 – Evolução do abastecimento de água**

Indicador		Situação				
		2001	2002	2003	2004*	2005**
População	Total	44.991	45.289	45.589	45.887	46.000
	Urbana	30.994	36.21	38.750	38.766	38.800
Domicílios	Cadastrados	9.068	9.315	9.610	9.803	9.800
Ligações	Totais existentes	9.647	10.139	10.573	10.762	12.000
	Totais ativas	8.234	8.742	9.131	9.263	9.500
	Factiveis (potenciais)	247	520	651	649	724
Capacidade	Produção (l/s)	240	240	240	240	240

	Reservação (m³)	4.127	4.127	4.127	5.127	5.127
Dispositivos de manobras		35	42	45	45	45
Índices (%)	Tratamento	100	100	100	100	100
	Atendimento	88,1	89,6	96,7	95,3	97,0
	Micromedicação	89,1	93,5	92,4	92,3	95,0

\* - Até junho de 2004      \*\* - Previsão

Fonte: SANEATINS – Pólo de Porto Nacional *in*. Sousa Neto, Joaquim Tomaz de. Relatório – Meio Ambiente. Comissão de Transição. Porto Nacional, novembro 2004

Percebe-se que nem todas as ligações estão ativas, o que faz supor que existam domicílios não ocupados ou utilizando outro meio de abastecimento de água que não o da rede pública.

Toda a água oferecida à população é tratada. A capacidade de produção manteve-se inalterada desde 2001, sem previsão de aumento para 2005, enquanto a reservação ampliou-se em aproximadamente 25% em 2004, mantendo o mesmo volume para 2005.

A capacidade de tratamento das duas Estações de Tratamento é de 240 l/s, suficiente para a demanda atual. Entretanto, tal capacidade poderá ser facilmente ampliada para 300 l/s, com algumas modificações na concepção atual. Estas condições permitem afirmar não haver riscos imediatos de escassez ou racionamento no abastecimento de água.

Informações colhidas junto à SANEATINS, em março de 2005, dão conta do seguinte atendimento (tabela 7)

**Tabela 7 – Abastecimento de água - 2005**

Total de Ligações	Cadastradas	Com faturamento
Residenciais	10.808	9.302
Comerciais	167	129
Industriais	10	01
Públicas	160	121
<b>TOTAL</b>	<b>11.145</b>	<b>9.553</b>

Fonte: SANEATINS – Pólo de Porto Nacional

Na Escola Brasil e Nova Pinheirópolis, o abastecimento de água também é feito pela SANEATINS, com captação por meio de poços profundos, para toda a população. Em Luzimangues, apenas as áreas consolidadas são abastecidas, também por meio de poços profundos.

Planta a ser inserida a partir da base cartográfica a ser fornecida pela Prefeitura Municipal

**Fig. 36 – Rede de abastecimento de água**

### Esgotamento Sanitário

O Sistema de esgotamento sanitário de Porto Nacional, também operado pela SANEATINS, é muito recente. Até 2003 não havia rede de coleta nem estação de tratamento dos efluentes. Em junho de 2004, já eram atendidos 1.900 domicílios, o que equivale a 10% de cobertura na sede municipal. Em julho de 2004, foi encaminhada à Caixa Econômica Federal – CEF, uma Carta-consulta, já pré-aprovada por parte do Ministério das Cidades, para um projeto de ampliação do sistema, por meio da qual se pretende chegar ao final de 2005 com 5.370 ligações o que significa elevar o índice de atendimento para 37,52% (Tabela 8).

A Estação de Tratamento de Esgoto – ETE implantada em Porto Nacional tem capacidade para tratar os esgotos produzidos por 26.000 habitantes na primeira etapa, o que equivale a 67,0% da população urbana ou 56,5% da população total de Porto Nacional.

**Tabela 8 – Porto Nacional – esgotamento sanitário**

Indicador		Situação				
		2001	2002	2003	2004*	2005**
População	Total	44.991	45.289	45.589	45.887	46.000
	Urbana	30.994	36.21	38.750	38.766	38.800
Domicílios	Cadastrados	9.068	9.315	9.610	9.803	9.800
Ligações	Totais existentes	0	0	0	1.900***	5.370****
	Residenciais existentes	0	0	0	1.900***	5.370****
Rede (m)	Coletora	0	0	0	225	2.075****
Capacidade	Transportadora	0	0	0	54.000	103.477****
	Interceptor	0	0	0	1.162,5	1.162,5
Emissário Final (m)		0	0	0	1.200	1.200
Elevatória		0	0	0	8	8
Estação de Tratamento		0	0	0	1	1
Índice (%)	Atendimento	0	0	0	10,0	37,52***
	Tratamento	0	0	0	100,0	100,0

\* - Até junho de 2004

\*\* Previsão

\*\*\* - Ligações realizadas pelo projeto inicial de implantação do sistema, no Setor Vila Nova, no qual estão em fase de aprovação, 500 ligações.

\*\*\*\* - A serem alcançados por meio da aprovação da Carta-consulta à CEF e execução do projeto proposto por ela

Fonte: SANEATINS – Pólo de Porto Nacional *in*. Sousa Neto, Joaquim Tomaz de. Relatório – Meio Ambiente. Comissão de Transição. Porto Nacional, novembro 2004.

Dados atualizados para março de 2005, colhidos junto à SANEATINS, informam a seguinte situação para o sistema de esgotamento sanitário (tabela 9 e figura 37)

**Tabela 9 – Esgotamento sanitário - 2005**

Total de Ligações	Cadastradas	Com faturamento
Residenciais	1.353	1.279



Comerciais	04	04
Industriais	01	01
Públicas	08	08
<b>TOTAL</b>	<b>1.366</b>	<b>1.292</b>

Fonte: SANEATINS – Pólo de Porto Nacional

Planta a ser inserida a partir da base cartográfica a ser fornecida pela Prefeitura Municipal

**Fig. 37 – Rede de esgotamento sanitário**

Já se notam vestígios de óleo dentro da caixa da elevatória próxima da ponte sobre o córrego São João, próxima à sua foz, trazido pela enxurrada desde os postos de gasolina e oficinas mecânicas localizadas em áreas vizinhas e mais altas da Cidade.

### Drenagem

Não há sistema de drenagem pluvial na Cidade, a não ser em alguns trechos bem pequenos do centro da Cidade.

### Limpeza Urbana

Os serviços de limpeza urbana de Porto Nacional compreendem a coleta e destinação final de lixo doméstico e público, varrição das ruas e logradouros público, limpeza de bueiros, roçagem, capina e rastelagem de terrenos, jardinagem e tapa-buracos, feitos por 40 pessoas. Não há qualquer sistema de planejamento nem mecanismo de monitoramento e avaliação dos serviços. Não existem balanças para verificar o volume do lixo coletado, nem se sabe o grau de eficiência da varrição.

A Prefeitura Municipal não dispõe de fiscais de limpeza ou de estrutura física e operacional adequada para esses serviços e não tem o controle sistemático dos custos diretos e indiretos dos mesmos. Também não há cobrança de qualquer taxa por estes serviços. Atualmente, está em fase de construção uma edificação para abrigar a sede da Diretoria de Limpeza Urbana.

O serviço de varrição é feito por 36 (trinta e seis) garis apenas em algumas vias pavimentadas de poucos bairros da Cidade. A roçagem, capina e jardinagem de logradouros e praças públicas são executadas pelos integrantes do Projeto Amigos do Meio Ambiente.

A Prefeitura Municipal realizou algumas Oficinas de Educação Ambiental para professores e representantes de bairros, além de alguns cursos e eventos como “Rua do Lazer”. Atualmente, este programa está sendo reformulado para se ajustar ao público escolar. Algumas ações de orientação à população sobre as principais conseqüências para a saúde pública da pouca atenção para com a limpeza pública e resíduos sólidos têm sido desenvolvidas pela equipe de Educação em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde e Diretoria de Meio Ambiente. Também têm sido desenvolvidas experiências pontuais, merecendo destaque o Projeto contra a Dengue, dos Centros de Ensino Médio Professor Florêncio Aires da Silva e Félix Camoa.

## **Resíduos Sólidos**

A coleta, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos em Porto Nacional ainda deixam muito a desejar.

A coleta de lixo atende cerca de 80% da Cidade. O lixo domiciliar e comercial é recolhido em 30 (trinta) bairros. Para racionalizar os serviços, foram estabelecidos roteiros de coleta para as diferentes equipes e veículos disponíveis, alugados e velhos. Os resíduos das Unidades de Saúde são coletados diariamente, em coleta separada, e são enterrados.

Além da coleta pública, ocorre queima de lixo a céu aberto em terrenos baldios, feita por moradores e comerciantes locais.

Todo o lixo recolhido é depositado a 18km do centro da Cidade, no km 12 da rodovia TO-255, no sentido Porto Nacional-Monte do Carmo, em uma área de 58,08 ha, de propriedade da Prefeitura Municipal. A disposição é feita a céu aberto, sem qualquer infra-estrutura, e o lixo só é coberto por terra quando do preenchimento total da vala onde é depositado.

Em função da precariedade dos serviços de limpeza urbana e coleta e disposição final dos resíduos sólidos existente na Cidade no final dos anos noventa, a Prefeitura Municipal desenvolveu, entre setembro de 2000 e maio de 2001, o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos – PGIRSU<sup>5</sup>. Tal Plano tem como objetivos reduzir ao mínimo a geração de resíduos sólidos, aumentar ao máximo a reutilização e reciclagem do que foi gerado, promover o depósito e tratamento ambientalmente sustentável dos rejeitos e universalizar o atendimento.

---

<sup>5</sup> No âmbito do Projeto de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para a Região Amazônica, promovido pela Secretaria de Coordenação da Amazônia – SCA e Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Urbanos – SQA, do Ministério do Meio Ambiente – MMA, em parceria com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, A Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para a Amazônia é um projeto experimental, com experiências-piloto em 9 (nove) municípios amazônicos, um de cada Estado, para a implementação de processos adequados de gestão do lixo.

Por ocasião da elaboração do PGIRSU, a composição dos resíduos sólidos urbanos em Porto Nacional era a seguinte (tabela 10):

**Tabela 10 – Porto Nacional - composição física dos resíduos sólidos urbanos**

Tipo de resíduo	Quantidade (kg/dia)	Porcentagem (%)
Matéria orgânica	9.223	40,1
Plástico mole	4.600	20,0
Papelão	3.680	16,0
Plástico duro*	1.196	5,2
Papel	920	4,0
Metal ferroso	552	2,4
Trapos	529	2,3
Alumínio**	460	2,0
Vidro	414	1,8
Metal não-ferroso	184	0,8
Outros	1.242	5,4
<b>Total</b>	<b>23.000</b>	<b>100,0</b>

\* As garrafas plásticas de refrigerantes geralmente não são encontradas no lixo, pois têm sido reaproveitadas pela população

\*\* As latas de alumínio não são encontradas no lixo, pois são catadas para venda por parte da população pobre.

Fonte: Souza Neto, Joaquim Tomaz. Relatório – Meio Ambiental. Comissão de Transição, Porto Nacional, novembro 2004.

Entre as ações propostas pelo PGIRSU<sup>6</sup>, inclui-se a implantação de um Aterro Sanitário (Figura 38) para a Cidade, estruturado em trincheiras ou valas, na área onde é atualmente depositado o lixo gerado. Já se encontram abertas e prontas para funcionamento 9 (nove) valas para aterramento de resíduos domésticos, comerciais e inertes, o que equivale à demanda de um ano e meio de produção deste tipo de lixo. Em relação aos resíduos das Unidades de Saúde, estão prontas para utilização 18 (dezoito) valas, também suficientes para atender à demanda de um ano e meio de produção desse tipo. Não serão aceitos no aterro sanitário resíduos considerados perigosos, de acordo com a NBR 10.004.

O aterro deverá contar com sistemas de drenagem de águas superficiais, drenagem, tratamento e recirculação de chorume e drenagem de gases. Apenas o sistema de recirculação do chorume ainda não está executado. A área destinada ao aterro foi dimensionada para uma vida útil de 15 (quinze) anos, sendo implantado gradativamente. Assim, as valas atualmente abertas correspondem a uma das etapas de implantação do projeto.



<sup>6</sup> Para maiores detalhes, ver Souza Neto, Joaquim Tomaz. Relatório – Meio Ambiental. Comissão de Transição, Porto Nacional, novembro 2004.

### **Fig. 38– Aterro sanitário**

O aterro sanitário aguarda Licença de Operação, ainda não liberada por faltar a averbação da reserva e o laudo hidrogeológico da área.

Nos últimos anos, foram adquiridos carrinhos para coleta de material reciclável, com vistas a se iniciar a coleta seletiva de lixo, que tem um projeto piloto sendo testado na Unidade Escolar Irmã Aspásia e com a comunidade residente nas proximidades da Praça das Mães.

Existe em Porto Nacional uma Associação dos Catadores de Lixo, mas ainda não conta com galpão adequado para desenvolver seu trabalho.

Ainda no campo da proteção do meio ambiente, a Prefeitura Municipal mantém o Projeto Amigos do Meio Ambiente, voltado para menores carentes, que são capacitados para a realização de serviços de jardinagem, poda de árvores, produção de mudas e compostagem. Por meio deste projeto, criou-se o Adubo Verde, também desenvolvido pelos menores, com o objetivo de formar composto orgânico a partir aproveitamento de restos de vegetais, de ramagem resultante da poda de árvores e da sobra de verduras dos mercados. Vinha atendendo a 42 menores, trabalhando meio período e recebendo um auxílio de R\$ 30,00 por mês. Este projeto, que vinha sendo desenvolvido nas escolas, com a supervisão de um estagiário da UFT, está interrompido temporariamente.

#### **3.3.9. Sistema de Transporte**

Não há sistema de transporte coletivo urbano em Porto Nacional, a não ser um único ônibus que liga o centro da Cidade aos bairros mais distantes.

Para o transporte escolar na zona rural, há 1 (um) ônibus e 2 (dois) microônibus, o primeiro em péssimas condições. A Prefeitura Municipal dispõe, ainda, para o transporte dos alunos rurais de uma camioneta GM D-10, uma kombi e um automóvel Quantum.

Em 1980 foi estabelecido o Sistema de Táxi do município, tendo sido criados até o momento 15 pontos. Em 1998 foi criado o Sistema de moto-taxi, existindo até hoje 9 pontos.

A Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN de Porto Nacional tem registrados os seguintes veículos para o transporte de pessoas e cargas (Tabela 11)

**Tabela 11 – Veículos para transporte de pessoas e cargas**

Veículo	Quantitativo
Automóvel	2.116
Caminhão	419
Caminhão trator	26
Caminhonete	842
Micro ônibus	10
Ônibus	72
Reboque	77
Semi-reboque	48
Utilitário	01
Ciclo motor	09
Motocicleta	1.736
Motoneta	1.208

Fonte: IBGE, 2003

O transporte intermunicipal de passageiros é feito por 15 diferentes empresas de ônibus, com destinos e horários bastante diversificados, além de várias linhas de transporte alternativo, realizado por vans. Do Terminal Rodoviário partem linhas regulares para diferentes cidades do Tocantins e de outros estados (Tabela 12)

**Tabela 12 – Linhas de transporte intermunicipal**

Empresa	Origem	Destino	Frequência	Horário
ATUAL	Carajás - PA	Belo Horizonte - MG	3ª, 5ª e sábado	22h em Porto Nacional
CENTRAL BAHIA	Palmas	Recife - PE	sábado	21h40' em Porto Nacional
EMTRAM	Palmas	Novo Jardim via Porto Nacional	2ª, 4ª e 6ª feira	10h30' em Porto Nacional
EXPRESSO VITÓRIA	Porto Nacional	Ipueiras	domingo a 6ª feira	15h
	Palmas	Lagoa da Confusão via Palmas	diariamente	10h em Porto Nacional
	Porto Nacional	Lizarda	3ª feira e sábado	5h30'
GOTIJO	Palmas	Salvador - BA	2ª, 4ª e 6ª feira	19h30' em Porto Nacional
	Palmas	São Paulo - SP	diariamente	20h em Porto Nacional
HÉLIOS	Carazinho - RS	São Félix do Xingu - PA	diariamente	19h45' em Porto Nacional
MONTES BELOS	Palmas	São Luiz de Montes Belos - GO	diariamente	19h50' em Porto Nacional
PLANALTO	Palmas	Santa Maria - RS	diariamente	9h em Porto Nacional

continua

continuação

Empresa	Origem	Destino	Frequência	Horário
PONTE ALTA	Porto Nacional	Gurupi via Brejinho de Nazaré	diariamente	7h
	Porto Nacional	Ponte Alta do Tocantins via Serra	2ª, 4ª, 6ª, sábados e domingos	14 h
	Porto Nacional	Monte do Carmo	diariamente	6h40' - 10h - 11h40 - 15h - 17h30'
	Porto Nacional	Pindorama, via Monte do Carmo	dias alternados	13 h

	Palmas	Ponte Alta do Tocantins	diariamente	8h10' – 15h30' em Porto Nacional
	Porto Nacional	Brejinho de Nazaré	diariamente	8h45' – 11 h – 14h40' – 17h30'
REAL EXPRESSO	Palmas	Arraias	diariamente	19h30' em Porto Nacional
	Bela Vista	Arraias	diariamente	21h em Porto Nacional
	Brasília - DF			
	Goiânia - GO	Porto Nacional		
REUNIDAS	Palmas	Campo Grande - MS	diariamente	20h30' em Porto Nacional
	Palmas	São Paulo - SP	diariamente	20h15' em Porto Nacional
SÃO GERALDO	Palmas	Recife - PE	sábado	21h40' em Porto Nacional
TRANSBRASILIANA	Palmas	Barreiras - BA	diariamente	06h em Porto Nacional
	Palmas	Brasília - DF	diariamente	19h em Porto Nacional
	Palmas	Goiânia – GO - leito	diariamente	19h30' em Porto Nacional
	Palmas	Goiânia – GO, via Nerópolis	diariamente	19h30' em Porto Nacional
	Palmas	Goiânia – GO, via Anápolis	diariamente	21h em Porto Nacional
	Palmas	Gurupi	diariamente	15h em Porto Nacional
	Palmas	Porangatu - GO	diariamente	7h30' em Porto Nacional
	Belém - PA	Brasília - DF	diariamente	18h em Porto Nacional
	Miracema	Goiânia - GO	diariamente	18h30' em Porto Nacional
UNIÃO	Palmas	Belo Horizonte - MG	diariamente	20h30' em Porto Nacional
	Palmas	Rio de Janeiro, via Planaltina - DF	diariamente	21h30' em Porto Nacional
VIAÇÃO PARAÍSO	Porto Nacional	Palmas	diariamente	6h – 21h
	Porto Nacional	Palmas	de 2ª a 6ª feira	6h30'
	Porto Nacional	Mateiros/ São Félix do Jalapão	2ª e 5ª feira	8h30'
	Palmas	Arraias	diariamente	9h em Porto Nacional
	Palmas	Dianópolis	diariamente	15h30' – 17h
	Porto Nacional	Silvanópolis	diariamente	11h – 18h
	Porto Nacional	Paraíso do Tocantins via Fátima	diariamente	13h30'
	Porto Nacional	Pindorama via Silvanópolis	dias alternados	13h
	Porto Nacional	Natividade	diariamente	14h
	Porto Nacional	Paraíso do Tocantins via Silvanópolis	2ª, 4ª e 6ª feira	14h
TRANSPORTE ALTERNATIVO (VANS)	Palmas	Alvorada	2ª a sábado	16h30' em Porto Nacional
	Palmas	Dianópolis	2ª a sábado	16h em Porto Nacional
	Palmas	Dianópolis	2ª a sábado	7h30' em Porto Nacional
	Palmas	Formoso do Araguaia	2ª a sábado	19h em Porto Nacional
	Palmas	Gurupi	2ª a sábado	7h em Porto Nacional
	Palmas	Gurupi	diariamente, exceto 5ª feira	7h em Porto Nacional
	Palmas	Gurupi	2ª a sábado	9h30' em Porto Nacional
	Palmas	Gurupi	diariamente, exceto 3ª feira	11h em Porto Nacional
	Palmas	Gurupi	2ª, 4ª e 6ª feira	18h30' em Porto Nacional
	Palmas	Gurupi	2ª a sábado	19h30' em Porto Nacional
	Palmas	Peixe	2ª a sábado	17h em Porto Nacional
	Palmas	Taguatinga	2ª, 4ª e 6ª feira	14h30' em Porto Nacional
		Palmeirópolis	3ª, 5ª e sábado	11h em Porto Nacional
		Araguaçu	3ª, 5ª e sábado	14h em Porto Nacional

Fonte: Administração da Estação Rodoviária

Não há estatísticas regulares do número de passageiros por linha, mas é sabido que embarcam perto de 20.000 pessoas por mês nos vários horários, sendo que no último mês de fevereiro foram registrados 19.415 embarques. Nos meses de julho e dezembro este número dobra.

### 3.3.10. Distritos e Povoados

A 16 km da sede municipal, à margem esquerda da rodovia TO-255 em direção a Fátima, localiza-se o núcleo urbano/povoado de Escola Brasil, com uma população de aproximadamente 300 pessoas, distribuídas em pouco mais de 70 domicílios.

Com um uso predominantemente residencial e apenas alguns poucos estabelecimentos comerciais essenciais, uma pequena igreja e uma escola, apresenta um traçado viário ortogonal, ruas largas, sem pavimentação nem calçadas, mas com iluminação pública. As residências contam com energia elétrica e abastecimento de água captada por meio de poço profundo. Não há sistema de drenagem nem de esgotamento sanitário, que é feito por meio de fossas. Os lotes têm 450 m<sup>2</sup>, com 15m de frente por 30 m de fundo. Verificam-se ali problemas de regularização fundiária. As construções são bastante simples, no padrão das residências dos programas sociais de habitação popular.

A população vive de serviços eventuais no campo, tais como roçados, limpeza de pastagens, construção de cercas e outros pequenos trabalhos.

Está localizada na Escola Brasil (Figura 39) uma das unidades do Programa “Bacia Leiteira” do estado do Tocantins, com capacidade instalada para a pasteurização de 10.000 litros de leite por dia. Atualmente recebe cerca de 1.000 litros diariamente, que são pasteurizados e vendidos na cidade de Porto Nacional.



**Fig. 39 – Escola Brasil**

Entre a Escola Brasil e a cidade de Porto Nacional, do mesmo lado da rodovia TO-255, situa-se o núcleo urbano/povoado de Nova Pinheirópolis, resultante da remoção de parte dos moradores de áreas rurais inundadas pelo lago, em um assentamento denominado Pinheirópolis. A previsão inicial era de remoção de 24 famílias, ocupantes da área inundável à margem do rio Tocantins, mas a pressão feita pela população do assentamento fez com que fossem removidos todos os moradores.

Em Nova Pinheirópolis (Figura 40), os moradores do antigo assentamento receberam uma casa popular construída em terreno de 800 m<sup>2</sup> com 20m x 40m, devidamente regularizados e uma indenização em dinheiro. Ao todo foram construídas 180 casas que abrigam uma população aproximada de 400 pessoas. Mais recentemente, algumas famílias sem moradia buscaram a oportunidade de se instalarem em Nova Pinheirópolis e conseguiram a doação de um terreno de 400 m<sup>2</sup>, de 20m x 20m, em uma área que se configura como uma espécie de expansão do núcleo inicialmente construído.

O traçado viário de Nova Pinheirópolis é ortogonal, com ruas largas, algumas pavimentadas, mas sem calçadas, iluminadas e com abastecimento de água, captada por um poço profundo. Não há sistema de esgotamento sanitário, sendo adotada a fossa séptica como solução. Existem alguns estabelecimentos comerciais bem abastecidos no núcleo, que dispõe também de escola e posto de saúde. Não há, entretanto, áreas de lazer ou esporte, nem arborização nas ruas.

O núcleo é servido por transporte regular para a cidade de Porto Nacional, três vezes ao dia.



**Fig. 40 – Nova Pinheirópolis**



No local do antigo assentamento, permanecem apenas alguns moradores que cuidam da Fazenda Esperança, administrada pela diocese e destinada à recuperação de drogados e alcoólatras. Tem capacidade para abrigar 48 (quarenta e oito) jovens, distribuídos em casas que recebem 16 (dezesesseis) pessoas, sendo cada quarto dimensionado para 4 (quatro) moradores. Há em Pinheirópolis 1 (uma) escola, 1 (um) posto de saúde e espaço para a prática de esportes.

O Distrito de Luzimangues (Figura 41) foi criado pela Lei nº 1.415, de 14 de outubro de 1993. Originou-se de um assentamento rural, em dois conjuntos distintos de lotes com as correspondentes agrovilas, à margem esquerda do rio Tocantins, em frente a localidade onde se construiu Palmas. Posteriormente a esses núcleos rurais e criação do Distrito com a criação de uma extensa área urbana, a partir da década de 1990 foram feitos diversos loteamentos em Luzimangues, a maioria apenas com a abertura das ruas e sem qualquer infra-estrutura. Não há pavimentação, calçadas ou arborização nas ruas. Parte delas, entretanto, é iluminada. Alguns dos loteamentos invade a área de preservação permanente da orla do lago.

Em 27 de novembro de 2002, a lei nº 1.782 definiu uma área de expansão urbana no Distrito de Luzimangues, *"que vai da barra do Ribeirão Capivara, no Rio Tocantins, subindo por este até a barra do Ribeirão Porteira, subindo por este até a altura do km 18 da TO-080, Palmas a Paraíso, local denominado Serrinha, e cortando em linha reta até o limite do loteamento reassentamento Luzimangues, área da ULBRA e o lote 35-A do loteamento Porteira descendo até as margens do Córrego Capivara até sua foz no Rio Tocantins, ponto de partida"*.

Atualmente existem nos diversos loteamentos de Luzimangues mais de 8.000 lotes disponíveis e desocupados. A maioria deles tem cerca de 360 m<sup>2</sup>, mas existem algumas áreas com lotes maiores para condomínios ou pequenas chácaras de recreio.

A ocupação é bastante rarefeita, a não ser no loteamento Village Morena, um dos primeiros a serem implantados. O uso do solo é basicamente residencial, em construções térreas, com alguns estabelecimentos de comércio e serviços de vizinhança.

As construções são feitas sem qualquer aprovação de projetos pela Prefeitura Municipal que também não tem como fiscalizar as obras ou posturas em Luzimangues. Está em construção um edifício de 5 (cinco) andares em Village Morena, absolutamente em desacordo com o Código de Obras do Município e com a ocupação da área.

Às margens do lago de Palmas, ocupando parte da área de preservação permanente, localiza-se o Clube do Ministério Público, com áreas de lazer e alguns chalés para finais de semana.

A população de Luzimangues vive de pequenos serviços rurais no Município, tendo pouca vinculação de trabalho com Palmas. Entretanto, procuram o comércio, os serviços de saúde e educação, principalmente o ensino médio e o lazer na Capital. A proximidade da Capital e a distância da sede do município de Porto Nacional fazem com que as relações de troca sejam muito mais fortes entre Luzimangues e Palmas.

É aspiração da população de Luzimangues transformar o Distrito em um novo Município.



**Loteamento**



**Núcleo rural**



**Clube do Ministério Público**



**Fig. 41 – Luzimangues**

#### 4. Aspectos Sociais

Porto Nacional apresentou nos últimos anos uma sensível melhoria nos indicadores sociais. O Índice de Condição de Vida – ICV e o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, calculados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA para os anos de 1970, 1980, 1991 e 2000 (este último ano apenas para o IDH-M)D, constantes do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, evidenciam este avanço (Tabelas 13 e 14).

**Tabela 13 – Porto Nacional - índice de condição de vida - ICV**

Ano	ICV	ICV Longevidade	ICV Educação	ICV Infância	ICV Renda	ICV Habitação
1970	0,369	0,551	0,310	0,422	0,402	0,261
1980	0,487	0,679	0,390	0,511	0,538	0,319
1991	0,616	0,744	0,557	0,640	0,668	0,470

Fonte: IPEA. Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil

**Tabela 14 – Porto Nacional – índice de desenvolvimento humano - IDH**

Ano	IDHM - L Longevidade	IDHM - E Educação	IDHM - R Renda	IDH - M
1970	0,415	0,394	0,153	0,321
1980	0,538	0,478	0,408	0,475
1991	0,644	0,639	0,659	0,647
2000	0,708	0,896	0,646	0,750

Fonte: IPEA. Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil

No período de 1991 a 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH-M cresceu 10,62%, passando de 0,647 para 0,750.

A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 60,6%, seguida pela longevidade com 31,5% e pela Renda, com 7,9%. Neste período a distância entre o IDH do Município e o limite máximo do IDH, ou seja, 1, foi reduzida em 22,4%. Mantida esta taxa de crescimento do IDH-M, o Município levaria 17,5 anos para alcançar São Caetano do Sul – SP, o município com o melhor IDH-M do Brasil (0,919), e 5,5 anos para alcançar Palmas – TO, o município com o melhor IDH-M do Tocantins (0,800).

Porto Nacional encontra-se em 5º lugar dentre os 139 municípios do Tocantins em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Palmas ocupa a 1ª colocação e Carrasco Bonito, a última. (Tabela 15) Em relação aos outros municípios do Brasil, Porto Nacional apresenta uma situação intermediária, pois ocupa a 1.864ª posição, ou seja, 1863 municípios (33,8%) estão em situação melhor e 3.643 (66,2%) estão em pior ou igual situação.

**Tabela 15 – índice de desenvolvimento humano – IDH-M - 2000**

Municípios	IDHM - E	IDHM - R	IDH - L	IDH - M	Classificação Estadual	Classificação Nacional
Brejinho de Nazaré	0,799	0,562	0,657	0,673	56º	
Fátima	0,861	0,605	0,628	0,659	30º	
Ipueiras	0,786	0,531	0,659	0,659	72º	
Monte do Carmo	0,765	0,533	0,627	0,642	86º	
Oliveira de Fátima	0,858	0,609	0,604	0,690	39º	
Palmas	0,934	0,754	0,712	0,800	1º	
Pindorama do Tocantins	0,815	0,505	0,655	0,658	73º	
Ponte Alta do Tocantins	0,790	0,567	0,668	0,675	50º	
<b>Porto Nacional</b>	<b>0,896</b>	<b>0,646</b>	<b>0,708</b>	<b>0,750</b>	<b>5º</b>	<b>1.864º</b>
Santa Rosa do Tocantins	0,784	0,517	0,656	0,652	79º	
Silvanópolis	0,821	0,552	0,627	0,667	65º	

Fonte: IPEA. Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil

Segundo a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, o município de Porto Nacional com o IDH-M de 0,750, está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8).

No período de 1991 a 2000, a taxa de mortalidade infantil do Município diminuiu 28,80%, passando de 49,61 para 35,32. A esperança de vida ao nascer cresceu 4,09 anos, passando de 63,39 para 67,48 anos, e a taxa de fecundidade reduziu de 3,6 para 2,3 filhos por mulher (Tabela 16).

**Tabela 16 – Porto Nacional - indicadores de longevidade, mortalidade e fecundidade.**

Indicadores	1991	2000
Mortalidade até 1 ano de idade – por 1000 nascidos vivos	49,6	35,3
Esperança de vida ao nascer – anos	63,4	67,5
Taxa de fecundidade total – filhos por mulher	3,6	2,3

Fonte: IPEA. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

No mesmo período, 1991-2000, houve uma significativa redução na taxa de analfabetismo em todas as faixas etárias: de 30,6% para 12,0% na faixa de 7 a 14 anos; de 17,2% para 3,6%, na de 10 a 14 anos, de 7,2% para 2,6%, na de 15 a 17 anos e de 8,2% para 4,4%, na de 18 a 24 anos. A taxa de analfabetismo na população adulta passou de 25,2% para 19,3%.

A renda média *per capita* do Município passou de R\$ 168,70, em 1991, para R\$ 186,69, em 2000, com um crescimento de 10,66%. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 75,50, correspondentes à metade do salário mínimo em agosto de 2000) diminuiu 7,43%, caindo de 47,0% para

43,5% no mesmo período. A desigualdade, entretanto, aumentou e o índice de Gini<sup>7</sup> passou de 0,58 em 1991 para 0,60 em 2000 (Tabelas 17 e 18)

**Tabela 17 – Indicadores de renda, pobreza e desigualdade, 1991 e 2000.**

Indicadores	1991	2000
Renda per capita média – R\$ de 2000	168,7	186,7
Proporção de pobres - %	47,0	43,5
Índice de Gini	0,58	0,60

Fonte: IPEA. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

**Tabela 18 – Indicadores de renda apropriada por extratos da população, 1991 e 2000**

Extratos da População	1991	2000
20% mais pobres	2,9	2,0
40% mais pobres	9,4	8,0
60% mais pobres	19,5	18,2
80% mais pobres	36,5	36,0
20% mais ricos	63,5	64,0

Fonte: IPEA. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

#### 4.1. Dinâmica Populacional

A população de Porto Nacional, segundo o último Censo Demográfico do IBGE, era de aproximadamente 45.000 pessoas e a taxa de urbanização cresceu 8 pontos percentuais entre 1991 e 2000 (tabela 19). Pouco mais de 85% da população vivia na área urbana, exercendo forte pressão por moradia, infra-estrutura básica e serviços públicos. A distribuição por gênero se manteve bastante equilibrada entre 1991 e 2000.

**Tabela 19 – Porto Nacional – evolução demográfica**

Indicador	1970	1980	1991	2000
População Total	31.517	36.251	43.224	44.991
População Urbana	10.025	19.554	34.654	38.766
População Rural	21.492	16.697	8.570	6.225
População Masculina			21.687	22.479
População Feminina			21.537	22.512
Taxa de Urbanização (%)			80,17	86,16

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE – Censos Demográficos

Com uma densidade demográfica de 8,90 hab/km<sup>2</sup>, em 2000, muito superior à média do Estado, de 4,17hab/km<sup>2</sup>, a região de influência de Porto Nacional teve sua participação no total da população do Estado reduzida de 9,43%, em 1970, para 8,65%, em 1980. Nas duas últimas décadas, contudo, voltou a subir, passando para 11,56%, em 1991, e 18,76%, em 2000. Por sua vez, o estado do Tocantins detinha 0,6% da população brasileira em 1991, passando para 0,7%, em 2000.

<sup>7</sup> O índice de Gini mede a desigualdade entre as diferentes classes de renda e varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, mais concentrada é a renda.

O município de Porto Nacional desde 1970 tem demonstrado pouco dinamismo demográfico, ao contrário do Estado e região, esta influenciada por Palmas a partir dos anos 90. Entre 1991 e 2000, a população do Município teve taxa de crescimento de 0,44%, enquanto a da região foi de 9,28% e a do Estado, de 2,58% (Tabelas 20 e 21).

Parte da explicação deste pouco dinamismo está na perda de população e território com a criação de novos municípios, entre 1980 e 1995, com a emancipação de Fátima, Silvanópolis, Nova Rosalândia, Palmas e Ipueiras, o que causou impacto direto no tamanho da população rural. Entre 1980 e 2000 o Município perdeu 10.472 habitantes rurais.

**Tabela 20 – Taxas de crescimento populacional, por município, região e estado**

Municípios	1970/80			1980/91			1991/96			1996/2000			1991/2000		
	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural
Brejinho de Nazaré	0,59	9,85	-1,55	0,38	5,21	-2,55	-2,78	5,13	-13,95	-4,77	-2,77	-10,68	-3,74	1,54	-12,51
Fátima	-	-	-	0,98	3,32	-1,49	-2,35	1,59	-9,35	-2,27	2,14	-17,67	-2,32	1,88	-13,15
Ipueiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Monte do Carmo	3,45	6,95	2,98	1,05	9,31	-1,28	-1,80	-0,09	-2,76	-2,25	1,41	-6,67	-2,54	0,62	-4,52
Oliveira de Fátima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

continua

continuação

Municípios	1970/80			1980/91			1991/96			1996/2000			1991/2000		
	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural
Palmas	-	-	-				28,76	33,84	-6,62	12,38	12,91	-2,95	21,24	24,10	-5,01
Pindorama do Tocantins	-	-	-	-	-	-	-0,96	1,81	-2,78	-0,16	3,47	-3,20	-0,60	2,54	-2,96
Ponte Alta do Tocantins	0,85	3,94	0,22	-2,36	2,00	-3,81	1,42	8,84	-2,97	-1,58	2,32	-5,23	0,07	5,89	-3,98
<b>Porto Nacional</b>	<b>1,41</b>	<b>6,99</b>	<b>-2,53</b>	<b>1,61</b>	<b>5,34</b>	<b>-5,89</b>	<b>0,06</b>	<b>1,24</b>	<b>-5,37</b>	<b>0,92</b>	<b>1,26</b>	<b>-1,08</b>	<b>0,44</b>	<b>1,25</b>	<b>-3,49</b>
Santa Rosa do Tocantins	-	-	-	-	-	-	-0,30	13,06	-6,14	-4,66	2,76	-11,68	-2,27	8,36	-8,64
Silvanópolis	-	-	-	5,91	8,12	4,62	-3,29	1,00	-7,80	-1,30	3,77	-9,88	-2,40	2,22	-8,73
<b>Região</b>	<b>2,66</b>	<b>8,26</b>	<b>-0,03</b>	<b>3,92</b>	<b>8,61</b>	<b>-1,66</b>	<b>9,99</b>	<b>15,03</b>	<b>-6,13</b>	<b>8,41</b>	<b>9,59</b>	<b>0,28</b>	<b>9,28</b>	<b>12,58</b>	<b>-3,33</b>
<b>Tocantins</b>	<b>3,55</b>	<b>8,58</b>	<b>1,28</b>	<b>2,01</b>	<b>5,98</b>	<b>-1,81</b>	<b>2,65</b>	<b>5,92</b>	<b>-3,33</b>	<b>2,49</b>	<b>3,79</b>	<b>-0,86</b>	<b>2,58</b>	<b>4,97</b>	<b>-2,24</b>

Fonte: IBGE – Dados Básicos dos Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991 e 2000 e Contagem Populacional de 1966

No período entre 1991 e 2000, a região registrou um crescimento de 9,28%, muito superior ao crescimento do Estado, de 2,58%, ambos consideravelmente acima do crescimento populacional do Brasil no mesmo período, de 1,6%. A região respondia por 9,40% da população urbana do Estado em 1970, passando para 9,19%, em 1980,

13,13%, em 1991 e 22,61%, em 2000, enquanto a população urbana do Tocantins representava 0,5% do total do país em 1991, passando para 0,6% em 2000.

A região, principalmente devido a Palmas, urbanizou-se em ritmo mais rápido do que o Estado, com taxas de 12,58% e 4,97%, respectivamente. Quanto à população rural, a região detinha, em 1970, 9,45% do total do Estado, caindo para 8,30% em 1980, voltando a 9,45% em 1991 e reduzindo-se a 7,62% em 2000.

Observa-se que desde a década de 70 a região vem perdendo população rural em ritmo mais intenso do que o Estado, fechando o último período censitário, 1991/2000, com taxas negativas de (-3,33%) e (-2,24%), respectivamente. Considerando os últimos 30 anos, 1970/2000, a população rural da região decresceu com taxa média anual de -1,62% e o Estado com - 0,91%.

**Tabela 21 – Região de influência de Porto Nacional – distribuição da população por situação de domicílio**

Municípios	1970			1980			1991			1996			2000		
	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural
Brejinho de Nazaré	6.179	745	5.434	6.554	1.907	4.647	6.832	3.334	3.498	5.932	4.282	1.650	4.877	3.827	1.050
Fátima	-	-	-	4.267	1.945	2.322	4.753	2.786	1.967	4.219	3.015	1.204	3.848	3.295	553
Ipueiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.166	586	580
Monte do Carmo	4.158	422	3.736	5.836	826	5.010	6.550	2.200	4.350	5.979	2.199	3.780	5.193	2.326	2.867
Oliveira de Fátima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	958	698	260
Palmas	-	-	-	-	-	-	24.261	19.215	5.046	86.116	82.535	3.581	137.355	134.179	3.176
Pindorama do Tocantins	-	-	-	-	-	-	4.949	1.853	3.096	4.716	2.027	2.689	4.685	2.324	2.361
Ponte Alta do Tocantins	7.325	1.069	6.256	7.972	1.574	6.398	6.132	1.957	4.175	6.579	2.989	3.590	6.172	3.276	2.896
<b>Porto Nacional</b>	<b>31.517</b>	<b>9.950</b>	<b>21.567</b>	<b>36.251</b>	<b>19.554</b>	<b>16.697</b>	<b>43.224</b>	<b>34.654</b>	<b>8.570</b>	<b>43.365</b>	<b>36.862</b>	<b>6.503</b>	<b>44.991</b>	<b>38.766</b>	<b>6.225</b>
Santa Rosa do Tocantins	-	-	-	-	-	-	3.822	875	2.947	3.764	1.617	2.147	3.109	1.803	1.306
Silvanópolis	-	-	-	3.069	1.164	1.905	5.879	2.748	3.131	4.974	2.888	2.086	4.725	3.349	1.376
<b>Total Região</b>	<b>49.179</b>	<b>12.186</b>	<b>36.993</b>	<b>63.949</b>	<b>26.970</b>	<b>36.979</b>	<b>106.402</b>	<b>69.622</b>	<b>36.780</b>	<b>165.644</b>	<b>138.414</b>	<b>27.230</b>	<b>217.079</b>	<b>194.429</b>	<b>22.650</b>
<b>Tocantins</b>	<b>521.139</b>	<b>129.587</b>	<b>391.552</b>	<b>738.884</b>	<b>293.442</b>	<b>445.442</b>	<b>919.863</b>	<b>530.636</b>	<b>389.227</b>	<b>1.048.642</b>	<b>741.009</b>	<b>307.633</b>	<b>1.157.098</b>	<b>859.961</b>	<b>297.137</b>

Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991 e 2000 e Contagem Populacional de 1966



É interessante notar o impacto da implantação de Palmas no dinamismo demográfico do Município. Nas décadas de 70 e 80, apesar de o crescimento da população total ter sido menor do que aquele experimentado pelo Estado, sua população urbana teve taxa de crescimento de 6,99% no período entre 1970 e 1980 e de 5,34% entre 1980 e 1991. Nestes 21 anos, a sua população urbana passou de 9.950 pessoas para 34.654. Em 1991 Palmas já contava com 19.215 habitantes na zona urbana.

A partir de 1990, com a construção de Palmas, o município de Porto Nacional teve taxa de crescimento da população total próxima de zero (0,44%), e da população urbana muito abaixo da média regional e do Estado (1,25%, 12,58% e 4,97%, respectivamente). A população urbana do Município passa de 34.654 habitantes, em 1991, para 38.766 em 2.000, enquanto Palmas passa de 19.215 para 134.179 habitantes.

O dinamismo experimentado pela população urbana do Município, nas décadas de 70 e 80, esteve muito ligado aos efeitos da pavimentação da rodovia Belém-Brasília, que retirou a cidade de seu isolamento geográfico, e da expansão da fronteira agrícola do país, a partir dos programas desenvolvimentistas dos governos militares, principalmente o POLOCENTRO, programa voltado para a criação de infra-estrutura e incentivos de apoio à expansão da agricultura de exportação (abertura de estradas, exploração de jazidas de calcário, pesquisa de novas variedades de grãos adaptados ao cerrado, etc.).

Gurupi, cidade melhor localizada no eixo da rodovia Belém-Brasília e da expansão da fronteira agrícola, viu, no mesmo período, sua população urbana passar de 15.682 habitantes para 52.522.

A fase de implantação e consolidação de Palmas como capital do Estado afetou fortemente o dinamismo demográfico e econômico de Porto Nacional. Pelas estimativas de população do IBGE para 2004, percebe-se que permanece a tendência de maior dinamismo demográfico da capital. As estimativas para Palmas indicam 187.639 habitantes, com um crescimento de 36,6% em relação a 2000, e para Porto Nacional, 46.285, o que representa apenas 2,9% de incremento em relação a 2000.

Nos últimos 30 anos o Município cresceu à taxa média anual de 1,19%, inferior à média da região, de 4,69%, e do Estado, de 2,7%, com um incremento de 13.474 habitantes.

O grau de urbanização da Região (89%) é maior do que o da média do Estado (74%). Porto Nacional aparece logo depois de Palmas como os municípios mais urbanizados, 86% e 97%, cidades que elevam a participação da população urbana no total da população regional. (Tabela 22). O município de Porto Nacional detinha, em 2000,

22,72%% da população regional e 3,89% do Estado, enquanto sua população urbana representava 19,94% da região e 4,5% do Estado.

**Tabela 22 – Grau de urbanização por município, região e estado.**

Municípios	Grau de Urbanização (%)				
	1970	1980	1991	1996	2000
Brejinho de Nazaré	12	29	49	72	78
Fátima	-	45	58	71	85
Ipueiras	-	-	-	-	50
Monte do Carmo	10	14	33	37	45
Oliveira de Fátima	-	-	-	-	73
Palmas	-	-	79	96	97
Pindorama do Tocantins	-	-	-	-	49
Ponte Alta do Tocantins	14	20	32	45	53
<b>Porto Nacional</b>	<b>31</b>	<b>54</b>	<b>80</b>	<b>85</b>	<b>86</b>
Santa Rosa do Tocantins	-	-	-	-	58
Silvanópolis	-	38	47	58	71
<b>Região</b>	<b>25</b>	<b>42</b>	<b>68</b>	<b>86</b>	<b>89</b>
<b>Tocantins</b>	<b>25</b>	<b>40</b>	<b>60</b>	<b>70</b>	<b>74</b>

Fonte: Dados Básicos do IBGE. - Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000; Contagem Populacional 1996

Em termos de distribuição da população por sexo, o Município mudou um pouco o seu perfil de 1991 para 2000, fugindo do padrão tocantinense, de maior peso relativo dos homens, para acompanhar o perfil nacional, no qual as mulheres são em maior número. A razão de sexo no Município era de 100,6 em 1991 passando para 99 em 2000, quando no Estado era de 105 e no Brasil de 97, ou seja, 99, 105 e 97 homens para 100 mulheres, respectivamente. Como no Brasil e no Estado, na população rural do Município prevalece o maior peso da população masculina, com a razão de sexo de 110, 123 e 123, respectivamente (Tabela 23).

**Tabela 23 – Razão de sexo na população por município, região, estado e Brasil**

Área Geográfica	1991			2000		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Porto Nacional	100,6	96	122	99	96	123
Região	108	101	121	102	99	130
Estado	105	102	86	105	99	123
Brasil	97	94	108	97	94	110

Fonte: Dados Básicos do IBGE. - Censo Demográfico 1991 e 2000

A distribuição etária da população de Porto Nacional revela uma população bastante jovem; o grupo etário com menos de 15 anos representava, em 1991, 40,95% da população total, sendo 39,91% da urbana e 45,14% da rural (Tabela 24). Em 2000, a participação deste grupo no total da população reduziu-se para 34,33 % (34,18% da

urbana e 35,23% da rural). A participação deste grupo etário na população total da região era de 33,83%, 35,2% no Estado e 26,6% no Brasil.

**Tabela 24 – Percentual de população por domicílio e por grupos de idade, por município, região e estado**

Área Geográfica	Ano	População Total				População Urbana				População Rural			
		0 a 4	5 a 14	15 a 64	65 e mais	0 a 4	5 a 14	15 a 64	65 e mais	0 a 4	5 a 14	15 a 64	65 e mais
Porto Nacional	1991	13,59	27,36	55,38	3,68	13,02	26,89	56,40	3,70	15,90	29,24	51,25	3,61
	2000	11,00	23,33	60,93	4,75	10,83	23,35	61,22	4,60	12,03	23,20	59,16	5,62
Região	1991	14,10	27,76	54,85	3,29	13,21	27,08	56,57	3,13	15,75	29,02	51,64	3,58
	2000	11,67	22,16	63,27	2,89	11,68	21,74	63,81	2,60	11,63	24,29	58,74	5,34
Tocantins	1991	13,58	28,12	54,52	3,78	12,47	27,54	56,16	3,83	15,10	28,89	52,29	3,72
	2000	11,60	23,60	60,26	4,53	11,18	25,70	61,15	4,40	12,82	23,26	57,67	4,90

Fonte: IBGE – Dados Básicos do Censo Demográfico 1991 e 2000

Observa-se na região e no Município, um estreitamento na participação relativa dos mais jovens e o crescimento dos grupos etários de 15 a 64 anos e de 65 anos e mais no período 1991/2000, o que indica um processo de diminuição das taxas de fecundidade e de envelhecimento da população no Estado, Região e Município. O Município passou de 3,6 filhos por mulher, em 1991, para 2,3 em 2000. Para explicar o aumento do efetivo populacional do grupo etário de 15 a 64 anos deve-se considerar, também, a hipótese de aumento da migração no período, válida principalmente para o total da região, onde houve intenso processo migratório para Palmas no período. (tabela 25)

Em termos absolutos, o Município contava em 2000, com 4.947 crianças de 0 a 4 anos, 10.495 de 5 a 9 anos, 5.198 de 10 a 14 e com 2.133 pessoas acima de 65 anos.

Tabela 25 – População residente por grupos de idade – 1991

Grupos de Idade	Total		Urbana		Rural		Total (%)		Urbana (%)		Rural (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
0 a 4	5.874	4.947	4.511	4.198	1.363	749	13,59	11,00	13,02	10,83	15,90	12,03
5 a 9	6.031	5.301	4.674	4.568	1.357	733	13,95	11,78	13,49	11,78	15,83	11,78
10 a 14	5.793	5.198	4.644	4.487	1.114	711	13,40	11,55	13,40	11,57	13,41	11,42
15 anos	1.162	1.115	959	976	203	139	2,69	2,48	2,77	2,52	2,37	2,23
16 e 17	2.150	2.193	1803	1.915	347	278	4,97	4,87	5,20	4,94	4,05	4,47
18 e 19	1.890	2.058	1.596	1.801	294	257	4,37	4,57	4,61	4,65	3,43	4,13
20 a 24	4.059	4.685	3.377	4.127	682	558	9,39	10,41	9,74	10,65	7,96	8,96
25 a 29	3.504	3.679	2.864	3.254	640	425	8,11	8,18	8,26	8,39	7,47	6,83
30 a 39	5.022	5.955	4.078	5.194	944	761	11,62	13,25	11,77	13,40	11,02	12,22
40 a 49	3.264	4.059	2.617	3.452	647	607	7,55	9,02	7,55	8,90	7,55	9,75
50 a 59	2.190	2.633	1.714	2.180	476	453	5,07	5,85	4,95	5,62	5,55	7,28
60 a 64	695	1.035	536	831	159	204	1,61	2,30	1,55	2,14	1,86	3,27
65 e mais	1.590	2.133	1.281	1.783	309	350	3,68	4,74	3,70	4,60	3,61	5,62
<b>TOTAL</b>	<b>43.224</b>	<b>44.991</b>	<b>34.654</b>	<b>38.766</b>	<b>8.570</b>	<b>6.225</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000



Como reflexo direto da diminuição do peso da população com menos de 15 anos de idade, a Razão de Dependência Demográfica<sup>8</sup>, reduziu-se significativamente no período entre 1991 e 2000, tanto para a população urbana quanto para a rural, no Município, região e Estado.

A Razão de Dependência Demográfica do Município está muito próxima dos padrões da média do Estado. Entre 1991 e 2000, caiu de 82 para 64 na população total, de 77 para 63, na urbana e de 95 para 76, na rural (Tabela 26). Esta redução demonstra a queda do peso da população jovem, principalmente, no total da população do Município. A razão de dependência média do Estado é de 66 para a população total, de 64, para a população urbana e de 73, para a rural, enquanto a média do Brasil, no total da população, é de 55.

Considerando o quadro analisado, é possível pensar em um cenário demográfico em que a fecundidade continue em queda e o processo de urbanização permaneça intenso, com a redução do processo migratório, devido à diminuição do estoque de população rural e o surgimento de outros pólos dinâmicos no Estado. Mesmo assim, no futuro próximo, espera-se a redução do ritmo de crescimento populacional da Região e do Município, permanecendo Palmas como o centro mais dinâmico do Estado, com altas taxas de crescimento populacional.

**Tabela 26 – Razão de dependência demográfica – 1991, 2000**

Área Geográfica	1991			2000		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Porto Nacional	82	77	95	64	63	69
Região	85	83	90	59	55	76
Tocantins	78	82	80	66	64	73
Brasil	60	61	82	55	52	68

Fonte: Dados Básicos do IBGE

## 4.2. Cultura

Há em Porto Nacional uma Associação de Artesãos que, todavia, não dispõe de espaço adequado para a comercialização da produção artesanal, representada por trabalhos de cerâmica, tecelagem, pintura e desenho, cestaria em palha, utensílios em madeira, bordado, crochê e criação em retalhos.

Em termos de equipamentos culturais, Porto Nacional conta com:

- Museu Histórico de Porto Nacional (Fundação Municipal Museu Histórico de Porto Nacional), com um acervo de bens móveis (mais de 300 peças) representativos dos usos, costumes e tradições da cidade, composto de mobiliário e outros utensílios, documentos e iconografia;

<sup>8</sup> A Razão de Dependência Demográfica, definida como o quociente entre a soma dos grupos etários de 0 a 4 anos, 5 a 14 anos e 65 anos e mais, e o número de pessoas no grupo etário de 15 a 64 anos, multiplicado por 100, fornece o número de pessoas hipoteticamente dependentes, para cada 100 pessoas em idade ativa

- Museu de Zoologia da Universidade Federal de Tocantins, com acervo significativo e bem conservado. O Museu mantém uma exposição de animais empalhados de diversas espécies, do Tocantins, do Brasil e de outras regiões, principalmente Austrália e África, estes últimos obtidos por meio de permuta por espécimes da fauna brasileira;
- Biblioteca Pública Municipal Eli Brasiliense, com acervo para estudantes do Ensino Fundamental;
- Biblioteca Acadêmica da UFT, cujo acervo é prioritariamente voltado para estudantes universitários, mas com o acesso ao público permitido, no caso de consultas.

Conta, ainda, com vários espaços abertos para espetáculos, podendo ser mencionados o Anfiteatro Mestre Adelino, na Praça do Centenário, os 4 Palcos Abertos: da Avenida Beira-Rio, em Frente à Catedral, da Rodoviária, da Vila Nova e os dois Coretos da Avenida Beira-Rio. Além desses, existem ainda, como espaços culturais, o Café Teatro e o Centro Cultural Durval Godinho, antigo salão de festas e carnaval da Cidade, com auditório adaptado para encenações e onde funciona a Secretaria Municipal de Cultura, o Cine Rios, cine-teatro no auditório do Colégio Sagrado Coração de Maria, com equipamentos e programação cinematográfica desativados, sendo atualmente usado para eventos e peças teatrais, o Centrinho das Crianças, funcionando nas “casinhas”, núcleo de habitações populares, coordenado por uma Organização Não governamental – ONG, conveniada com o Governo Norueguês e, ainda, uma casa de espetáculos, que pode ser alugada para shows e festas.

As tradições culturais são mantidas pelos seguintes grupos folclóricos:

- Grupo de Folia do Joãozinho
- Grupo de Folia do Seu Daniel
- Grupo de Folia do Jardim Querido
- Grupo de Folia do Iraci
- Companhia da Buiuna
- Tambores do Tocantins
- Projeto Andanças
- Grupo Dançart
- Teatro da Via Sacra

Além destes, há diversos grupos de Capoeira e Grupos de Folia na Zona Rural do Município. Para a preservação da cultura e tradições populares, funcionam diferentes cursos na cidade, podendo ser citados: Fábio Music, Pentatônica, Banda de Música do Mestre Adelino, Oficinas Musicais, conduzidas por Everton dos Andes, o Grupo Dançart, sob a coordenação de Genildo Sales e o Projeto Andanças, com a realização de oficinas.

O Clube dos Violeiros é dirigido pela Associação dos Violeiros, um grupo associativo, formado pelos aficionados pela música sertaneja que promovem saraus e shows nas tardes de domingo, nos quais se apresentam tocadores tradicionais e novatos. Estas

apresentações chegam a atrair público superior a 300 pessoas ao Posto Cerqueira, na rodovia TO-262, onde se localiza o clube.

Destacam-se entre as principais festas e manifestações folclóricas oficiais, as Festas de Nossa Senhora das Mercês, padroeira de Porto Nacional, e de São João Batista. São também tradicionais os festejos de Nossa Senhora da Conceição, do Coração de Maria, de São Judas Tadeu, do Divino Espírito Santo e dos Santos Reis.

Durante os pousos das Folias de Reis e do Divino Espírito Santo nas residências dos foliões, particularmente na área rural, são cantados os benditos de oferendas, seguidos das danças folclóricas do tambor, catira, suça e jiquitaia, de origem afro-brasileira, indígena e européia. Tais danças, sempre alegres, se fazem acompanhar por cantos e toque de viola, pandeiro, tambores, caixa de folia, e instrumentos de percussão feitos de cabaça.

Porto Nacional tem diversos artistas plásticos, músicos e escritores reconhecidos nacionalmente, todos eles com fortes raízes locais e promovendo a cultura popular portuense.

O calendário cultural da Cidade segue a proposta do Calendário Geral do Tocantins, preparado pela Fundação Cultural do Estado, e inclui os seguintes projetos e convênios:

- Projeto Carnaval, no período momesco
- Oficinas Culturais, de abril a julho (2003)
- Projeto Temporadas, em julho
- Semana da Cultura, em julho
- Projeto PGIRSU, de arte reciclagem, no âmbito do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, durante todo o ano.

Mensalmente é realizada a Feira da Praça do Centenário, com exposição de artigos de artesanato, culinária local, gincanas e jogos. Também é tradicionalmente conhecida a Feira do Cabaçaco, de artesanato que deve passar a ser realizada bimestralmente.

A Semana de Cultura de Porto Nacional é realizada anualmente, entre 6 a 13 de julho, com festival de música, danças, espetáculos cênicos, recitais poéticos, mostras de vídeo, exposição de artes plásticas, fotografias, artesanato e gastronomia local.

A gastronomia local tem como destaques arroz maria Isabel, o arroz cerigado e o arroz casado, a galinha caipira ao molho, peixe ao molho com pirão, quibebes de abóbora, mandioca e batata, o cariru, feito com quiabo, a paçoca de carne seca, a paçoca de gergelim, os bolos de arroz e de mandioca, o mangulão, os biscoitos amor-perfeito, quebrador e trovão, a banana frita com açúcar, os doces de furtos da região, como o buriti, murici, manga, abóbora e caju, além dos licores de genipapo e cajá e das semberebas (sucos) de buriti, murici e cajá.



### 4.3. Educação

A taxa de analfabetismo entre a população acima de 15 anos no Município vem caindo significativamente nas últimas décadas, passando de 45,1%, em 1970, para 14,46%, em 2000, segundo dados do Sistema Nacional de Informações Municipais do Ministério das Cidades. A maior queda verificou-se no período entre 1980 e 1991 (35,2% para 18,6%). Provavelmente a universalização da educação tenha contribuído para esta queda. À medida que a população passa a ter acesso à escola, mesmo na zona rural, os índices tendem a ser mais favoráveis, fenômeno que vem sendo observado em diferentes regiões do País.

Cabe ressaltar que no período entre 1991 e 2001, Palmas apresentou ganhos bem mais significativos que Porto Nacional, passando de 16,3 para 6,33, enquanto Porto Nacional conseguiu baixar apenas 4 pontos percentuais, decaindo de 18,6% para 14,46%.

No mesmo período, 1991-2000, houve uma redução na taxa de analfabetismo em todas as faixas etárias: de 30,6% para 12,0% na faixa de 7 a 14 anos; de 17,2% para 3,6% na de 10 a 14, de 7,2% para 2,6% na de 15 a 17 anos e de 8,2% para 4,4% na de 18 a 24 anos. A taxa de analfabetismo na população adulta passou de 25,2% para 19,3%.

Informações da Secretaria Municipal de Educação dão conta de que a rede de escolas municipais reduziu-se nos últimos 3 (três) anos, registrando atualmente um total de 44 (quarenta) escolas, sendo 14 (catorze) urbanas e 30 (trinta) rurais, somando 185 (cento e oitenta e cinco) turmas, 118 (cento e dezoito) urbanas e 67 (sessenta e sete) rurais, atendendo a um total de 4.877 alunos, em 2004, sendo 3.349, na área urbana e 1.528 na rural (Tabela 27).

Nas escolas urbanas são oferecidos a Educação Infantil, o primeiro segmento do Ensino Fundamental (1ª à 4ª série) e a Educação de Jovens e Adultos – EJA no Ensino Fundamental. Nas rurais, são ofertados a Educação Infantil, os dois segmentos do ensino fundamental (1ª à 4ª série e 5ª à 8ª série), a Educação de Jovens e Adultos – EJA no Ensino Fundamental e a Escola Ativa,

**Tabela 27 – Porto Nacional – situação da educação municipal - 2004**

Indicador	Área urbana		Área rural		Total	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
Escolas	14	31,8	30	68,2	44	100,0
Turmas	118	63,8	67	36,2	185	100,0
Professores	118	54,4	99	45,6	217	100,0
Técnicos em magistério	41	46,1	48	53,9	89	100,0
Médio básico			09	100,0	09	100,0
Cursando nível	45	76,3	14	23,7	59	100,0

superior						
Nível superior completo	32	56,1	25	43,9	57	100,0
Não informado			03	100,0	03	100,0
Alunos	3.349	68,7	1.528	31,3	4.877	100,0
Matriculados	3.349	68,7	1.528	31,3	4.877	100,0
Aprovados	2.503	69,8	1.083	30,2	3.586	100,0
Evadidos	469	78,0	132	22,0	601	100,0
Transferidos	259	75,5	84	24,5	343	100,0
Reprovados	128	35,8	229	64,2	357	100,0
Distorção idade / série						16,7
Creches	03	100,0			03	100,0
Alunos em creches	240	100,0			240	100,0

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Percebe-se que apesar de o número de escolas na área rural ser mais que o dobro do da área urbana, as turmas e alunos são muito mais numerosos na Cidade, coerentemente com a taxa de urbanização do Município. Em relação ao nível de qualificação dos professores, em ambas as situações ela é bastante satisfatória, com elevado número de profissionais com nível superior completo ou em curso e grande percentual de técnicos em magistério, curso perfeitamente ajustado às funções docentes.

Há pequenas bibliotecas em 5 (cinco) escolas, quadras esportivas em 04 (quatro), sendo 2 (duas) fora do pátio da escola e 6 (seis) escolas dispõem de equipamento de TV e Vídeo.

A evolução da situação educacional na rede municipal de ensino nos últimos três anos (tabela 28) evidencia que, apesar da redução do número de escolas, houve um incremento progressivo no número de turmas e de matrículas. A desistência e a evasão na área urbana tiveram movimentos distintos na área urbana e rural.

A desistência caiu em 2003 para subir bastante em 2004 na área urbana, enquanto na rural o aumento ocorreu em 2003, com significativa queda em 2004. No caso da evasão, a área rural registrou um acentuado crescimento de 2003, seguido de forte queda em 2004. As oscilações na área urbana, apesar de no mesmo sentido, não se verificaram na mesma proporção.

O número de professores e de turmas da área urbana cresceu apenas 1,7% na área urbana, enquanto na rural teve um incremento de 73,7%. As transferências na área rural são bem menores que as da área urbana.

**Tabela 28 – Evolução da situação educacional na rede municipal de ensino**

Indicador	2002		2003		2004	
	Área urbana	Área rural	Área urbana	Área rural	Área urbana	Área rural

Escolas	17	34	18	30	14	30
Turmas	106	57	107	63	118	67
Professores	106	57	113	80	118	99
Técnicos em Magistério	nd	nd	60	56	41	48
Médio básico	nd	nd	-	07	-	09
Cursando nível superior	nd	nd	40	-	45	14
Nível superior completo	nd	nd	08	05	32	25
Segundo grau incompleto	nd	nd	-	03	-	-
Não informado	nd	nd	05	09		03
Matrículas iniciais	2.386	1.610	2.672	1.914	3.349	1.528
Aprovação	1.646	1.043	1.834	1.282	2.503	1.083
Desistência	404	213	386	276	469	132
Evasão	215	184	276	265	259	84
Transferência	123	170	176	144	128	229
Distorção idade / série	nd	nd	16,7	33,0	16,7%	
Creches	nd	nd	03	-	03	-
Alunos em creches	nd	nd	235	-	240	-

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

O maior incremento educacional nos últimos anos ocorreu no 1º segmento do Ensino fundamental, com um crescimento de 77,4% no número de turmas e correspondentes professores na área urbana e de 34,9%, na área rural entre 2002 e 2004 (tabela 29). As matrículas cresceram 68,9% na área urbana. Na área rural, elas aumentaram em 10,5% de 2002 para 2003, mas decaíram 65,9% em 2004, acumulando no período 2002 a 2004 uma perda de 27,2%. O Ensino Fundamental de 5ª à 8ª série teve o mesmo comportamento, de grande ganho em 2003 (77,5%) e perda em 2004 (23,5%), enquanto, curiosamente, a Educação de Jovens e Adultos apresenta movimento inverso, com perda de 34,6% em 2003 e ganho de 450,6% em 2004. Na área urbana, ela apresentou crescimento continuado nos três anos observados, dobrando o número de matrículas entre 2002 e 2004.

**Tabela 29 - Número de turmas, professores e alunos por nível de ensino**

Indicador	2002		2003		2004	
	Área urbana	Área rural	Área urbana	Área rural	Área urbana	Área rural
<b>Ensino Infantil</b>						
Turmas	60	06	58	nd	63	03
Professores	60	nd	58	nd	63	03
Matrículas iniciais	1.252	110	1.205	150	1.369	72
Aprovação	945	84	875	113	1.081	61
Desistência	232	13	207	13	168-	11
Evasão	nd	-	-	-		-
Transferência	75	13	123	24	120	-

Reprovação	-	-	-	-	-	-
Distorção idade / série	-	-	-	-	-	-
<b>Ensino Fundamental (1ª à 4ª série)</b>						
Turmas	31	43	38	46	55	58
Professores	31	nd	38	46	55	58
Matrículas iniciais	894	1.128	1.184	1.246	1.510	821
Aprovação	580	732	809	816	1.122	572
Desistência	-	130	98	161	151	52
Evasão	120	-	-	-	-	-
Transferência	115	116	141	162	139	50
Reprovação	79	150	136	107	98	147
Distorção idade / série	nd	nd	16,7	33,0	16,7%	
<b>Ensino Fundamental (5ª à 8ª série)</b>						
Turmas	-	16	-	16	-	23
Professores	-	nd	-	16	-	23
Matrículas iniciais	-	245	-	435	-	333
Aprovação	-	169	-	301	-	207
Desistência	-	34	-	79	-	41
Evasão	-	-	-	-	-	-
Transferência	-	28	-	30	-	31
Reprovação	-	14	-	25	-	54
Distorção idade / série	-	nd	-	33,0	nd	nd

continua

continuação

Indicador	2002		2003		2004	
	Área urbana	Área rural	Área urbana	Área rural	Área urbana	Área rural
<b>Educação de Jovens e Adultos</b>						
Turmas	15	06	13	05	13	13
Professores	15	nd	13	16	22	18
Matrículas iniciais	240	127	283	83	480	374
Aprovação	121	56	150	52	300	304
Desistência	-	-	81	12	-	-
Evasão	50	39	-	-	150	39
Transferência	25	26	12	07	-	03
Reprovação	44	06	40	12	30	28
Distorção idade / série	-	-	-	-	-	-
<b>Creches</b>						
Salas	03	nd	03	-	03	-
Alunos	241	nd	235	-	240	-

Fonte: Secretaria Municipal de Educação.

Os principais índices do aproveitamento dos alunos da rede municipal de ensino em Porto Nacional (tabela 30) permitem verificar um elevado índice de desistência na Educação Infantil e no segundo segmento do Ensino Fundamental, só ministrado na área rural. Entre os jovens e adultos também se registram altos índices de evasão e de desistência. A matrícula cresceu na Educação Infantil, no segundo segmento do

Ensino fundamental, na área rural, e na EJA, mas caiu no segmento de 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental em 2004, quando comparada com o ano anterior. Pode ser que esteja havendo uma migração da educação seriada para a EJA, em função da distorção idade-série observada. Os gastos com a Educação têm consumido pouco mais de um quarto do orçamento municipal.

**Tabela 30 – Índices de aproveitamento dos alunos por nível de ensino**

Indicador	2002		2003		2004	
	Área urbana	Área rural	Área urbana	Área rural	Área urbana	Área rural
<b>Ensino Infantil</b>						
Matriculas iniciais	1.252	110	1.205	150	1.369	72
Aprovação	75,5	76,4	72,6	75,3	78,9	84,7
Desistência	18,5	11,8	17,2	8,7	12,3	15,3
Evasão	-	-	-	-	-	-
Transferência	6,0	11,8	10,2	16,0	8,8	-
Reprovação	-	-	-	-	-	-
Distorção idade / série	-	-	-	-	-	-
<b>Ensino Fundamental (1ª à 4ª série)</b>						
Matriculas iniciais	894	1.128	1.184	1.246	1.510	821
Aprovação	65,0	65,0	68,3	65,5	74,3	70,0
Desistência	-	11,5	8,3	13,0	10,0	6,0
Evasão	13,4	-	-	-	-	-
Transferência	12,8	10,3	12,0	13,0	9,2	6,0
Reprovação	8,8	13,2	11,4	8,5	6,5	18,0
Distorção idade / série	nd	nd	16,7	33,0	16,7%	

continua

continuação

Indicador	2002		2003		2004	
	Área urbana	Área rural	Área urbana	Área rural	Área urbana	Área rural
<b>Ensino Fundamental (5ª à 8ª série)</b>						
Matriculas iniciais	--	245	--	435	--	333
Aprovação	-	69,0	-	69,2	-	62,0
Desistência	-	14,3	-	18,2	-	12,3
Evasão	-	-	-	-	-	-
Transferência	-	11,4	-	6,9	-	9,4
Reprovação	-	5,3	-	5,7	-	16,3
Distorção idade/série	-	nd	-	nd	-	nd
<b>Educação de Jovens e Adultos</b>						
Matriculas iniciais	240	127	283	83	480	374
Aprovação	50,4	44,0	53,0	62,6	62,5	81,3
Desistência	-	-	28,6	14,5	-	-
Evasão	20,8	30,7	-	-	31,2	10,4
Transferência	10,4	20,3	4,2	8,4	-	0,8
Reprovação	18,4	5,0	14,2	14,5	6,3	7,5
Distorção idade/série	-	-	-	-	-	-
<b>Creches</b>						
Salas	03	nd	03	-	03	-

Alunos	241	nd	235	-	240	-
--------	-----	----	-----	---	-----	---

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

A maioria das escolas municipais encontra-se em razoáveis condições de funcionamento. Entretanto, há 8 (oito) delas funcionando improvisadamente, de maneira precária, em instalações de Associações de Bairro e 11 (onze) funcionam em prédios do Município partilhados com outras instituições. Algumas escolas não apresentam as condições necessárias para um bom funcionamento, ou seja, amplas salas de aula, instalações sanitárias adequadas, iluminação, salas de informática, bibliotecas, salas próprias para a educação infantil, áreas de recreação e lazer, jardins e equipamentos e materiais esportivos.

Em função do crescimento generalizado do número de alunos e das condições precárias, algumas das escolas necessitam de reformas ou ampliações urgentes, que começaram a ser feitas no início deste ano.

Nas várias escolas, de acordo com os diferentes segmentos de ensino, são desenvolvidas atividades de Educação Física, com a utilização de materiais adequados a cada nível, tais como bambolês, bolas de futebol, vôlei e queimada e redes. Seria interessante, no entanto, maior diversidade de material esportivo e pedagógico.

Segundo informações colhidas junto à Secretaria Municipal de Educação – SEME outros problemas sérios são a distorção idade-série, a rotatividade dos professores, em parte provocada pela não existência de um Plano de Carreira, com Cargos e Salários claramente definidos, a dificuldade de se conseguir professores para determinadas áreas específicas e para a zona rural, o transporte insuficiente para as equipes pedagógicas da SEME, a falta de atendimento psicopedagógico, nutricional e de orientação aos alunos nas Unidades Escolares, a não existência de convênios de saúde e a dificuldade de acesso à informação atualizada por parte dos professores, a pouca disponibilidade de material didático e pedagógico e de recursos audiovisuais de apoio. Boa parte das edificações nas quais funcionam as escolas não foram projetadas para esta finalidade e as adaptações feitas nem sempre são adequadas ao processo ensino-aprendizagem. Em várias das escolas não existem salas próprias para a direção, coordenação ou professores. Há 3 (três) edificações próprias para atividades da Educação Infantil. Nas demais, há carência de áreas adequadas para repouso, banho e higiene, recreação dinamizada.

Em parceria com o Fundo de Desenvolvimento da Escola - FUNDESCOLA, a Secretaria Municipal de Educação desenvolve programas da Escola Ativa, direcionados às escolas rurais, tendo sido atendidos 369 alunos, em 2002, 388, em 2003 e 203, em 2004, e a Formação Continuada dos professores, no aprofundamento do estudo e aplicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs.

São desenvolvidas as seguintes atividades extra-curriculares:

- Projeto Sexualidade, realizado por alunos das turmas de Educação de Jovens e Adultos;
- Projeto Reciclagem na Escola, com alunos da Educação Infantil;

- Projeto Seja Padrinho de uma Criança, com alunos da Educação Infantil;
- Campanha Seja Solidário, de recolhimento de alimentos para famílias carentes, realizado com alunos do primeiro segmento do Ensino Fundamental;
- Campanha de Alimentos para a Caso do Idoso, realizado com alunos da Educação Infantil;
- Projeto Faça uma Horta na Escola, realizado com alunos do Ensino Fundamental;
- Feira de Interação, realizado com alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

De forma conjunta com a Secretaria de Estado da Educação, estão implantados no Município os seguintes programas:

- Evasão Nota Zero – Programa de Melhoria da Qualidade do Ensino, direcionado para as 4 (quatro) primeiras séries do Ensino Fundamental;
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE;
- Programa Desenvolvimento da Escola – PDE, instrumento de planejamento estratégico visando melhorar a qualidade do ensino, atendendo às escolas com mais de 100 (cem) alunos;
- Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE;
- Programa Nacional Transporte na Escola – PNTE, por meio do qual é oferecido transporte escolar aos alunos;
- Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, com a distribuição de livros didáticos aos alunos;
- Programa Nacional Biblioteca Escolar – PNBE, para estimular o hábito da leitura entre as crianças e adolescentes;
- Programa Nacional de Alimentação Escolar, que fornece a merenda a todos os alunos da rede pública de educação infantil e ensino fundamental.

Além destes, ainda são desenvolvidos os Programas Saúde Escolar e Ouvir, Ver e Sorrir, em parceria com a Secretaria Estadual da Saúde.

Os alunos de 10 (dez) escolas municipais na zona rural são atendidos pelo Transporte Escolar, feito por 2 (dois) microônibus, 2 (duas) kombis, 2 (duas) vans e 6 (seis) camionetas adaptadas.

Além da rede municipal de ensino, há no Município escolas estaduais e particulares que oferecem, além de creches, a pré-escola, as classes de alfabetização, o Ensino Fundamental, Ensino Médio (regular e normal), a Educação Especial e a Educação de Jovens e Adultos (tabela 31). No total, são atendidos mais de 10.000 alunos no Ensino Fundamental, mais de 3.000, no Ensino Médio e mais de 2.000, na Educação de Jovens e Adultos.

São 18 (dezoito) escolas estaduais urbanas e 2 (duas) rurais, com 7.268 matrículas no ensino fundamental e 2.996 do ensino médio, em 2005. São ao todo 107 (cento e sete) salas de aula permanentes e 13 (treze) provisórias. As escolas funcionam nos 3 (três) turnos,

A taxa de evasão situa-se em 10,4% e a de repetência em 12,0%. Verifica-se, ainda, uma distorção idade / série de cerca de 49,1%.

A rede estadual de ensino conta com 407 (quatrocentos e sete) professores, tendo 130 (cento e trinta) o curso de magistério, 5 (cinco), o ensino médio com outra formação, 243 (duzentos e quarenta e três), licenciatura completa, 26 (vinte e seis), superior sem licenciatura e com magistério e 3 (três), superior sem licenciatura e sem magistério.

Há 19 bibliotecas, 9 laboratórios e 13 áreas esportivas nas escolas estaduais. Como atividades extra-curriculares, são realizados eventos culturais e esportivos, campanhas de solidariedade e palestras. As escolas mantêm os programas de desenvolvimento e melhoria do ensino, criados pelo MEC e o Bolsa-família.



**Tabela 31 – Evolução da matrícula total**

Número de Alunos Matriculados													
2002													
Dependência	Creche	Pré escola	Alfabetização	Ensino Fundamental			Ensino Médio (regular e normal)	Educação Especial		Educação de Jovens e Adultos - EJA			
				1ª a 4ª Série	5ª a 8ª Série	Total		Fundamental	Total	Supletivo		Semipresencial	
										Fundamental	Total	Fundamental	Médio
Estadual	0	178	0	4.448	4.029	8.477	3.276	86	191	2.035	2.182	0	0
Municipal	422	856	632	1.533	232	1.765	0	0	0	403	475	0	0
Privada	0	272	165	497	234	731	108	0	0	0	490	0	0
<b>Total</b>	<b>422</b>	<b>1.306</b>	<b>797</b>	<b>6.478</b>	<b>4.495</b>	<b>10.973</b>	<b>3.384</b>	<b>86</b>	<b>191</b>	<b>2.438</b>	<b>3.147</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2003													
Dependência	Creche	Pré escola	Alfabetização	Ensino Fundamental			Ensino Médio (regular e normal)	Educação Especial		Educação de Jovens e Adultos - EJA			
				1ª a 4ª Série	5ª a 8ª Série	Total		Fundamental	Total	Supletivo		Semipresencial	
										Fundamental	Total	Fundamental	Médio
Estadual	0	0	0	3.724	3.544	7.268	3.037	18	108	1.758	1.859	0	0
Municipal	235	853	346	2.361	388	2.749	0	0	0	403	403	0	0
Privada	0	348	150	659	486	1.145	336	0	0	0	352	0	281
<b>Total</b>	<b>235</b>	<b>1.201</b>	<b>496</b>	<b>6.744</b>	<b>4.418</b>	<b>11.162</b>	<b>3.373</b>	<b>18</b>	<b>108</b>	<b>2.161</b>	<b>2.614</b>	<b>0</b>	<b>281</b>
2004													
Dependência	Creche	Pré escola	Ensino Fundamental (Regular)				Ensino Médio (Regular)	Educação Especial		Educação de Jovens e Adultos - EJA			
			Ensino Especial (incluídos)	1ª a 4ª Série	5ª a 8ª Série	Total		Fundamental	Total	Supletivo (presencial)			
										Fundamental	Total		
Estadual			32				2.926	14	100	1.362	1.738		
Municipal			3	2.377	302	2.679	0	0	0	560	560		
Privada	0	497	0	756	484	1.240	309	0	0	0	290		
<b>Total</b>	<b>344</b>	<b>1.584</b>	<b>35</b>	<b>6.357</b>	<b>4.165</b>	<b>10.522</b>	<b>3.235</b>	<b>14</b>	<b>100</b>	<b>1.922</b>	<b>2.588</b>		

Fonte: INEP – Censo Escolar

As escolas apresentam bom estado de conservação e desenvolvem diversos programas, podendo ser mencionados:

- Esporte na Escola, para o Ensino Fundamental e Médio
- Educação Física Escolar, para o Ensino Fundamental e Médio
- Programa de Capacitação para Gestores Escolares – PROGESTÃO
- Se liga e Acelera Brasil, para as 4 (quatro) primeiras séries do Ensino Fundamental
- Evasão Nota Zero, para os alunos até 18 anos
- Formação Continuada, para os professores do Ensino Fundamental e Médio.

De acordo com dados do Sistema Nacional de Indicadores Urbanos – SNIU, mantido pelo Ministério das Cidades, o Ensino Médio é na sua grande maioria oferecido pelas escolas estaduais, responsáveis por 96,8% do atendimento, enquanto o Ensino Especial é oferecido principalmente pelas escolas particulares, que cobrem 82,4% deste tipo de atendimento.

Além das escolas de educação regular, Porto Nacional conta com a Escola Família Agrícola, mantida pela Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação - COMSAÚDE, em parceria com alguns órgãos públicos. Com capacidade para 200 alunos, da 5ª série do Ensino Fundamental até o Ensino Médio, oferece o curso de Técnico Agrícola, com uma proposta de agregação familiar, mantendo a ligação do aluno com o campo, por meio de um regime de intercalação de uma semana integral de aulas na escola, nos três turnos, e uma semana em casa. Como resultado, tem se observado o desenvolvimento das pequenas propriedades e os ex-alunos já criaram cooperativas para a produção de mel e de doces caseiros.

Há uma Escola de Enfermagem é, na verdade, extensão do Pólo de Educação Permanente do Trabalhador, que está no 2º semestre do Curso Técnico de Enfermagem, além de oferecer cursos de extensão e de capacitação na área da saúde.

Das 3 (três) instituições de ensino superior, apenas uma funciona em prédio alugado. As demais têm instalações próprias, em bom estado de conservação. São atendidos alunos de toda a região e a falta de moradia e de restaurante universitário ou popular é o principal problema enfrentado pelos estudantes de outras cidades, principalmente os de menor renda que não podem pagar o retorno diário às suas cidades e acabam dormindo nas salas ou laboratórios das escolas. A dificuldade para pagar as mensalidades nas instituições particulares também é freqüente. A SEME destaca não haver um bom intercâmbio entre as instituições de ensino superior e a Prefeitura Municipal.

Levantamento realizado junto à Secretaria da Direção da UFT – Campus de Porto Nacional verificou que a estrutura administrativa é composta de uma Reitoria, Pró-

Reitorias e Secretaria do Campus, que faz a Administração geral e o controle do alunato.

O quadro de pessoal é composto por 76 (setenta e seis) docentes, sendo 60 (sessenta) efetivos e 16 (dezesesseis) substitutos. Novas contratações para 2005 já estão em processo. A UFT tem 63 (sessenta e três) servidores administrativos, dos quais 10 (dez) são guardas de controle e vigilância.

O número de alunos em 2005 ainda não é definitivo, em razão das novas matrículas resultantes de transferências e dos pedidos de cancelamentos, mas oscila entre 1.100 a 1.160, distribuídos entre os seguintes cursos, já reconhecidos pelo MEC:

- Ciências Biológicas
  - Licenciatura e Bacharelado.
- Geografia
  - Licenciatura e Bacharelado
- Letras
  - Habilitação em Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas
  - Habilitação em Língua Portuguesa e Língua Inglesa e Respectivas Literaturas
- História
  - Licenciatura

A Faculdade São Marcos - FASAMAR oferece cursos de Administração Habilitação Rural, de Secretariado Executivo Bilingüe e Normal Superior, todos eles no período noturno. Ao todo são 221 (duzentos e vinte e um) alunos, distribuídos da seguinte forma:

- Administração Habilitação Rural = 82
- Secretariado Executivo Bilingüe = 51
- Normal Superior = 88

Os cursos estão autorizados / credenciados pelo MEC, mas ainda não foram reconhecidos. O quadro docente é formado por professores, sendo 1 (um) doutor, 6 (seis) mestres, 18 (dezoito) especialistas e 5 (cinco) graduados. Dispõe de laboratórios de informática, práticas pedagógicas, biblioteca, com acervo para os três cursos, um instituto de línguas, uma empresa júnior e um centro acadêmico. Os laboratórios e o serviço de reprografia (xerox) funcionam em uma residência, como extensão da faculdade.

O Instituto de Ensino Superior de Porto Nacional - IESPEN oferece, com autorização / credenciamento pelo MEC, os seguintes cursos: Medicina, Enfermagem, Odontologia, Fisioterapia, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, Administração e Comunicação Social. Estão em curso negociações com vistas a passar a gestão do IESPEN para o Município. O total de alunos é de 530, assim distribuídos:

- Medicina 148
- Enfermagem 148

➤ Odontologia	63
➤ Fisioterapia	87
➤ Arquitetura e Urbanismo	14
➤ Engenharia Civil	47
➤ Administração	16
➤ Comunicação Social	07

O IESPEN funciona nos períodos matutino e noturno e seus cursos são bastante recentes, não havendo ainda turmas concluídas. Nenhum dos cursos está reconhecido. Há 9 (nove) professores com doutorado, 29 (vinte e nove) com mestrado, 55 (cinquenta e cinco) especialistas e 6 (seis) apenas graduados, somando 89 (oitenta e nove) professores.

O IESPEN disponibiliza para seus alunos laboratórios de bioquímica, histologia, informática, anatomia e microbiologia, espaço para o diretório acadêmico, departamento de biossegurança, área de convivência e lanchonete.

Há sérios problemas no ensino superior em Porto Nacional. Diversos cursos não são reconhecidos pelo Ministério da Educação, não existe um hospital-escola para a prática necessária aos cursos na área da saúde, os laboratórios exigidos para os cursos no campo da engenharia não estão instalados, as bibliotecas ainda precisam de ampliação e diversificação do acervo.

A maioria dos alunos vem de outros municípios do Tocantins ou de outros estados brasileiros, talvez por encontrarem menores dificuldades de aprovação nos processos seletivos em Porto Nacional. Se não houver um esforço sério para corrigir estas deficiências e persistirem as condições atuais dos cursos, muitos dos alunos correrão o risco de não serem habilitados a exercer as profissões que escolheram, pela precariedade das condições de ensino ou por impossibilidade de terem seus diplomas reconhecidos.

#### 4.4. Esporte e Lazer

A gestão pública das atividades esportivas, de recreação e entretenimento estão a cargo da Secretaria Municipal de Turismo, Desporto e Lazer que conta com 15 (quinze servidores), todos eles da área administrativa, sendo 7 (sete) agentes administrativos, 2 (dois) auxiliares administrativos, 3 (três) auxiliares de serviços gerais, 2 (dois) vigias e 1 (um gari).

Para o desenvolvimento das atividades esportivas, existem na Cidade o Estádio Municipal General Sampaio Correia, 3 (três) campos gramados para futebol, estando em construção mais um; 1 (um) Centro Olímpico, atrás do Centro de Ensino Médio

Florêncio Aires, 1 (uma) Vila Olímpica, composta de 3 (três) quadras de futebol de areia e 1 (uma) piscina olímpica, no Parque Ecológico, em terreno da Aeronáutica, 1 (uma) quadra de futebol de areia e 1 (um) kartódromo, na Av. Beira-Rio.

O calendário esportivo do Município segue sempre o calendário estadual, estabelecido pela Secretaria de Estado do Esporte. São organizados pela Secretaria (Municipal):

- Jogos Estudantis de Porto Nacional – JEPORTO
- Jogos entre Bairros – JAFEB'S
- Jogos Internos dos Servidores Municipais

Além destes eventos diretamente coordenados pela Secretaria, são apoiados por ela:

- Campeonato Estadual de kart – etapa Porto Nacional
- Campeonato Estadual de Futebol Profissional (Interporto)
- Campeonato Estadual de Atletismo – etapa Porto Nacional
- Campeonatos Municipais da LEP
- Campeonatos Municipais de Karatê - etapa Porto Nacional
- Campeonatos Municipais de Capoeira - etapa Porto Nacional
- Corrida de São Silvestre – representante de Porto Nacional
- Campeonato Estadual de Voleibol – representante de Porto Nacional
- Campeonato Estadual de Futsal – representante de Porto Nacional

A Secretaria não mantém convênios com entidades públicas ou privadas para o desenvolvimento de suas atividades.

Não há na Cidade teatro nem cinema. A diversão noturna resume-se aos flutuantes do lago e a alguns restaurantes, lanchonetes e bares.

#### **4.5. Justiça e Segurança Pública**

A segurança pública é de responsabilidade do governo estadual. Porto Nacional é sede de Comarca e conta com uma Delegacia e com uma Delegacia da Mulher. Existe no Município uma Guarda Municipal, um Conselho Tutelar e uma Casa de Passagem para abrigar as crianças e adolescentes desassistidos enquanto se delibera seu destino, e um Grupo de Defesa Civil.

Os bairros mais afastados do centro apresentam razoável grau de insegurança, com ocorrência freqüente de furtos e assaltos, facilitados pela falta de iluminação pública e pelos terrenos baldios que favorecem a fuga. O alcoolismo e o consumo de drogas

não são raros em Porto Nacional e aumentam o índice de violência, que é agravado, ainda, pelo elevado nível de desemprego.

#### **4.6. Promoção Social**

As ações de promoção social são de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - SEDES, que conta com três Secretarias Executivas voltadas para a Infância e Adolescência, Apoio ao Idoso e Direitos Humanos e Segurança. Não há assistentes sociais no quadro da Secretaria. O pessoal lotado na SEDES é de nível elementar, para executar as tarefas de limpeza e manutenção.

São coordenados pela SEDES os seguintes programas:

- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, em fase de reestruturação, quanto ao espaço de funcionamento e montagem da equipe;
- Programa SENTINELA, de atendimento a crianças e adolescentes que sofreram maus tratos, violência ou abuso sexual, cujo Plano de Ação está em elaboração e a equipe está sendo montada;
- Programa de Apoio aos Idosos e às Pessoas com Deficiências, com 2 abrigos, um deles da Prefeitura Municipal;
- Programa Pioneiros Mirins, em transferência para a gestão da SEDES;
- Banda de Música Municipal, formada por funcionários públicos municipais, sem muita formação musical e com instrumentos da Prefeitura Municipal. A SEDES solicitou uma parceria com o Serviço Social da Indústria – Sesi – para implantar uma escola de música que, entre outras atividades, possa qualificar melhor os músicos da Banda Municipal;
- Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD – coordenado por voluntários da Polícia Militar, com o objetivo de reduzir o consumo de drogas e combater a violência, principalmente entre os jovens;
- Programa Casa de Passagem, para abrigar menores durante o período em que o Juizado ou o Conselho Tutelar decide para onde encaminhá-los. Apesar de o prazo máximo previsto para a permanência na Casa seja de 20 (vinte) dias, alguns menores permanecem no local por tempo indeterminado. A casa necessita de pequenas reformas, em virtude de várias infiltrações existentes, de maior capacitação de seus funcionários e de melhor planejamento na aquisição de alimentos e material de higiene e limpeza;
- Programa de Apoio à Criança – PAC, necessitando de substituição de vários equipamentos e colchões e reparos no local de funcionamento, bem como de

capacitação da equipe e maior eficiência na compra de gêneros alimentícios, de higiene e limpeza;

- Programa Cadastro Único – CADUNICO e Bolsa Família, até recentemente gerenciados pela Secretaria Municipal de Educação, passando a sua gestão para a SEDES;
- Programa Apoio à Defesa aos Direitos da Mulher, cujo Conselho não está instalado.

O Conselho Municipal de Ação Social está criado, mas inativo. O único conselho em efetivo funcionamento é o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com reuniões semanais. O Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente tem encontrado grandes dificuldades, faltando-lhe infra-estrutura e materiais essenciais para seu funcionamento.

Dentre os principais problemas sociais destaca-se a gravidez na adolescência, o alcoolismo e a droga entre os jovens.

#### **4.7. Saúde**

A rede de saúde do Município conta com razoável estrutura física no referente às Unidades de Saúde, com equipes de profissionais competentes, ainda que os médicos sejam em número reduzido, e com instituições atuantes. Apesar disto, não existe uma estrutura de recursos humanos claramente definida, com cargos e salários perfeitamente estabelecidos e não se percebe uma atuação integrada dos diferentes programas com vistas à cobertura das necessidades diversificadas da saúde pública. Além disto, para os diferentes programas serviços a serem executados fora dos Postos de Saúde, as instalações estão dispersas, não havendo um complexo médico integrado, o que dificulta a ação coordenada dos diferentes programas.

Existem atualmente 10 (dez) postos de saúde na zona urbana e 07 (sete), na área rural, assim distribuídos: Escola Brasil, Pinheirópolis, Assentamento São Francisco, Assentamento Prata, Assentamento Flor da Serra, Posto Jacotinga e Posto de Serranópolis. Além destes postos, uma Unidade Móvel percorre a área rural para atendimento médico e odontológico.

Para atendimento à saúde bucal, existem 07 (sete) consultórios odontológicos nos postos de saúde da zona urbana e um Centro de Atendimento Odontológico, com três consultórios, o qual funciona na área central da cidade, nos períodos da manhã

e tarde. A área rural é atendida por dois consultórios rurais, nos Postos da Escola Brasil e em Pinheirópolis, e uma Unidade Móvel de Atendimento Odontológico.

Dos postos urbanos, 07 (sete) funcionam com o Programa de Saúde da Família - PSF. São os seguintes:

- Posto de Saúde Brigadeiro Eduardo Gomes, com uma estrutura física sucateada. Funciona em um prédio cedido pela Associação de Moradores, sem estrutura adequada para uma Unidade de Saúde da Família. Não oferece atendimento odontológico. Pela distância, há dificuldade de alocação de pessoal.
- Novo Planalto – com estrutura física em boas condições, tendo sido reformado recentemente. Oferece atendimento médico e odontológico e apresenta poucos problemas.
- Imperial – reformado recentemente, tem sua estrutura física em razoável estado de conservação. Com atendimento médico e odontológico, carece de funcionários.
- Jardim Querido – com estrutura física razoavelmente conservada, oferece atendimento médico e odontológico.
- Jardim Municipal – sua estrutura física está mais ou menos conservada. Possui consultório odontológico.
- Vila Nova 2 – estrutura física em razoável estado de conservação, mas apresenta instalações elétricas precárias. Recentemente, teve parte do telhado reformado. Oferece atendimento médico e odontológico.
- Nova Capital – necessita de ampliação para abrigar cozinha e área de serviço. Não oferece atendimento odontológico.

Os 3 (três) postos sem PSF - Alto da Colina, Jardim Brasília e Vila Nova 01 – não oferecem atendimento odontológico e só têm médico 3 (três) vezes por semana. Além disto, todos eles precisam de reforma, para instalação de cozinha, lavanderia e área de serviço.

O Posto rural da Escola Brasil necessita de reforma física. De um modo geral, todos os postos rurais carecem de melhoria no atendimento médico, atualmente precário. Além disto, seria conveniente que os auxiliares ou técnicos de enfermagem morassem nas localidades nas quais o posto está implantado.

A vigilância epidemiologia e sanitária funciona na antiga Escola de Enfermagem e a parte administrativa da Secretaria ocupa o antigo prédio da Superintendência de Combate à Malária, da Fundação Nacional de Saúde - SUCAM/FUNASA. Em dependências da Secretaria da Ação Social, no Hemocentro, funciona uma



Policlínica e em um prédio alugado pela Prefeitura, o Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.

O acompanhamento pré-natal não consegue atender boa parte das gestantes da cidade, não existe um programa estruturado de orientação para o planejamento familiar e endemias como Tracoma, Kalazar, Leishmaniose, Dengue, Hanseníase, Aids e Tuberculose ainda não recebem a devida atenção do poder público. O número de consultas médicas, medicamentos e exames complementares oferecidos pela rede pública de saúde ainda são insuficientes para atender as demandas existentes.

A Secretaria conta com técnicos bem qualificados, originariamente da FUNASA, que prestam um trabalho de muito boa qualidade. Para seu trabalho, dispõem de 15 (quinze) veículos, 2 (dois) barcos e 1 (um) trailer, também herdados da FUNASA. Há 7 (sete) equipes de Saúde da Família cadastradas, mas momentaneamente estão desfalcadas de médicos. A intenção da Secretaria Municipal de Saúde é ampliar este número para 13 (treze) ou 14 (catorze) até o final do ano. Um dos problemas enfrentados na composição destas equipes é o provimento dos cargos de médicos. Atualmente, existem no Município médicos cubanos, alguns ainda sem regularização perante o conselho Regional de Medicina – CRM.

A Secretaria Municipal de Saúde tem programada para abril a realização de um Fórum para a reestruturação do Conselho Municipal de Saúde e a criação de uma Comissão para a elaboração do Plano Municipal de Saúde, além da produção mensal de um Boletim sobre a Saúde no Município.

O Hospital de Referência de Porto Nacional, pertencente ao governo estadual, é classificado como de média complexidade e atende, além de Porto Nacional, aos municípios vizinhos de Brejinho de Nazaré, Chapada da Natividade, Ipueiras, Monte do Carmo, Natividade, Oliveira de Fátima, Pindorama do Tocantins, Ponte Alta do Tocantins, Santa Rosa do Tocantins e Silvanópolis, e segundo a distribuição regional da rede de saúde (figura 42).



**Fig. 42 – Área de atendimento do hospital de Porto Nacional**

Com uma área construída de 3.876 m<sup>2</sup>, conta com 81 leitos para internação, tendo uma taxa de ocupação média em torno de 75%. Oferece atendimento nas seguintes especialidades: clínica médica, clínica cirúrgica, ortopedia, ginecologia e obstetria, pediatria, anesthesiologia, oftalmologia, fisioterapia, psicologia e psiquiatria.

Conta também com sala e equipamento de Raio X e com equipamento para a realização de eletrocardiograma. Encontra-se em fase final de estruturação um centro de reabilitação e readaptação com concessão de órteses e próteses, em pavilhão independente do hospital.

O Hospital presta atendimento de urgência e emergência e mantém o Serviço de Atendimento Diagnóstico e Tratamento – SADT, com consultórios nas especialidades mencionadas. Dispõe, ainda, de uma ambulância para o transporte de pacientes, quando necessário.

Compõem o quadro de funcionários do Hospital (tabela 32):

**Tabela 32 – Funcionários do hospital de referência de Porto Nacional**

CARGOS	EFETIVOS	COMISSIONADOS	REMUNERADOS POR GOIÁS	MINISTÉRIO DA SAÚDE	TOTAL
Diretor Geral	00	01	-	-	01
Diretor Administrativo	01	-	-	-	01
Assistente Administrativo	03	04	02	-	19
Assistente Social	05	-	-	-	05
Auxiliar Administrativo	01	15	01	-	17
Auxiliar de Serviços Gerais	03	54	11	-	68
Auxiliar de Serviços de Saúde	02	32	-	-	34
Atendentes de Enfermagem	73	41	12	-	126

Enfermeiros	05	04	-	-	09
Farmacêutico	01	02	-	-	03
Fisioterapeuta	00	02	-	-	02
Médico	15	11	01	01	28
Motorista	03	02	01	-	06
Nutricionista	00	02	-	-	02
Psicólogo	01	-	-	-	01
Técnico em Laboratório	00	01	01	01	03
Técnico em Radiologia	06	01	-	-	07
<b>Total</b>	<b>129</b>	<b>172</b>	<b>29</b>	<b>02</b>	<b>332</b>

Nos últimos anos, o atendimento teve um crescimento contínuo nas diferentes modalidades atendidas (tabela 33). Em média são realizadas 210 cirurgias e 160 partos e 600 internações por mês. Diariamente são realizadas mais de 100 radiografias. Porto Nacional responde por 68,5% da demanda. Dos municípios vizinhos, Silvanópolis, Santa Rosa do Tocantins e Monte do Carmo apresentaram os maiores níveis de atendimento. Entretanto, mesmo somados, chegam a cerca de 10,5% do atendimento.

**Tabela 33 – Evolução do atendimento no hospital de referência de Porto Nacional**

Atendimento	2002	2003	2004
Partos	1.108	1.195	1.154
Cirurgias	1.814	1.897	2.626
Internações	6.159	6.375	7.273
Exames	49.333	52.402	55.401

Fonte: Administração do Hospital de Referência de Porto Nacional

A receita mensal aproximada do hospital, de repasse do Sistema Único de Saúde - SUS, é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para uma despesa aproximada de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), sendo metade correspondente à folha de pagamento e metade em consumo e custeio. Cabe, portanto, ao estado do Tocantins suprir dois terços dos recursos necessários ao funcionamento do hospital.

O hospital está passando por uma ampla reforma física, já tendo sido modernizada a cozinha, onde a temperatura na área de cocção foi reduzida de 46°C para 36°C e para 30°C no restante da área, por meio da instalação de exaustores eólicos. Estão sendo reformados o centro cirúrgico, as alas de internação, a lavanderia e os consultórios. A Associação Humanização do Trabalho do Tocantins, organização não governamental, tem colaborado na realização das obras de reforma e modernização do hospital. Vêm sendo desenvolvidos entendimentos com o IESPEN para, após a conclusão das reformas, o hospital passar a ser utilizado como hospital universitário.

## 5. Aspectos Político-institucionais

### 5.1. Estrutura da Gestão Municipal

Até o início da administração atual, o total de funcionários ativos da administração direta era de 1013, sendo 281 estatutários. A distribuição dos servidores segundo a qualificação era a seguinte: 550 de nível auxiliar, 413 de nível médio, 50 de nível superior e 550 em outras categorias. A estrutura administrativa da Prefeitura Municipal está sendo objeto de revisão e adequação às propostas de governo da atual administração.

O Município dispõe de cadastros ou bancos de dados informatizados nas áreas de saúde, educação, patrimônio, funcionários, folha de pagamento, execução orçamentária e contabilidade, alvarás de construção ou de funcionamento de atividades econômicas, Imposto Sobre Serviços – ISS, cadastro imobiliário para a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU. Conta, ainda, com mapeamento digital.

O Cadastro Imobiliário, cuja última atualização data de 2000, registra as unidades prediais separadamente das territoriais. Tem os seguintes dados registrados (tabela 34)

**Tabela 34 – Cadastro imobiliário**

Número de Unidades Cadastradas	1999	2000
Unidades prediais	6.600	7.100
Unidades territoriais	13. 838	13. 682

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública 2001

O edifício da Prefeitura Municipal abriga o Gabinete do Prefeito, as instalações para o Vice-Prefeito e diversas Secretarias. A Secretaria Municipal de Educação funciona em uma edificação na parte histórica da Cidade, a de Saúde, em instalações da antiga FUNASA.

A frota de veículos da Prefeitura Municipal está bastante sucateada. A da Secretaria Municipal de Transportes é formada por 2 (dois) caminhões basculantes, 3 (três) caminhões caixa lixo, 1 (um) trucaço pipa, 1 (um) caminhão munck, quase todos necessitando de reparos. Para a manutenção das rodovias vicinais, existem 2 (duas) pás carregadeiras, 2 (duas) motoniveladoras e 2 (dois) tratores de esteira. Somente os dois últimos estão em serviço.

O transporte escolar na zona rural é feito por 1 (um) ônibus, em péssimas condições, e 2 (dois) microônibus, uma camioneta GM D-10, uma kombi e um automóvel Quantum.

De todos os veículos mencionados, apenas 1 (um) caminhão basculante apresenta perfeitas condições de trabalho. Alguns necessitam de recuperação simples, como a troca de pneus, mas a maioria demanda reparos maiores ou reforma completa.

O Município tem também 10 (dez) tratores, sendo que apenas um apresenta-se em bom estado. Há mais 1 (um) trator no pátio da Prefeitura, com o motor fundido, de propriedade da Associação da Alméssega, que pretende vendê-lo à Administração Municipal.

Como implementos agrícolas, a Administração Municipal conta com 4 (quatro) plantadeiras, 2 (duas) desmontadas e 2 (duas) em péssimo estado; 7 (sete) carretas, estando 4 (quatro) desmontadas e 3 (três) em estado precário; 9 (nove) grades de arrasto, sendo 4 (quatro) em bom estado, 2 (duas) desmontadas, 2 (duas) com pneus em bom estado e 1 (uma) com pneus desmontados; 1 (uma) espalhadeira de calcário, em bom estado; 1 (um) lelis bem conservado, 3 (três) roçadeiras, 2 (duas) delas desmontadas e 1 (uma) bem conservada e 1 comboio de óleo combustível, com os pneus desmontados.

São ainda de propriedade da Prefeitura uma balsa, cuja capota está emprestada pelo Estado, e um barco, cujo motor está danificado.

Há também 10 veículos e implementos emprestados pelo Governo do Estado ao Município, sendo 1 (um) caminhão, 4 (quatro) camionetas, 1 (um) jipe, 1 (uma) kombi, 1 (um) trator, 1 (uma) grade e 1 (uma) carreta, todos sem condições de uso por necessitarem de reparos.

## **5.2. Legislação de Interesse Municipal**

São de interesse para o processo de planejamento e gestão a ser instaurado a partir da elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável, no âmbito da legislação federal, o Estatuto da Cidade, lei n.º 10.257 de 10 de julho de 2001; a Lei n.º 6.766 de 19 de dezembro de 1987, modificada pela lei n.º 9.785/99 que trata do parcelamento urbano e a Lei n.º 4.771 de 15 de setembro de 1965, Código Florestal, além da Resolução CONAMA, em especial a de n.º 302 de 20 de março de 2002 que dispõe sobre os parâmetros, definições e limites da Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e a de n.º 303 de 20 de março de 2002 que dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente..

Em relação à Constituição Estadual, merecem destaque os dispositivos referentes à elaboração de uma Política de Desenvolvimento e Expansão Urbana, constantes dos artigos 103, 104 e 105.

Convém salientar o parágrafo 2º do Art. 3º das Disposições Transitórias, da Constituição Estadual, determinando que a área atualmente correspondente ao Distrito de Luzimangues deve ser incorporada a Palmas, com vistas à sua expansão urbana: *"A área declarada de utilidade pública pela Lei nº 9, de 23/1/89, situada na margem esquerda do rio Tocantins, no município de Porto Nacional, destinar-se-á à expansão urbana da Capital, para posterior integração ao território desta"*. A Prefeitura Municipal está estudando formas de alterar esta disposição constitucional.

Dois outros dispositivos legais também merecem destaque, as Leis Estaduais n. 1.098, de 20 de outubro de 1999 que cria a Área de Proteção Ambiental Lago de Palmas e a de n.º 1.128, de 1º de fevereiro de 2000 que institui o Projeto Orla.

Também interessa ao Município a Resolução do Conselho Estadual de Saneamento n.º 001/03 de 09 de outubro de 2003, que estabelece as diretrizes e critérios de licenciamento e gestão ambiental nas áreas de reservatórios artificiais e seu entorno

No âmbito municipal, o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Porto Nacional terá que considerar a seguinte legislação urbanística, edilícia, ambiental e tributária:

◆ **Lei Orgânica do Município de Porto Nacional**, promulgada em 4 de abril de 1990.

No que se refere à política de desenvolvimento e expansão urbana merecem destaque:

- a) o parágrafo único do Art. 39, que estabelece que o Plano Diretor, os Códigos de Obras e Postura, as Leis de Uso e Ocupação do Solo Urbano e de Loteamento, entre outras, deverão ser leis complementares;
- b) o inciso III do art. 71 que define como competência privativa do Prefeito Municipal "aprovar projetos de edificações e planos de loteamento, arruamento e zoneamento urbano ou para fins urbanos, conjuntamente com a Câmara Municipal " nos casos previstos nesta Lei;
- c) no que se refere aos auxiliares diretos do Prefeito, o parágrafo único do artigo 75 estabelece que os subprefeitos serão tantos quantos forem os Distritos Municipais. O art. 79 define as competências destes auxiliares como delegados do Executivo;
- d) o Capítulo da Organização Administrativa , no art.129, estabelece que "o Município deverá organizar a sua administração e exercer suas atividades dentro de um processo de planejamento permanente, atendendo às peculiaridades locais e aos princípios técnicos convenientes de desenvolvimento integrado da comunidade." O parágrafo único deste mesmo artigo considera "processo de planejamento a definição de objetivos,determinados em função da realidade local, a preparação dos meios para atingi-los, o controle de sua aplicação e a avaliação dos resultados obtidos";
- e) para a criação de Distritos, o art. 154 determina que deve ser feita consulta plebiscitária à população diretamente interessada e que o Município não criará

Distrito cuja população, eleitorado e arrecadação sejam inferiores à quinta parte da exigida para a criação de Município;

f) o art. 169 define que o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana “será progressivo, até o décuplo de suas alíquotas básicas normais, de forma a assegurar o cumprimento de função social da propriedade, coibir a especulação imobiliária irresponsável e danosa ao interesse público e favorecer a maioria da população pela otimização dos recursos públicos na implantação e administração dos serviços municipais”, não se aplicando quando o imóvel for o único do proprietário;

g) o artigo 188, no Capítulo do Meio Ambiente e dos Recursos Minerais, determina que “para assegurar o direito de todos ao Meio Ambiente, ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público propor e adotar uma Política Municipal de Meio Ambiente” que será orientada pela Lei Orgânica, pelo Plano Diretor, Código de Obras, lei de Uso e Ocupação do Solo, lei de Loteamento, pela lei de Proteção do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural do Município e pela legislação ambiental. Este mesmo artigo estabelece que o Plano Diretor deverá conter diretrizes no sentido de:

(a) articular políticas de e programas de saneamento básico;

(b) definir tecnologias para obras e serviços municipais de abastecimento de água, captação e destinação dos esgotos sanitários, coleta e destinação de lixo e para a canalização de rios e córregos, considerando os respectivos efeitos sobre o meio ambiente;

h) o Capítulo do Desenvolvimento Urbano, em seu art. 193, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar:

(a) o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantia do bem-estar de seus habitantes;

(b) a participação das respectivas entidades comunitárias no estudo, encaminhamento e solução dos problemas, planos, programas e projetos que lhes sejam concernentes;

(c) a preservação, proteção e recuperação do meio ambiente urbano e cultural;

(d) a criação e manutenção de áreas de especial interesse histórico, urbanístico, ambiental, turístico e de utilização pública;

(e) a observância das normas urbanísticas, de segurança, higiene e qualidade de vida;

(f) a restrição à utilização de áreas de risco geológico;

i) o Art. 197 determina que “lei municipal estabelecerá, em conformidade com o Plano Diretor, normas sobre zoneamento, loteamento, parcelamento, uso e ocupação do solo, índices urbanísticos, proteção ambiental”;

j) no Capítulo que se refere à Política Agrícola, Agrária e Fundiária, que inclui as atividades agroindústrias, pesqueiras e florestais, o art. 202 define que é competência do Município em cooperação com o Estado quando for o caso:

- (a) orientar o desenvolvimento rural, mediante zoneamento agrícola inclusive;
- (b) propiciar aumento da produção e da produtividade, bem como a ocupação estável no campo;
- (c) manter estruturas de assistência técnica e extensão rural;
- (d) orientar a utilização racional de recursos naturais de forma sustentada, compatível com a preservação do meio ambiente, e especialmente ainda quanto à proteção e conservação do solo e da água;
- (e) manter um sistema de defesa sanitária vegetal e de defesa sanitária animal com o fim, entre outros, de contribuir na erradicação de epidemias como a febre amarela;
- (f) criar sistemas de inspeção, fiscalização, normatização, padronização e fiscalização de produtos de origem vegetal e animal;
- (g) criar sistema de fiscalização e inspeção de insumos;
- (h) apoiar e incentivar pesquisas agropecuárias;
- (i) criar programas especiais para fornecimento, de forma favorecida, de energia bem como custeio agrícola e aquisição de insumos objetivando incentivar a produção de alimentos básicos e hortigranjeiros no Município.

A Lei Orgânica estabelece a criação dos seguintes Conselhos, que deverão ser regulamentados 180 dias após a sua promulgação:

- Conselho Municipal de Política Agrícola (art. 203);
- Conselho Municipal de Saúde (art.211);
- Conselho Municipal de Assistência e Promoção Social (art.218);
- Conselho Municipal de Educação (art. 225).

No que se refere à legislação complementar e ordinária, cabe destacar as leis a seguir relacionadas.

- **Lei n.º 775 de 02 de dezembro de 1997** - aprova o **Código de Postura Municipal**, que contém medidas administrativa a cargo do Município estatuidando as necessárias relações entre este e a população. Este código deve ser ajustado ao novo Código Tributário do Município.
- **Lei n.º 776 de 02 de dezembro de 1977** - aprova o **Código de Obras do Município**, que trata também de assuntos específicos das leis de uso e ocupação do solo e de parcelamento urbano.
- **Lei n.º 1.308 de 12 de agosto de 1991** - cria o **Distrito Agro-Industrial de Porto Nacional**, modificado pela Lei n.º 1305 de 12 de junho de 1992
- **Lei n.º 1.338 de 16 de dezembro de 1991** - institui o **Plano Diretor** para a implantação do **Distrito Agro-Industrial de Porto Nacional**.
- **Lei n.º 1.415 de 19 de outubro de 1993** - cria o **Distrito de Mangues/Santa Luzia**, modificada pela **Lei n.º 1.454 de 21 de junho de 1994** que altera a denominação do **Distrito para Luzimangues**.



- **Lei n.º 1.420 de 08 de novembro de 1993** - dispõe sobre a **regularização fundiária** da terras de domínio do município.
- **Lei n.º 1.425 de 06 de dezembro de 1993** - dispõe sobre o **parcelamento, o uso e a ocupação do solo** urbano do Município.
- **Lei n.º 1.598 de 29 de dezembro de 1997** - institui a **progressividade nas cobranças do IPTU**.
- **Lei n.º 1.636 de 12 de maio de 1999** - autoriza o Poder Executivo a firmar **Convênio com o Município de Palmas** visando a **exploração da Praia da Graciosa**.
- **Lei n.º 1.680 de 24 de outubro de 2000** - cria o **Museu Histórico** de Porto Nacional.
- **Lei n.º 1.682 de 03 de novembro de 2000** - cria o **Parque Ecológico** de Porto Nacional
- **Lei n.º 1692 de 14 de fevereiro de 2001** - cria a **Fundação Municipal Museu Histórico** de Porto Nacional
- **Lei n.º 1.715 de 30 de agosto de 2001** - que modifica regras para o **desmembramento de lotes urbanos** previstos no Código de Obras Municipal.
- **Lei n.º 1.724 de 26 de dezembro de 2001** - institui o novo **Código Tributário** do Município de Porto Nacional.
- **Lei n.º 1725 de 24 de janeiro de 2002** - autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar a **análise e aprovação das atividades de ocupação do solo urbano às margens do Lago** da Usina Hidroelétrica Luiz Eduardo Magalhães .
- **Lei n.º 1.737 de 12 de junho de 2002** - estabelece a **obrigatoriedade de construção de calçadas**.
- **Lei n.º 1.739 de 12 de junho de 2002** - aprova o **Regulamento de Limpeza Urbana**.
- **Lei n.º 1.743 de 04 de julho de 2002** - que aprova o loteamento denominado **Nova Pinherópolis**
- **Lei n.º 1.781 de 27 de dezembro de 2003** - que aprova o **Plano Diretor Urbanístico (PDUPN)** e dispõe sobre a divisão do solo do Município para fins urbanos. Esta lei trata somente sobre o parcelamento do solo urbano.
- **Lei n.º 1782 de 27 de dezembro de 2003** - institui o **Macrozoneamento Territorial** do Município de Porto Nacional. A lei não apresenta o anexo único referido no seu texto.
- **Lei n.º 1.789 de 19 de dezembro de 2003** -dispõe sobre mudança de destinação de área urbana para criação do Pólo Moveleiro do Município de Porto Nacional.

### 5.3. Instrumentos de Planejamento e Gestão

O Município não está devidamente capacitado do ponto de vista técnico ou institucional para responder a todas as demandas a ele apresentadas por parte dos moradores, investidores, visitantes e demais segmentos da sociedade. É necessário que, rapidamente, se capacite para poder gerir, de forma estratégica e compartilhada com a sociedade local, o processo de desenvolvimento sustentável desejado por todos, para otimizar a exploração racional de seus recursos.

Além disto, pelo tamanho de sua população e pelo fato de ter sido impactado pelo lago resultante da construção da UHE, Porto Nacional enquadra-se na obrigatoriedade legal de elaborar o seu Plano Diretor, instrumento básico de orientação dos rumos de seu desenvolvimento.

Constata-se, pela apresentação do item anterior, que o Município dispõe de instrumentos legais para vários dos aspectos do planejamento e gestão municipal. Entretanto, vários deles não têm sido cumpridos pela reduzida capacidade da Administração Municipal de os implementar, seja pelo número de servidores qualificados, seja pela inexistência de um Sistema de Planejamento e Gestão coordenado e articulado entre as várias áreas de atuação do Executivo Municipal.

#### 5.4. Finanças Municipais

As finanças do município de Porto Nacional são extremamente limitadas. Em 2003, a receita total do Município foi de R\$ 16,4 milhões, contra R\$ 13,6 milhões do exercício de 2002. A receita própria no ano de 2003 correspondeu a aproximadamente 23,5% da receita total do Município, enquanto as transferências recebidas corresponderam a 76,5%, das quais 49,9% da União e 34,7% do Estado. (tabela 35)

Tabela 35 - Receita realizada - 2002 e 2003

Discriminação	2002		2003	
	Valor	%	Valor	%
<b>Receitas</b>	<b>13.644.222,24</b>	<b>100,0</b>	<b>16.398.473,50</b>	<b>100,0</b>
<b>Receitas Correntes</b>	<b>11.808.131,05</b>	<b>86,5</b>	<b>15.694.176,34</b>	<b>95,7</b>
<b>Recitas Tributárias</b>	<b>1.928.868,16</b>	<b>14,1</b>	<b>2.252.267,12</b>	<b>13,7</b>
IPTU	167.666,83	1,2	186.502,51	1,1
IRRF	171.005,86	1,3	257.522,96	1,6
ITBM	573.917,79	4,2	361.226,22	2,2
ISS	596.474,81	4,4	934.659,84	5,7
Outros	419.802,87	3,1	512.355,59	3,1
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>629.824,31</b>	<b>4,6</b>	<b>1.612.531,46</b>	<b>9,8</b>
Concessões e Permissões	561.443,00	4,1	1.514.137,37	9,2
Outras Receitas Patrimoniais	68.381,31	0,5	98.394,09	0,6
<b>Transferências Correntes</b>	<b>8.843.782,66</b>	<b>64,8</b>	<b>11.826.992,92</b>	<b>72,1</b>
<b>Transferências da União</b>	<b>6.555.789,63</b>	<b>48,0</b>	<b>7.442.767,40</b>	<b>45,4</b>
Cota-Parte do FPM	4.836.170,06	35,4	5.075.856,92	31,0
Transferências do SUS	1.394.204,19	10,2	1.846.098,44	11,3
Outras Transf. Da UNIÃO	325.415,38	2,4	520.812,04	3,2
<b>Transferências do Estado</b>	<b>3.412.897,03</b>	<b>25,0</b>	<b>5.694.426,47</b>	<b>34,7</b>
Cota-Parte do IPVA	287.805,12	2,1	314.329,82	1,9

Cota-Parte do ICMS	2.663.214,29	19,5	3.649.128,36	22,3
FUNDEF	327.747,62	2,4	1.684.334,47	10,3
Outras Transf. do Estado	134.130,00	1,0	46.633,82	0,3
<b>Deduções da Receita</b>	<b>(1.124.904,00)</b>	<b>-8,2</b>	<b>(1.310.200,95)</b>	<b>-8,0</b>
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>405.655,92</b>	<b>3,0</b>	<b>2.384,84</b>	<b>0,0</b>
<b>Receitas de Capital</b>	<b>2.143.751,19</b>	<b>15,7</b>	<b>727.597,16</b>	<b>4,4</b>
Transferências da União	1.836.091,19	13,5	704.297,16	4,3
Outras Receitas de Capital	307.660,00	2,3	23.300,00	0,1

Do lado da despesa, em 2003, o gasto total foi de R\$ 16,3 milhões, sendo que o pagamento de funcionários, de diárias, de pensões e de aposentadorias representou cerca de R\$ 6,7 milhões, ou 40,9% do total da despesa, vindo em seguida, as despesas com serviços de terceiros, com R\$ 4,5 milhões, ou 27,3% do total. Material de consumo absorveu cerca de R\$ 2,5 milhões, equivalentes a 15,3% da despesa total, enquanto que os gastos com obras, instalações e aquisição de equipamentos ficaram em R\$ 1,5 milhão, correspondentes a 9,4% da despesa do município. O restante, 1,2 milhão, equivalente a 7,1% da despesa, foi consumido com pagamentos de sentenças judiciais, compromissos com restos a pagar de exercícios anteriores e despesas gerais. (tabela 36)

**Tabela 36 – Despesas realizadas - 2003**

Discriminação	2003	
	Valor	%
Pessoal, Encargos, Aposentadorias e Pensões	6.670.518,81	40,9
Material de Consumo	2.490.665,34	15,3
Serviços de Terceiros	4.452.254,89	27,3
Obras, Instalações e Equipamentos	1.534.152,14	9,4
Sentenças Judiciais e Obrig. Tributárias	133.096,10	0,8
Outras Despesas	1.027.463,57	6,3
<b>Total</b>	<b>16.308.150,85</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SEFAZ/TO

## 5.5. Terceiro Setor

A principal representante do terceiro setor em Porto Nacional é a Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação – COMSAÚDE, uma organização não-governamental atuante desde 1969. Fundada por uma equipe de profissionais de saúde, dispostos a desenvolver um programa de saúde integral, conta atualmente com aproximadamente 200 (duzentos) sócios.

Atua em cooperação e parceria com os órgãos públicos municipais e estaduais em ações em defesa da saúde e na busca de melhores condições de vida para a comunidade, com particular atenção para a infância e o combate à mortalidade infantil. Mantém parcerias com outras ONGs e com o Ministério da Cultura – MinC e conta com doações, inclusive internacionais, e trabalho voluntário para a realização de suas atividades, que se agrupam em 4 (quatro) campos distintos: Saúde, Educação e Cultura, Ação Comunitária.

No campo da saúde desenvolve programas de combate à Hanseníase e à Tuberculose, de pesquisas de ervas medicinais e medicina alternativa, combate à desnutrição, no programa de Agentes Comunitários Social, trabalho de atendimento médico e de enfermagem para idosos, atendimento médico curativo, preventivo e educativo, além da manutenção de um hospital materno-infantil e de tratamento do câncer, em Palmas.

Na educação, mantém o Centro de Educação e Recuperação de Menores, conhecido como Centrinho, onde acolhe crianças de 6 meses a 5 anos, com desnutrição e desenvolve trabalho de reforço escolar, e atividades culturais, como os “tambores do Tocantins”, que consiste na preparação de tambores artesanais e na apresentação de espetáculos de percussão com os mesmos.

Com as mães do Centrinho, orienta a produção de artesanato. Criou a “boneca tocantinense”, feita de pano e denominada Luzia da Silva, vendida para fora do Estado –

Mantém, ainda, a Escola Família Agrícola, para o atendimento a jovens rurais.

Desenvolve diversos projetos no campo social e cultural. Merece destaque o Grupo Cabaçacanas, de música e a Feiras Cultural, realizada anualmente, em julho. Realiza, ainda, a Feira do Cabaçaco de artesanato, 1 vez ao mês. No campo do desenvolvimento solidário, orienta a formação de grupos com vistas à geração de renda, para as famílias de menor poder aquisitivo.

O SEBRAE atua no Município apoiando projetos de desenvolvimento de pequenos negócios e a organização de arranjos produtivos locais. Destacam-se o projeto de desenvolvimento da cerâmica, com um parque ceramista em Porto Nacional e Palmas, já no 3º ano de funcionamento, o trabalho fomentador da piscicultura e da fruticultura, já tendo sido criada uma Associação de Fruticultura para processamento e comercialização das frutas produzidas.

## 5.6. Participação Social

O nível de participação social nas decisões sobre o desenvolvimento municipal ainda é bastante reduzido. Apesar de a população portuense ter uma forte tradição cultural e política, a sua capacidade de interveniência nas decisões sobre o ordenamento territorial, sobre políticas sociais e crescimento econômico do Município não tem sido exercida de forma efetiva. A não estruturação definitiva dos diversos conselhos por meio dos quais a sociedade pode expressar sua opinião e a inexistência de um sistema de gestão participativa acabam levando a uma certa apatia por parte de numerosos segmentos da população.

## 6. Dinâmica Econômica

A economia portuense decresceu nas duas últimas décadas, período em que tanto o Produto Interno Bruto - PIB municipal quanto o PIB *per capita* (Tabela 37) sofreram redução significativa. No quinquênio 1980/1985, registrou-se a queda foi mais acentuada. Na última década observou-se alguma recuperação, porém absolutamente insuficiente para retornar ao patamar de 1980.

**Tabela 37 – Porto Nacional – PIB e PIB *per capita* (US\$ 1998)**

PIB	Ano			
	1980	1985	1990	1996
PIB (US\$ mil)	56.949	33.808	31.991	32.852
PIB <i>per capita</i> (US\$)	1.448	861	739	758

Fonte: SEPLAN-TO

Embora não se disponha de informações sobre a produção de todos os setores de atividade econômica do Município, as estimativas do Valor Agregado da Produção, feitas pela Secretaria de Fazenda do Estado de Tocantins, são uma boa referência para a análise da dinâmica econômica de Porto Nacional. Em 2003, o Valor Agregado da Produção - VAP do Município foi de R\$ 75,7 milhões, equivalente a 2,2% do VAP do Estado, o que coloca Porto Nacional na 9ª colocação entre os 139 municípios do Tocantins. Os indicadores de valor agregado dos diferentes setores para 2003 (tabela 38) demonstram que o setor primário respondeu, naquele ano, por cerca de 32% do VAP, enquanto comércio, indústria e serviços, juntos, responderam por cerca de 34% do VAP, o que sugere uma certa equivalência entre estes setores e o setor primário. Nos serviços, o grupo composto por Comunicações, Transporte e

Energia totalizou 24% do VAP, diferentemente da média do Estado, onde o setor primário tem predominância, pois responde por 46,3% do VAP total, no qual a pecuária tem ampla participação, com 36,4% do VAP do Estado.

Comparativamente ao VAP do Estado, o componente Outros, pertencente ao setor primário que, provavelmente, representa o valor agregado de Extrativismo Vegetal, concentra cerca de 7% do VAP estadual, representando a 4ª posição entre os municípios do Estado. Em seguida vêm os componentes de transporte e energia, cujas participações em relação ao Estado são de 5,2% e 3,9%, respectivamente, ambos ocupando a 5ª posição entre os municípios tocantinenses.

Com exceção da atividade pecuária que, embora com uma contribuição razoável para a formação do VAP do Município (19,9%), é a atividade que apresenta menor participação em relação à média do Estado (1,2%) colocando Porto Nacional na 28ª posição em relação aos demais municípios do Tocantins, todas as demais atividades registraram participação relativa superiores à média do Estado, com posições entre as 7 primeiras, em relação aos demais municípios tocantinenses.

**Tabela 38 - Indicadores de valor agregado da produção - 2003**

Discriminação	Estado		Porto Nacional		Particip. % no Total do Estado	Posição no Estado
	Valor (R\$ 1,00)	%	Valor (R\$ 1,00)	%		
Pecuária	1.274.501.614,52	36,39	15.037.236,27	19,85	1,2	28°
Agricultura	336.226.822,90	9,60	8.395.123,28	11,08	2,5	6°
Subtotal	1.610.728.437,42	45,99	23.432.359,55	30,94	1,5	20°
Outros	10.963.785,11	0,31	766.691,86	1,01	7,0	4°
<b>Total Setor Primário</b>	<b>1.621.692.222,53</b>	<b>46,31</b>	<b>24.199.051,41</b>	<b>31,95</b>	<b>1,5</b>	<b>20°</b>
Comunicação	280.086.349,98	8,00	7.145.819,50	9,44	2,6	5°
Usinas	228.412.501,94	6,52	-	-	-	-
Energia	206.515.031,00	5,90	7.970.307,19	10,52	3,9	5°
Transporte	58.569.068,92	1,67	3.041.386,70	4,02	5,2	5°
<b>Com. Ind. E Serviços</b>	<b>1.022.515.554,52</b>	<b>29,20</b>	<b>25.764.472,49</b>	<b>34,02</b>	<b>2,5</b>	<b>7°</b>
Outros	84.265.602,74	2,41	7.615.290,23	10,06	9,0	3°
<b>Total</b>	<b>3.502.056.331,63</b>	<b>100,00</b>	<b>75.736.327,52</b>	<b>100,00</b>	<b>2,2</b>	<b>9°</b>

Fonte: SEFAZ/TO

Comparando-se o VAP da atividade agrícola com o valor da produção desta atividade, estimado pelo IBGE para o mesmo período (tabela 39), tem-se que o VAP supera em R\$ 2,4 milhões o valor da produção agrícola do Município. Salvo questões relacionadas a divergências metodológicas, datas de levantamento dos dados e eventuais erros de estimativas, tal diferença sugere que o volume de produtos agrícolas comercializados no Município é bastante superior à produção local.

Na produção agrícola do Município, em 2003, merece destaque a participação da fruticultura, que respondeu por cerca de por cerca de 52% do valor da produção, tendo registrado um crescimento nominal de 187% em relação a 2002, enquanto o valor da produção de grãos sofreu um pequeno decréscimo, e as demais culturas, representadas, basicamente por cana-de-açúcar e mandioca, também não conseguiram ampliar o valor da produção no período de 2002 para 2003.

**Tabela 39 – Valor da produção por setor de atividade**

Setor	2000		2003	
	Valor (R\$ mil)	%	Valor (R\$ mil)	%
Agricultura	4.065,00	95,3	6.028,00	95,1
Grãos	1.892,00	44,4	1.819,00	28,7
Frutas	1.153,00	27,0	3.306,00	52,1
Outros	1.020,00	23,9	903,00	14,2
Extrativismo	199,00	4,7	312,00	4,9
Total	4.264,00	100,0	6.340,00	100,0

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Sob a ótica do número de estabelecimentos existentes e do pessoal ocupado, o município de Porto Nacional, de acordo com levantamento do IBGE em 2002, apresentava maior número de empresas na atividade comercial, com 810 estabelecimentos, seguida do setor de serviços, com 331 estabelecimentos, indústria, com 240 estabelecimentos e, por último, o setor primário, com 12 estabelecimentos. Em relação ao pessoal ocupado, a atividade comercial permanece na primeira posição, com 1.771 empregados em 2002, seguida pela indústria, com 883 empregados, pelo setor de serviços, com 722 empregados e, por último, o setor primário, com 52 empregados (tabela 40)

**Tabela 40 – Número de empresas, pessoal ocupado e salário médio**

	Número de Unidades		Pessoal Ocupado		Pessoal Assalariado		Salário Médio (R\$ mil)	
	2000	2002	2000	2002	2000	2002	2000	2002
<b>Agricultura, Pecuária e extrativismo</b>	<b>14</b>	<b>12</b>	<b>64</b>	<b>52</b>	<b>45</b>	<b>33</b>	<b>218,52</b>	<b>376,26</b>
<b>Indústria</b>	<b>183</b>	<b>240</b>	<b>975</b>	<b>883</b>	<b>702</b>	<b>883</b>	<b>401,47</b>	<b>656,85</b>
Indústrias extrativas	5	6	9	8	-	1	-	333,33
Indústria de Transformação	79	114	393	504	285	347	279,82	285,78
Indústria da Construção	99	120	573	738	417	535	484,61	898,13
<b>Comércio</b>	<b>662</b>	<b>810</b>	<b>1.501</b>	<b>1.771</b>	<b>766</b>	<b>784</b>	<b>230,85</b>	<b>289,43</b>
<b>Serviços</b>	<b>258</b>	<b>331</b>	<b>872</b>	<b>722</b>	<b>653</b>	<b>722</b>	<b>492,09</b>	<b>573,41</b>
Alojamento e Alimentação	33	36	100	100	63	60	202,38	259,72

Transporte, Armazenagem e Comunicação	23	32	200	260	187	230	348,48	450,00
Intermediação Financeira	7	8	57	72	54	66	2.282,41	2.017,68
Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Outros	63	82	93	141	20	37	300,00	409,91
Serviços de Educação, de Saúde e Sociais	41	61	263	292	204	233	346,81	400,93
Outros	91	112	159	149	125	96	347,33	553,82
<b>Total</b>	<b>1.117</b>	<b>1.393</b>	<b>3.412</b>	<b>2.422</b>	<b>2.166</b>	<b>2.422</b>	<b>231,49</b>	<b>509,22</b>

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas ([www.ibge.gov.br/SIDRA](http://www.ibge.gov.br/SIDRA))

## 6.1. Agricultura

A atividade agrícola do município de Porto Nacional tem forte concentração na produção de grãos de sequeiro, com o cultivo de soja, milho e arroz. que respondeu por cerca de 92% da área colhida no Município no ano de 2003 (tabela 41), embora tal representatividade da produção não tenha apresentado igual correspondência no tocante ao valor da produção, conforme já demonstrado. Além disto, há uma diversificação de frutas sendo produzidas em áreas menores.

Com efeito, a área colhida de grãos tem crescido, em média, 11,4% ao ano, no período 2000/2003, sendo que em 2003, sua participação na área colhida no Estado foi de aproximadamente 2,0%. Além da soja, que apresentou um crescimento extraordinário no período, 131,2% ao ano, o feijão, que praticamente não era cultivado no município em 2000, teve seu cultivo iniciado em 2001, alcançando, a partir de então, um crescimento médio de 274,2% ao ano. O milho também foi outra cultura que teve sua área colhida mais do que triplicada entre 2000 e 2003, registrando um crescimento médio de 53,3% ao ano.

**Tabela 41 – Principais indicadores da produção agrícola - 2003**

Produto	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (ton)	Valor da produção (R\$/ton)	Rendimento médio (kg/ha)
Arroz de Sequeiro	1.500	1.200	2.160	370,00	1.800
Milho de Sequeiro	1.800	1.080	3.240	450,00	3.000
Soja de Sequeiro	3.830	3.060	7.344	500,00	2.400
Cana de açúcar	17	17	10.240	40,00	80.000
Feijão irrigado	210	210	530	1.920,00	2.525
Mandioca	250	250	2.000	100,00	20.000



Abacaxi	25	25	2.900	500,00	20.000
Banana	125	62	930	1.500,00	15.000
Coco da Bahia	107	107	1.200	500,00	20.000
Goiaba	05	05	125	200,00	25.000
Limão	05	05	25	200,00	5.000
Mamão	20	05	100	350,00	20.000
Maracujá	20	20	360	400,00	18.000
Melancia	10	10	50	1.000,00	5.000
Tangerina	17	15	93	300,00	6.200
Uva	06	06	108	1.600,00	18.000
Borracha (látex coagulado)	30	30	156	156.000 reais	5.200 reais
Seringueira	30	30	150	1.100	5.000

Fonte: RURALTINS in Relatório Final . Comissão de Transição. Porto Nacional, 2004

As altas taxas de crescimento registradas para as culturas de soja, milho e feijão, sustentadas em tendências de superação ano a ano, são evidências fortes de que a expansão da fronteira agrícola em Porto Nacional ainda não atingiu o seu ápice, exceto no que se refere à cultura de arroz, cuja área colhida vem perdendo espaço em todos os anos do período analisado, tendo registrado uma taxa média negativa de 30,7% ao ano no período de 2000/2003.

A produtividade média das culturas de arroz e feijão no Município, em 2003, superou tanto a do estado do Tocantins quanto a da região Norte, sendo que no caso do feijão, a produtividade registrada em Porto Nacional foi superior à média nacional. No caso da soja, a produtividade média ficou praticamente no mesmo patamar da média do Estado e da região Norte, e um pouco distante da média nacional.

Outro importante segmento que vem ocupando cada vez mais espaço no Município é o de fruticultura, cuja área cultivada em 2000 se resumia a 239 hectares cultivados com quatro culturas (abacaxi, banana, côco-da-bahia e melancia) e em 2003 teve sua área ampliada para 380 hectares, registrando uma taxa de crescimento média no período de 16,7% ao ano, que amplia o número de culturas para dez, das quais, três delas (goiaba, mamão e tangerina) representam experiências pioneiras no Estado.

Este incremento de área cultivada e de diversificação da fruticultura em Porto Nacional é o resultado da implantação de um campo experimental para produção de frutas irrigadas cujos resultados estão se mostrando muito promissores para o Município.

No que se refere à produtividade da fruticultura no município de Porto Nacional, todas as culturas superam, em 2003, a média do Estado e da região Norte, com exceção das de limão e tangerina, cujas produtividades ficaram abaixo das médias

estadual e regional. Em relação à média nacional, apenas as culturas de abacaxi, limão, mamão e tangerina estão abaixo.

As outras culturas exploradas no Município são representadas pela borracha (látex), pela cana-de-açúcar e pela mandioca, cuja área colhida reduziu-se, em 2003 comparativamente a 2000, tendo registrado uma taxa média negativa de 10,3% ao ano, o que, no entanto, não significa que haja uma tendência de redução contínua de área, uma vez que o decréscimo registrado deve-se, basicamente, a uma oscilação da cultura de mandioca, provavelmente decorrente de condições climáticas, já que em 2002, registrou um aumento de área colhida de 25% em relação a 2001.

A produtividade média da borracha em Porto Nacional em 2003 foi duas vezes maior que a média do Estado, cinco vezes superior à média da região Norte, e cerca de três vezes a média nacional. Apesar da alta produtividade, a área plantada é muito reduzida. Também a produtividade da cana-de-açúcar supera as médias estadual, da região e do país, enquanto a mandioca só não supera a média do Estado.

A tabela 42 a seguir, resume as principais informações sobre a agricultura no município de Porto Nacional, e alguns indicadores do estado, região norte e para o País.

**Tabela 42 – Indicadores da produção agrícola - 2000 a 2003**

Produtos	Área Colhida no Município (em ha)				Distrib. % da Área Colhida Total em 2003	Taxa de Crescimento 2003/2000	Área Colhida no Estado em 2003	Participação % na Área Colhida no Estado em 2003	Produtividade Média em 2003			
	2000	2001	2002	2003					Porto Nacional	Tocantins	Região Norte	Brasil
<b>Grãos</b>	<b>5.310</b>	<b>6.085</b>	<b>5.550</b>	<b>7.340</b>	<b>92,0</b>	<b>11,40</b>	<b>376.032</b>	<b>2,0</b>	<b>2,4</b>	<b>2,5</b>	<b>2,0</b>	<b>2,9</b>
Arroz	4.500	3.710	3.110	1.500	18,8	(30,66)	140.025	1,1	1,8	2,7	2,3	3,2
Feijão	-	15	80	210	2,6	274,17	14.251	1,5	1,9	1,3	0,8	0,8
Milho	500	1.480	1.480	1.800	22,6	53,26	68.708	2,6	3,0	2,0	1,8	3,7
Soja	310	880	880	3.830	48,0	131,18	153.048	2,5	2,4	2,5	2,6	2,8
<b>Frutas</b>	<b>239</b>	<b>227</b>	<b>369</b>	<b>380</b>	<b>4,8</b>	<b>16,72</b>	<b>13.500</b>	<b>2,8</b>	-	-	-	-
Abacaxi (*)	63	83	113	145	1,8	32,03	1.854	7,8	20,0	22,0	19,8	24,8
Banana	125	125	125	62	0,8	(20,84)	5.016	1,2	15,0	7,2	11,5	13,3
Côco-da-baía (*)	19	19	60	107	1,3	77,91	425	25,2	11,2	14,4	10,4	7,1
Goiaba	-	-	5	5	0,1	-	5	100,0	25,0	25,0	13,1	18,7
Limão	-	-	5	5	0,1	-	14	35,7	5,0	5,9	6,9	19,2
Mamão	-	-	15	5	0,1	-	5	100,0	20,0	20,0	7,8	47,2
Melancia	32	-	10	10	0,1	(32,14)	6.009	0,2	40,0	49,9	26,0	23,2
Maracujá	-	-	15	20	0,3	-	133	15,0	18,0	9,8	8,5	13,9
Tangerina	-	-	15	15	0,2	-	33	45,5	6,2	13,6	8,3	20,1
Uva	-	-	6	6	0,1	-	6	100,0	18,0	18,0	12,1	15,6
<b>Outros</b>	<b>358</b>	<b>358</b>	<b>408</b>	<b>258</b>	<b>3,2</b>	<b>(10,34)</b>	<b>15.276</b>	<b>1,7</b>	-	-	-	-
Borracha	30	30	30	30	0,4	-	570	5,3	5,0	2,7	0,9	1,5
Cana-de-açúcar	128	128	128	128	1,6	-	2.745	4,7	80,0	57,1	60,9	73,7
Mandioca	200	200	250	100	1,3	(20,63)	14.706	0,7	20,0	23,4	14,6	13,4
<b>Total</b>	<b>5.907</b>	<b>6.670</b>	<b>6.327</b>	<b>7.978</b>	<b>100,0</b>	<b>18</b>	<b>404.808</b>	<b>2,0</b>	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal - 2000 a 2003

(\*) Produtividade em 1000 frutos por hectare.

## 6.2. Pecuária

Porto Nacional tem como principal atividade pecuária a criação de gado bovino, com um rebanho de 120.300 cabeças em 2003. A criação de aves também é significativa, tendo sido registrado no mesmo ano, um rebanho de 83.300 cabeças de galináceos. O terceiro maior rebanho do Município é o de suínos, com um efetivo de 7.200 cabeças em 2003.

A taxa média de crescimento do efetivo da pecuária do Município, entre 2000 e 2003, foi de 7,7% ao ano, com destaque para o rebanho de ovinos, que cresceu cerca de 28% ao ano no período, seguido de outros animais (asininos, caprinos e muares), cujo crescimento médio no período, foi de aproximadamente 14% ao ano. O rebanho de galináceos cresceu à taxa média de 9,9% ao ano no período, enquanto que os rebanhos suínos e bovinos cresceram às taxas de 7,5% ao ano e 6,1% ao ano, respectivamente e os rebanhos de muares e eqüinos apresentaram taxas modestas de crescimento, de 1,0% ao ano e 0,5% ao ano, respectivamente.

Em relação à media do estado, destacam-se os rebanhos suíno, ovino e muares, cuja participação são de 3,1%, 3,4% e 3,3%, respectivamente. O efetivo de galináceos representa 2,5% do rebanho estadual, os bovinos 1,6% e o de eqüinos 1,3%.

A tabela 43 resume os quantitativos da pecuária de Porto Nacional, seu crescimento no período de 2000 a 2003, bem como sua participação no efetivo do estado.

**Tabela 43 – Indicadores da pecuária**

Discriminação	Rebanho do Município				Tx de Crescimento (2003/2000)	Rebanho do Estado em 2003	Particip. % no Rebanho do Estado em 2003
	2000	2001	2002	2003			
Bovino	100.617	104.867	114.485	120.300	6,1	7.659.743	1,6
Suíno	5.800	6.350	6.860	7.200	7,5	234.184	3,1
Eqüino	1.990	2.000	2.010	2.020	0,5	158.993	1,3
Muar	505	510	515	520	1,0	15.787	3,3
Ovino	925	930	935	1.940	28,0	57.632	3,4
Galináceos	62.720	72.130	79.340	83.300	9,9	3.282.261	2,5
Outros	375	387	392	555	14,0	56.723	1,0
<b>Total</b>	<b>172.932</b>	<b>187.174</b>	<b>204.537</b>	<b>215.835</b>	<b>7,7</b>	<b>11.465.323</b>	<b>1,9</b>

Fonte: Produção da Pecuária Municipal - 2000 a 2003

Informações colhidas junto à ADAPEC registram o gado bovino como o rebanho predominante em 2004 com 121.849 cabeças (tabela 44). A criação de aves também

é significativa, tendo sido registrado em 2004 um rebanho de 30.947 galináceos (Tabela 44)

**Tabela 44 – Número de cabeças segundo o tipo de rebanhos existentes no município – 2004**

Espécie	Cabeças
Asininos	127
Bovinos	121.849
Caprinos	201
Eqüinos	1.604
Galináceos	30.947
Muares	348
Ovinos	1.362
Suínos	3.040

Fonte: ADAPEC

O Município acaba de celebrar um convênio com o Estado e uma empresa produtora de avestruzes para implantar um grande projeto de criação de tais animais em Porto Nacional, que deverá envolver as famílias dos assentados rurais. Além disto, está sendo negociado um programa de cooperação técnica entre a Administração Municipal, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e um grupo francês para a implantação de um grande projeto de piscicultura no Município, por meio da instalação de tanques-rede no lago.

Existem no Município 10 assentamentos rurais. O primeiro deles, São Salvador, data de 1981 e conta com 45 famílias. Os mais recentes surgiram em 2001 (Tabela 45).

**Tabela 45 – Assentamentos rurais existentes**

Comunidade	Tipo	Ano de criação	Nº famílias
São Salvador	Assentamento	1981	45
Santo Antônio	Assentamento	1982	69
Capivara	Assentamento	1988	65
Jacutinga	Assentamento	1991	29
Flor da Serra	Assentamento	2001	nd
Pau d'Arco	Assentamento	2001	44
Brejo Alegria	Reassentamento	2001	nd
Córrego do Prata	Reassentamento	2001	nd
Luzimangues	Reassentamento	2001	nd
Pinheirópolis	Reassentamento	2001	nd
São Francisco de Assis	Reassentamento	2001	nd

Fonte: Relatório final. Porto Nacional: Comissão de Transição, novembro de 2004

Há também vários reassentamentos de famílias impactadas pela inundação das margens do Tocantins quando da criação do lago resultante do barramento do rio para a implantação da UHE Luiz Eduardo Magalhães. Ao todo, segundo informações

da Secretaria Municipal de Agricultura, são 25 (vinte cinco) assentamentos, com cerca de 2.000 (duas mil) famílias. Entretanto, algumas famílias reassentadas em consequência da formação do lago, o foram nas áreas periféricas da sede municipal.

Não se registram conflitos fundiários no Município. Mesmo os acampados aguardando decisão quanto às áreas nas quais poderão ser assentados não causam distúrbios à ordem pública. Na área urbana, existem algumas invasões em áreas verdes ou de preservação permanente, mas não se registram conflitos por ocupação de terrenos de terceiros.

### **6.3. Indústria, Comércio e Serviços.**

Em 2002, existiam em Porto Nacional 240 indústrias, 810 casas de comércio e 331 empresas prestadoras de serviços, as quais, empregavam um total de 3.376 funcionários, sendo: 883 na indústria, 1771 no comércio e 722 na prestação de serviços.

O Parque Agro-Industrial abriga atualmente 12 empresas de diferentes ramos industriais. Algumas grandes indústrias, como a Bunge, entretanto, instalaram-se fora do Parque, às margens da rodovia Palmas-Porto Nacional, em terrenos mais próximos da Cidade,

Do pessoal empregado, apenas o comércio não apresentava registro para todos os funcionários, com mais da metade, 987 funcionários, na informalidade, ao mesmo tempo em apresentou o menor salário médio por funcionário registrado. O maior salário médio registrado encontra-se no grupo de empresas de intermediação financeira, que registrou uma média de R\$ 2.017,68 por funcionário registrado.

Atualmente, funcionam na cidade de Porto Nacional agências bancárias do Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Caixa Econômica Federal e Bradesco.

Comparativamente, o número de empresas nos setores industrial, comercial e de serviços cresceu 25,2% de 2000 para 2002, tendo como ancora, a indústria, que cresceu 31,1% no período, seguida do setor de serviços, com 28,3%. O número de empresas comerciais cresceu 22,4%. Já o efetivo de pessoal ocupado permaneceu o reduziu-se em 10,6%, embora o contingente de pessoal assalariado tenha aumentado em 11,8%.

Há um matadouro privado com abate diário de 40 a 60 reses, à exceção dos sábados. Localiza-se à margem esquerda da rodovia TO-255, na direção de Fátima,

ante de se chegar à Escola Brasil. O matadouro é licenciado pelo NATURATINS e tem controle sanitário do Sistema de Inspeção Federal – SIF. Toda a carne é vendida para a sede municipal e Palmas, mas o sangue não é aproveitado. O sebo é derretido e vendido para a fabricação de sabão e o couro é salgado e fornecido para um curtume no Parque Agroindustrial.

Consta, do Relatório de Prognósticos Empresariais para o Estado do Tocantins, que a Brazilian Chicken Alimentos estaria investindo, em 2001, cerca de US\$ 45 milhões em Porto Nacional, às margens do rio Tocantins, com uma estimativa de abatimento de 140 mil frangos por dia.

No ramo de fertilizantes, encontram-se instaladas no município de Porto Nacional, duas importantes empresas: a Bunez e a Terra Fértil.

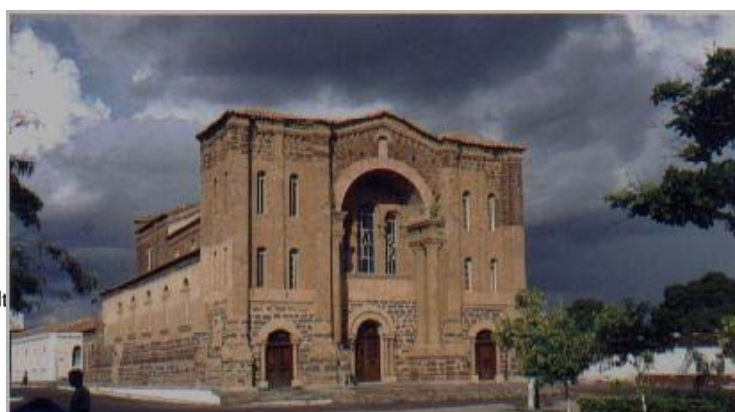
## **7. Potencialidade Turística**

### **7.1. Atrativos Naturais e Culturais**

Os principais atrativos turísticos de Porto Nacional são o Lago de Palmas pelo enorme potencial representado pela extensa lâmina de água propícia a diferentes modalidades de esporte náutico, e o patrimônio cultural ainda preservado no Centro Histórico da Cidade. Edificações como a Catedral de Nossa Senhora das Mercês, a Cadeia Velha, a antiga Prefeitura, o Seminário São José, a sede da COMSAÚDE e o casario colonial podem ser atrativos para o turismo regional. A proximidade de Palmas favorece o desenvolvimento de pacotes turísticos de curta duração.

#### **➤ Catedral de Nossa Senhora das Mercês**

Iniciada no final do século XIX, a catedral foi erguida no local de antiga capela existente em uma praça cercada por um casario colonial. Construída em tijolo e pedra canga, típica da região, tem sua fachada voltada para o rio. Sua construção durou 9 anos, tendo sido concluída em 1903, quando foi inaugurada. A maioria das imagens nela existentes veio da França, de onde vieram seus construtores. Tem algumas outras peças originárias de Belém do Pará. A catedral permanece aberta à visitação durante todo o ano.



**Fig. 43 – Catedral**

➤ **Seminário São José**

O seminário foi construído e entregue aos padres dominicanos em 1913, dez anos após a conclusão da catedral. Foi sede de colégio educacional, construção em dois pisos com um mirante, da qual só restou a parte inferior. Por questões estruturais, o segundo piso e o mirante tiveram de ser demolidos.

Funcionou aí o primeiro colégio estadual de Porto Nacional, denominado Convento Santa Rosa de Lima. Mais tarde, foi comprado pela diocese e passou a chamar-se Seminário São José, preparando, até hoje, jovens para a vida religiosa, com capacidade de alojamento para 80 seminaristas. Recebe visitantes durante o dia.



**Fig. 44 – Seminário**

➤ **Sede da COMSAÚDE**

Casarão antigo, construído pelas irmãs dominicanas para abrigar o Colégio Sagrado Coração de Jesus, é a atual sede da COMSAÚDE. Precisa de reparos urgentes, tendo inclusive a administração da COMSAÚDE se transferido temporariamente para outro local na área histórica, pois o telhado do casarão ameaça ruir. É uma das construções mais características da época colonial na parte histórica da Cidade.





**Fig. 45 – Sede da COMSAUDE**

➤ **Colégio Sagrado Coração de Jesus**

No centro da Cidade, é a segunda sede do Colégio Sagrado Coração de Jesus, construída na década de 1950, em função da crescente demanda de vagas, impossível de ser atendida pelo antigo colégio. A partir da inauguração da nova escola, em 1954, com 14 salas de aula, área coberta, duas quadras de jogos, salas especiais, capela, salão de festa e biblioteca , o Colégio passou a receber alunos do sexo masculino.



**Fig. 46 – Colégio Dominicano**

➤ **Igreja São Judas Tadeu**

Construída pelo Padre Luso, por meio de doações recebidas da comunidade, é a segunda mais antiga da Cidade. Nela são venerados o santo que lhe dá o nome e o Padre Luso, tido como um homem santo pela população local.

➤ **Ruínas da cidade portal**

Local onde se estabeleceram os primeiros habitantes em busca de ouro na região, onde ergueram construções em pedra. Mais tarde, os índios Xerentes destruíram a povoação e o garimpo e forçaram a saída dos brancos para o outro lado do Rio

Tocantins.. Hoje o local está abandonado, sem qualquer trato ou cuidado, e só se vêem algumas ruínas das antigas construções. Parte das cangas, pedras utilizadas nas antigas construções, foi levada para outros locais para uso em fundações de outras casas.



**Fig. 47 - Ruínas da cidade Portal**

Fonte: Ruschmann Consultores

### ➤ Praias

Há duas praias em Porto Nacional: uma no orla do lago, próxima à foz do Córrego São João e outra na ilha Porto Real, com acesso por barco. Ambas são artificiais, uma vez que a antiga praia da Ilha foi inundada pelo lago. Essas praias, entretanto, ainda não mereceram o tratamento adequado e a própria população se ressentiu da perda da praia original.

É preciso ainda algum investimento nas praias atuais para torná-las mais atrativas. Existe um projeto de uma passarela para a praia da ilha, como forma de facilitar o acesso e aumentar a sua atratividade.

### ➤ Lago

A lâmina de água que se criou em frente à Cidade a partir da formação do lago oferece diferentes alternativas de exploração do lazer e turismo, desde os esportes náuticos, até a sua travessia a nado, o mergulho, a pesca esportiva, passeios de barco, pedalinho, caiaque entre outras modalidades. Não há, entretanto, atualmente qualquer atividade estruturada para o uso turístico do lago.



**Fig. 48 – Lago**

### ➤ **Montanhas e cachoeiras**

Há uma boa quantidade de montanhas e de cachoeiras no Município que podem vir a ser interessantes para o turismo de aventura e o ecoturismo. Para isto, entretanto, é necessário, antes de mais nada, um inventário destes atrativos para se poder avaliar a possibilidade de sua exploração de forma equilibrada e sustentável.

Além dos atrativos locais, Porto Nacional pode tornar-se um ponto de apoio importante para a região do Jalapão, que começa a despertar o interesse de turistas nacionais e internacionais.

## **7.2. Meios de Hospedagem**

Porto Nacional conta com 5 (cinco) hotéis, com capacidade total de 67 apartamentos, todos na área central da Cidade. Os serviços são bastante simples e os hóspedes são, em sua maioria, representantes comerciais e vendedores de outros estados vizinhos. Os meses de maior ocupação são julho, dezembro e janeiro. Fevereiro, setembro e novembro são os meses de menor taxa de ocupação, em torno de 50%.

## **7.3. Serviços de Alimentação**

Os restaurantes em Porto Nacional são em pequeno número, compostos de duas churrascarias e 3 restaurantes, todos oferecendo um bufê variado e carnes assadas, no sistema de comida a quilo. Há, ainda, uma pizzaria, um restaurante que oferece carne de carneiro, algumas lanchonetes, sorveterias e quiosques na praça Centenário e 2 (dois) restaurante flutuantes, em frente à Avenida Beira-Rio, no trecho da orla próximo à Catedral.

## **8. Pontos Fortes e Fracos, Oportunidades e Riscos**

O conhecimento da realidade atual de Porto Nacional resultante da sistematização e análises dos dados e informações obtidos, das entrevistas com diferentes atores, das conclusões das 2 Oficinas de Planejamento Participativo, das diversas Oficinas realizadas nos diferentes bairros, das contribuições de estudiosos do desenvolvimento municipal, além da observação direta da equipe técnica levou à identificação dos principais fatores favorecedores do desenvolvimento municipal, conhecidos como **pontos fortes**, se internos ao Município, e **oportunidades**, se externos a ele, e dos fatores limitantes deste desenvolvimento, considerados **pontos fracos**, quanto intrínsecos ao Município e **riscos**, se exógenos. Uma síntese desses aspectos pode ser apresentada da seguinte maneira (Quadro 01):

**Quadro 01 – Pontos fortes e fracos, oportunidades e riscos.**

Nº	PONTO FORTE	PONTO FRACO	OPORTUNIDADE	RISCO
01	Potencial hídrico e agrícola favorece as atividades agropecuárias	Falta de políticas públicas de apoio aos produtores rurais	Exploração da horticultura e fruticultura e piscicultura	Variação cambial reduz rentabilidade das atividades rurais
			Plataforma da Ferrovia Norte-Sul	
		Desrespeito ao meio ambiente	Hidrovia Tocantins	Degradação ambiental
			Implantação de agroindústrias na região	

continua

continuação

Nº	PONTO FORTE	PONTO FRACO	OPORTUNIDADE	RISCO
02	Proximidade de Palmas, aeroporto, boas vias de acesso rodoviário		Mercado consumidor de Palmas possibilita a estruturação de um pólo abastecedor	Atratividade de Palmas para novos investimentos
		Favelas	Plataforma da Ferrovia Norte-Sul	Destruição do patrimônio histórico-cultural
		Cidade urbanisticamente desordenada	Hidrovia Tocantins	Estagnação da economia local / desemprego / alto índice de criminalidade
		Falta de oportunidades de trabalho		Transformação em cidade-dormitório, dependente de Palmas
03	Pólo educacional, cultural, histórico e religioso	Desigualdade no nível de ensino para as diferentes classes sociais	Interesse da população da região pelos cursos	Não reconhecimento dos cursos superiores
		Instalações físicas inadequadas ou improvisadas em algumas escolas	Movimento migratório em busca dos cursos superiores estimula a economia local	Precarização da educação reduza o interesse pelos cursos oferecidos

	Qualificação profissional	Insuficiência de equipamentos, material pedagógico e instalações especiais		
		Precarização da educação		
04	Pólo de atendimento de saúde, com boa estrutura física, equipes de profissionais	Insuficiência de profissionais para algumas clínicas especializadas e bastante demandadas	Consórcio municipal para racionalizar a aplicação de recursos e otimizar o atendimento	Não revalidação dos diplomas dos médicos estrangeiros impede o exercício da profissão e reduz os quadros profissionais
		Zona rural menos assistida		Demanda crescente pelos municípios vizinhos satura capacidade de atendimento
		Algumas unidades de saúde sem farmácias básicas		
05	Disponibilidade de terrenos urbanos vagos possibilita adensamento populacional	Normas de uso do solo insuficientes levam à segregação social		
		Habitações subnormais		
		Infra-estrutura urbana e serviços públicos precários		
		Falta de lazer e alimentação		
		Descaso com a saúde da população		
		Drogas		
		Violência urbana		

continua

continuação

Nº	PONTO FORTE	PONTO FRACO	OPORTUNIDADE	RISCO
06	Presença do lago (como patrimônio turístico)	Parcelamentos e ocupações irregulares	Interesse crescente pelo turismo de natureza	Poluição do lago
			Desenvolvimento de esportes aquáticos	
			Atração de investimentos para a exploração econômica do lago	Ocupação das áreas de preservação permanente
			Uso turístico	
07	Envolvimento político da sociedade no processo de planejamento e gestão	Apatia de algumas comunidades para participar dos debates sobre os problemas do Município	Estabelecimento de consórcio intermunicipal viabiliza projetos integrados nas áreas de interesse comum da região	Falta de Políticas Públicas adequadas nos níveis estadual e federal
		Desrespeito à população na tomada de decisões		
		Falta de Políticas Públicas Municipais	Interesse de investidores privados em parcerias com o Município para	
		Ingerência política		

			ações de desenvolvimento	
--	--	--	--------------------------	--